



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO
CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA**

O paradigma do *Buen Vivir* para as cidades na América Latina:
Reflexões para uma estratégia alternativa frente ao neoliberalismo global.

Talita Lessa Melo

Foz do Iguaçu

2017



INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO
CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA

O paradigma do *Buen Vivir* para as cidades na América Latina:
Reflexões para uma estratégia alternativa frente ao neoliberalismo global.

Talita Lessa Melo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Felix Friggeri

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Natacha Rena

Foz do Iguaçu

2017

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

Melo, Talita Lessa.

O paradigma do Buen Vivir para as cidades na América Latina: reflexões para uma estratégia alternativa frente ao neoliberalismo global / Talita Lessa Melo. - Foz do Iguaçu, 2017.

119 f: il.

Orientador: Félix Pablo Friggeri.

Coorientador: Natacha Silva Araujo Rena.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana.
Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESF).

Programa de Pós-Graduação Integração Contemporânea da América Latina (PPG ICAL).

1. Colonização - América Latina. 2. Neoliberalismo - América Latina. 3. Desenvolvimento urbano. I. Friggeri, Félix Pablo, Orient. II. Rena, Natacha Silva Araujo, Coorient. III.

O paradigma do *Buen Vivir* para as cidades na América Latina:

Reflexões para uma estratégia alternativa frente ao neoliberalismo global.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Borges

Universidade Federal de Integração da América Latina

Prof. Dr. Luis Fernando Macas

Universidad Comunitaria Intercultural Amawtay

Prof.^a Dr.^a Tatiana Ribeiro

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

Foz do Iguaçu, __ / __ / ____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Lula e Dilma, pois sem as políticas de valorização da educação implementadas pelos governos do PT este trabalho não seria possível, pois nem mesmo esta universidade existiria. Agradeço imensamente a minha família que sempre esteve ao meu lado me apoiando em todas as dificuldades e também em todas as alegrias, que sorte a minha ter vocês. Agradeço principalmente a Natacha, minha amiga - irmã, companheira de conspirações geopolíticas de vinhos, e de vida. Minha “orientadora eterna” (palavras dela) que eu tive o prazer de poder conhecer, admirar e agora caminhamos sempre juntas mesmo de longe. Você tem influência em cada palavra deste trabalho mesmo antes do pente fino. Sem palavras para agradecer por tudo. Agradeço ao Leandro, por ser esta pessoa indescritivelmente linda e por estar sempre ao meu lado e ter a paciência de me acompanhar neste processo, a vida fez mais sentido com você por perto. Agradeço ao Bruno por todos os anos e momentos de parceria principalmente os vividos em Foz do Iguaçu, obrigada por tudo! Agradeço a Tchenna, menina linda e especial, que bom ter te encontrado nessa vida. Agradeço a Virginia, outra menina linda, com quem eu tenho a sorte de conviver diariamente, obrigada por estar do lado até nos últimos instantes. Agradeço a Taty e ao Junior por alegrarem meus dias estando presentes. Amo todos vocês.

Agradeço imensamente ao Pablo, meu orientador, que me acolheu e me apresentou de forma tão doce seu conhecimento, te admiro muito. Agradeço a cada amigo Latino-Americano que eu conheci neste período de estudo na UNILA e que assim me deram a oportunidade de conhecer através da convivência a diversidade, riquezas e belezas de *nuestra America Latina*. Agradeço aos meus amigos de Belo Horizonte que mesmo longe sempre estiveram presentes. Obrigada ao Galeano (meu cão) por deitar no meu pé em todos os momentos que estava sendo muito difícil passar por este processo. Obrigada a UNILA e aos professores do ICAL ou não, todos vocês somaram de alguma maneira na minha formação como profissional e como pessoa.

As etapas de violência/obstáculo
não são eternas e sempre são revertidas
pela resistência social.
(Cláudio Katz)

RESUMO

Este estudo se baseia no debate sobre a colonialidade do poder e, conseqüentemente, sobre a dependência e falta de autonomia no qual foi inserido o território latino-americano, principalmente a partir da colonização e implementação do modelo do Estado Moderno colonial, e mantido posteriormente através dos modelos de desenvolvimento recomendados pelos organismos e bancos internacionais. Neste contexto, as cidades latino-americanas são acompanhadas de novas agendas para o “desenvolvimento” que têm como objetivo último hegemonizar, mercantilizar, explorar e enfraquecer a soberania dos Estados nacionais da região. A partir disso, o trabalho tem como objetivo central analisar como as cidades latino-americanas, a partir do encontro de *Bretton Woods* e, posteriormente, no contexto da globalização, se inseriram como instrumento para o discurso do desenvolvimento que, em última instância, só colaborou com uma contínua dependência da região em relação aos países desenvolvidos ou do centro mundial de poder. Assim, a partir desta problemática e através de uma revisão bibliográfica especializada, trago como conceito central para a pesquisa o paradigma do *Buen Vivir*, nascido da cosmovisão indígena e depois utilizado como instrumento transversal da construção das cartas constituintes da Bolívia e do Equador. O paradigma do *Buen Vivir* que é utilizado como marco epistemológico e histórico, possibilitador de outras ideias de desenvolvimento que vão contra a lógica dominante. Assim é identificado os principais mecanismos de dominação, e em contraposição as possibilidades que o *Buen Vivir* oferece para o espaço urbano, com o qual busco avançar no debate para uma descolonização territorial para um *Buen Vivir* urbano.

Palavras-chave: América Latina. Colonialidade do Poder. *Buen Vivir*. Desenvolvimento. Cidade. Poder. Território.

ABSTRACT

This study is based on the debate about the coloniality of power and consequently on the dependence and lack of autonomy in which the Latin American territory was inserted, mainly from the colonization and implementation of the colonial Modern State model, and later maintained through the models of Recommended by international organizations and banks. In this context, Latin American cities are accompanied by new agendas for "development" whose ultimate goal is to hegemonize, commodify, exploit and weaken the sovereignty of the national states of the region. From this, the main objective of this work is to analyze how the Latin American cities from the meeting of Breton Woods and later in the context of globalization were inserted as an instrument for the discourse of development that ultimately only collaborated with a continuous dependence on the Region. Thus, from this problematic, and through a specialized bibliographical revision, I bring as a central concept for the research, the paradigm of Buen Vivir, born of the cosmo indigenous vision and later used as a transversal instrument of the construction of the charters of Bolivia and Ecuador. The paradigm of Buen Vivir is used as a landmark, epistemological and historical, enabling other ideas of development that go against the dominant logic. In this way, the main mechanisms of domination are identified, and in opposition to the possibilities that the Buen Vivir offers to the urban space, with which I seek to advance in the debate towards a territorial decolonization for a Good Urban Life.

Keywords: Latin América. Coloniality of Power. *Buen Vivir*. Development. City. Power. Territory

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 – Região de <i>Tawantinsuyu</i> subdividida nas suas 4 regiões, Kollasuyu, Antisuyu, Kuntixuyu e Chichasuyu.....	38
Gráfico 1 - América do Sul: Evolução das exportações de recursos naturais e distribuição por regiões e destinos, 2003-2013 (Em milhões de toneladas e porcentagem).....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID - Banco Interamericano de desenvolvimento

BIRF- Banco Internacional de Reconstrução e Fomento

BM - Banco Mundial

BRICS- Acrônimo referente ao Bloco de países Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

DIT - Divisão Internacional do Trabalho

ETN - Empresas Transnacionais

FMI - Fundo Monetário Internacional

NBD - New Bank Development

MN - Modelo Neoliberal

MPE - Modelo Primário Exportador

MSI - Modelo de Substituição de Importações

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development*)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. AS ESTRATÉGIAS COLONIAIS DE ENCOBRIMENTO DA AMERICA LATINA	22
2.1.1 O universalismo como instrumento de encobrimento.....	27
2.1.2 O universalismo como instrumento de encobrimento pela disciplina	29
2.2 A ideia de modernidade como instrumento manutenção do poder: o Estado moderno enquanto encobridor da diferença e da diversidade.....	30
2.2.1 O conceito de indivíduo que chega nas terras das tribos. Aquele que segrega X aquele que complementa.....	31
2.2.2 Estados nacionais latino-americanos – Estados fundados pelas bases modernas	39
3. O <i>BUEN VIVIR</i> CONTRA A OUTRA CONFORMAÇÃO DO COLONIALISMO DA AMERICA LATINA	48
3.1 O discurso do desenvolvimento	52
4. O <i>BUEN VIVIR</i> COMO ALTERNATIVA NO CONTEXTO POLÍTICO PROGRESSISTA LATINO-AMERICANO DO INÍCIO DO SÉCULO XXI	63
4.1. Buen Vivir e comunidade.....	75
5. O <i>BUEN VIVIR</i> URBANO COMO ALTERNATIVA AOS MOLDES NEOLIBERAIS DE CIDADE.....	78
5.1 A Europa como berço da ideia de cidade voltada para o mercado.....	79
5.2 O discurso hegemônico e o urbanismo dependente.....	86
5.3 Periferia urbana e o continuo encobrimento do outro.....	94
5.4 A hegemonia do consumo e o <i>Buen Vivir</i> como alternativa.....	96
5.6 O <i>Buen Vivir</i> urbano para os habitantes da cidade.....	97
6. CONCLUSÃO.....	100
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	104

1. INTRODUÇÃO

O século XXI chegou trazendo consigo a urgência da necessidade de uma quebra de paradigmas e de uma profunda revisão dos caminhos subalternizados percorridos por nós latino-americanos. A financeirização da economia mundial avançou podendo se enquadrar, hoje, em um marco da economia política em que esta, através das políticas neoliberais, lidera mais uma fase de ofensivas sob o território latino-americano colocando em risco muitos avanços sociais logrados por todos os processos de resistência, sejam eles de cunho popular, movimentos sociais, indígenas e, em certa medida, dos mais recentes conformados pelos governos progressistas latino americanos.

A emergência de se abrir espaço para propostas alternativas é inadiável e nos coloca na missão de ir em busca de soluções locais e descoloniais que sirvam como base e instrumento para saídas relacionadas aos problemas latino-americanos. Torna-se, então, mais que urgente e necessário que se construam espaços que promovam a abertura para novos paradigmas, no sentido de contribuir com o enriquecimento do debate sobre outras possibilidades que contrapõe a inviabilidade e a saturação do modelo hegemônico capitalista colonial atual, que impõe normas de livre mercado e incentivam um modelo universal aos moldes de vida que se baseiam no consumo, na alienação e na escravidão da maioria, e de uma acelerada destruição da natureza.

OLIVÉ et al (2009) descrevem, que durante muito tempo na história da produção do conhecimento não houve um reconhecimento quanto à pluralidade de formas de conhecimento. Como afirmam os autores, tal “falta” de uma pluralidade de formas de pensar é uma das principais estratégias das teorias que pretendem ser dominante ou a versão da verdade universal. Tais estratégias geram consequências que negam o caráter de “conhecimento” a outras teorias e formas de pensar. A partir disso, a ideia do pluralismo teórico aparece como uma alternativa que considera outros métodos que possibilitando estabelecer uma relação dialógica, pois permite o surgimento de um campo interteórico que não necessariamente dissolve as diferenças.

A pesar de las pretensiones de universalidad, otros pueblos y culturas han seguido manteniendo y desarrollando sus creencias, su imaginación cognitiva, es decir, han seguido cultivando una pluralidad de formas de conocimiento a través de una diversidad de formas de vida social y política. Hoy estamos viviendo un tiempo de reconocimiento de la diversidad cultural en nuevas condiciones que, sin embargo, están atravesadas por tensiones y algunas formas aparentes. Por un lado, hay

procesos político- culturales que demandan un reconocimiento igualitario desde los movimientos políticos articulados desde las matrices culturales subalternas en tiempos coloniales y neocoloniales (OLIVÉ et al, 2009, p. 14).

Segundo Diogo Bacha (2016, p. 37), a relação que mantemos com o objeto foi tão introjetada na nossa cultura que para conseguirmos nos libertar das pré-compreensões universais, talvez seja necessário “deixar de ser o que somos e pensarmos a partir de outra perspectiva”. Como comenta o autor, ao realizarmos uma epoché em nossas culturas e tradições, construímos a possibilidade de ver com mais nitidez as ideologias que são enraizadas em nós e que nos condicionam.

É a partir da ideia de um pluralismo teórico ou do conhecimento que esta pesquisa se desenvolve, buscando pelas diversas áreas a construção de um conhecimento plural, descolonizado e indisciplinado.

Como explica Arturo Escobar (2005) apud Alain Joxe (2002, p. 157), para grande parte do anteriormente denominado “terceiro mundo“, se reserva “o caos mundial”, a escravidão do mercado livre e o genocídio seletivo que, em algumas regiões, pode chegar a um tipo de “paleo-micro-colonialismo”, levando a balcanização brutal, guerras internas e, até mesmo, o deslocamento massivo que podem chegar a esvaziar regiões inteiras para dar espaço ao capital transacional (particularmente no caso do petróleo, mas, também, diamantes, madeira, água, recursos genéticos e terras agrícolas). Segundo o autor, essas pequenas guerras cruéis são desencadeadas por redes mafiosas que tem como interesse a máxima globalização macroeconômica que, desde uma perspectiva subjetiva, produz nas regiões do Sul (incluindo o Sul dentro do norte geográfico) “identidades fragmentadas” e a transformação de culturas de solidariedade e tradicionais em culturas de destruição. Ainda como complementa Escobar apud Joxe (2002),

É claro que o novo império global articula a "expansão pacífica" da economia de mercado com a violência onipresente de um novo regime de globalidade econômica e militar – em outras palavras, a economia global vem sendo sustentada por uma organização global da violência e vice-versa (JOXE, 2002, p. 200)

A América Latina que, nas últimas décadas, vinha logrando avanços sociais e econômicos, muitos deles de cunho integracionista e de cooperação entre os países da região, sofre, agora, um processo de desestabilização político-social e econômico que é articulado pelo que Quijano (2005) denomina de poder global colonial. Este poder global colonial colabora e financia golpes de Estado, articulados para colocar no poder líderes que não foram

eleitos democraticamente, mas que servem ao capital financeiro e tem como objetivo último privatizar todas as nossas vidas e riquezas.

Entretanto, levanta-se, na América Latina, em resistência a este cenário que ameaça a vida de comunidades, povos e nações de todo o mundo a mais de quinhentos anos, o *Buen Vivir*. O *Buen Vivir* é um “velho-novo” paradigma, que se conforma pela experiência acumulada destes tantos séculos de luta contra a imposição ao modo hegemônico que busca acabar com toda a cultura originária que sobreviveu e transformar tudo em mercadoria, bem ao modelo ocidental.

A região Andina se apresenta como o berço do pensamento originário do *Buen Vivir*. O paradigma do *Buen Vivir* não pretende ser uma solução apenas para os problemas latino-americanos, mas sim, para todo o mundo, pois se baseia na plenitude da vida e no respeito a ela em primeiro lugar. Desde uma perspectiva prática, o *Buen Vivir* pretende-se viável de ser aplicado em outras culturas e civilizações, pois tem como princípio o respeito e valorização da pluralidade cultural, das tradições, conhecimentos milenares específicos que são paulatinamente ameaçadas de desaparecer pelo contínuo crescimento do pensamento universalista ocidental.

Como bem esclarece Gudynas (2011), o *Buen Vivir* é um conjunto de ideias que estão sendo construídas a partir da reação e, ao mesmo tempo, uma alternativa aos conceitos hegemônicos de desenvolvimento. Dentro deste conjunto acumulam-se, então, diversas reflexões que exploram novas perspectivas criativas, tanto no plano das ideias como também através da prática.

No se pretende defender una única definición del Buen Vivir; es más, como se verá a continuación considero que no se puede elaborar una definición que sea aplicable a todos los casos. El propósito es ofrecer una mirada panorámica, aún a riesgo de ser incompleta, pero que deje en claro que el Buen Vivir en este momento está germinando en diversas posturas en distintos países y desde diferentes actores sociales, que es un concepto en construcción [...] (GUDYNAS, 2011, p. 3).

Esta pesquisa, assim como aborda Gudynas (2011) para o paradigma do *Buen Vivir*, não pretende defender uma única definição do *Buen Vivir*, pois este é um conjunto de ideias que busca somar saídas para a liberdade. Porém propõe que no caso da América Latina o *Buen Vivir* precisa partir sempre de uma base descolonial. A partir disso, este estudo busca incluir o debate das cidades latino-americanas neste conjunto de ideias para um *Buen Vivir*, ou seja, um *Buen Vivir* também para o espaço das cidades, um *Buen Vivir* urbano Latino-Americano.

Neste sentido, surge a pergunta: O que queremos para nós e para o mundo daqui para frente? Queremos seguir reproduzindo as mesmas lógicas que o eurocentrismo, a modernidade e o sistema capitalista impuseram sobre nós, transvestido de metas hegemônicas de desenvolvimento? Ou vamos, finalmente, olhar para nós mesmos, para dentro, nos entreolharmos, para percebermos que a resposta não está no Norte?

A história apenas nos prova que muitas das respostas vindas do Norte nos levam a caminhos perigosos. Dessa maneira acredita-se que devemos procurar nossas próprias saídas para a resolução dos problemas específicos da região para perceber que a resposta que nunca esteve no Norte, pode estar no aqui mesmo, no *Sur*.

A aposta desta dissertação é que é preciso buscar uma epistemologia outra, ou uma epistemologia que seja contra-hegemônica, como é o caso do *Buen Vivir* (ou *Vivir Bien*, *Sumak Kawsay* ou *Suma Qamaña*) que vem se tornando uma alternativa real ao modelo de desenvolvimento oferecido pelos bancos e organismos criados a partir do encontro de *Bretton Woods* em 1944 - com a presença do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros *players* econômicos - que preparou um conjunto de parâmetros mundiais para divulgar a ideia de progresso e desenvolvimento que devasta tudo, nossa cultura, nossas tradições, nossos saberes milenares, nossas lógicas comunitárias, nossas forma de interagir e integrar uma comunidade e a forma própria de se relacionar com a natureza.

O *Buen Vivir* é um arcabouço de princípios, valores e ideais, que busca o caminho para a possibilidade de uma existência social alternativa e libertadora. Pois este surge de dentro do território latino-americano, no nosso mundo, do mundo dos nossos ancestrais, resistindo e sendo repassado ao longo do tempo. Os povos indígenas que carregam consigo os princípios do *Buen Vivir*, aliados a setores populares após muitos protestos e mobilizações conseguiram lograr, através de muita luta contra o neoliberalismo, processos constituintes que culminaram na elaboração e construção de duas Constituições nacionais: no Equador e na Bolívia. Sendo que estas duas Constituições foram atravessadas pelos princípios do *Buen Vivir / Vivir Bien*, como base articuladora dos direitos.

Exercitar o olhar para dentro, se torna, então, um ato de resistência e, até mesmo, de autodefesa, uma vez que o oferecido pelo “externo” até hoje só serviu para reforçar as estruturas de poder que os mantêm no mesmo lugar de dominação, desfrutando do estado de “bem-estar social” as custas da nossa miséria e exploração, e as custas da contínua

expropriação de todos os outros países do Sul também subalternizados pela construção do pensamento hegemônico europeu. Essa construção é uma fictícia e racista, pois é baseada na ideia de uma “superioridade” europeia e, conseqüentemente, de uma inferiorização e subalternização das outras culturas, outras raças, outros saberes, outras formas sociais e de organização existentes no globo que se diferenciam desse padrão europeu.

A invasão do território latino-americano pelos colonizadores significou a instalação de um sistema de dominação e de poder sustentado pela continua afirmação da perspectiva eurocêntrica. Tal perspectiva consolidada primeiramente através dos colonizadores nos classificou primeiro como selvagens. Mais de quinhentos anos se passaram e indígenas, negros e mestiços da América Latina permanecem sendo colonizados, saqueados e mantidos na posição de explorados exatamente como a quinhentos anos atrás.

Ruy Mauro Marini (1992), importante pensador latino-americano, uma das principais referências da teoria da dependência, apoiando-se nas ideias “estruturalistas” do desenvolvimento utilizou junto a outros pensadores da época, o método dialético do marxismo para explicar a realidade latino-americana relacionando-a ao desenvolvimento da economia mundial, já que a região encontra-se inserida em um sistema mundo/global do modo capitalista de produção ao qual foi posicionada como região primário-exportadora. Marini (1992) acrescenta no conceito da economia mundial as relações internacionais de produção e o mercado mundial, numa perspectiva da Divisão Internacional do Trabalho, desenvolvendo a relação de dependência ao qual denomina esta relação como Centro – Periferia – Países socialistas.

No âmbito destas relações, Marini (1992) define, por um viés econômico, a relação de Centro – Periferia em que o padrão mundial de reprodução do capital colocou os países da América Latina no lugar de periferia econômica do mundo e, por isto, compreende-os como países Periféricos, e ou, de Periferia, sendo a Europa Ocidental e os Estados Unidos países de centro, pelo fato destes estarem no centro da economia dentro de uma lógica econômica global.

Neste sentido, o autor apresenta três mecanismos que para ele definem a relação de “super-exploração” do Centro (Europa e Estados Unidos) sob a Periferia (América Latina): O aumento da intensidade de trabalho, o aumento da jornada de trabalho ambas sem a valorização salarial correspondente acarreta na redução do fundo de consumo do trabalhador e

a superexploração de matéria prima inserindo a região em uma situação estagnada de modelo primário-exportadora. Sendo consequência para a economia dependente a desvalorização dos preços abaixo do valor de mercado diante da economia mundial que, através dos baixos gastos de produção, ou de uma mais valia extraordinária, se mantêm na posição de Centro em uma contínua exploração dos países periféricos.

Partindo das bases que a teoria marxista da dependência nos oferece, fica evidente que o pensamento e as bases sociais, econômicas e políticas dadas pelos países de Centro ou hegemônicos nos permitem apenas a permanência na posição de Periferia para que eles, a partir dessa posição, possam fazer a manutenção do poder em suas mãos, permanecendo também na mesma posição de *centro* e colhendo os frutos do nosso suor, do sofrimento do nosso povo, destruindo e explorando paulatinamente nosso território.

[...] las ciencias sociales ha visto tres momentos principales correspondientes a tres orientaciones teóricas contrastantes: la teoría de la modernización en las décadas de los cincuenta y sesenta, con sus teorías aliadas de crecimiento y desarrollo; la teoría de la dependencia y perspectivas relacionadas en los años sesenta y setenta; y aproximaciones críticas al desarrollo como discurso cultural en la segunda mitad de la década de los ochenta y los años noventa (ESCOBAR, 2006, p. 1).

Como elucida Escobar (2006), ao largo dos últimos cinquenta anos as conceitualizações sobre o desenvolvimento possibilitou a criação de um vasto aparato institucional que criou tal discurso. Como explica o autor, esta construção acabou por se transformar em uma força real que transformou a realidade social, econômica e social dos latino-americanos. Tal aparato contou com inúmeras organizações desde as instituições criadas a partir do encontro de *Bretton Woods*, assim como, também, outras organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) - até as agências nacionais de planejamento e desenvolvimento que apoiavam projetos de desenvolvimento em escala local.

La teoría de la modernización inauguró, para muchos teóricos y elites mundiales, un período de certeza bajo la premisa de los efectos benéficos del capital, la ciencia y la tecnología. Esta certeza sufrió su primer golpe con la teoría de la dependencia, la cual planteaba que las raíces del subdesarrollo se encontraban en la conexión entre dependencia externa y explotación interna, no en una supuesta carencia de capital, tecnología os valores modernos (ESCOBAR, 2006, p. 18).

A partir destas constatações, para o melhor entendimento da posição que a América Latina ocupa neste processo, principalmente agora na segunda década do século XXI quando a América Latina sofre mais uma tentativa imperialista de aprofundamento da relação

desigual entre Centro – Periferia vê-se necessário um debate ampliado sobre o tema da dependência e da exploração dos países periféricos.

Esta relação de contínua exploração da América Latina agora instrumentalizada pelo neoliberalismo eleva a níveis assustadores as formas de mercantilização das nossas vidas, dos nossos corpos, da nossa mente, da nossa subjetividade, colocando em risco tudo o que resistiu e tudo que foi reconstruído e construído neste território. Como define Milton Santos (1999, p. 7), importante geógrafo latino-americano, o território é “o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças e todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria ideia de nação, e depois a ideia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: ‘primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem’. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe. (SANTOS, 1999, p. 2).

Partindo da abordagem que Santos nos oferece sobre o território, é possível afirmar que a América Latina pós-invasão é, em grande medida, o resultado cartográfico da exploração econômica colonial do território, seja no campo ou na cidade. Por outro lado, este espaço é, também, lugar em que as identidades resistentes se encontram. Utilizando então como ponto de partida para situar o debate a perspectiva da teoria da dependência que Marini (1992) nos oferece, e entendendo o território latino-americano ainda hoje como laboratório de exploração imperial conformado desde o processo de colonização, pretende-se com este estudo analisar o fenômeno urbano latino-americano que se deu em grande medida, como uma formação territorial produto do capitalismo colonial e que, posteriormente, se desenvolveu em grande medida influenciado pelas agendas e parâmetros de desenvolvimento sugeridos pelas organizações e bancos internacionais.

Considerando as tendências globais de homogeneização e aniquilação das identidades através de instrumentos neoliberais que pretendem ao que parece transformar as cidades em um espaço generalizado de mercantilização em que tudo é transformado em mercadoria, Anibal Quijano (1967), questiona se “a urbanização na sociedade ou urbanização da

sociedade?”. Com esta provocação o autor nos coloca uma reflexão importante sobre a perspectiva descolonial necessária quando se analisa a produção do espaço urbano de uma forma geral na América Latina, pois a produção deste espaço, é, antes de tudo, o resultado e a materialidade cartografada dos processos de colonização, exploração, dominação e subsequentemente, dos incontáveis processos de re-colonização que marcam, saqueiam e permanecem ainda nos dias de hoje continuam destruindo essa terra, essa cultura e esse povo já há mais de 500 anos.

A economia capitalista global funciona transferindo valor da Periferia para os países de *Centro*, atuando na regulamentação dos preços dos produtos que ela mesma comercializa e compra na América Latina. Em suma, é ela mesma que estabelece o preço que ela vai comprar o que chamam os economistas de administração monopolista dos preços. Estes países do Centro estabelecem, por exemplo, o preço que vão pagar pelos produtos que saem do pequeno até o grande produtor. Importante chamar atenção para o fato de que esta política econômica praticada por eles é a de protecionismo, ou seja, contam com um mercado interno superdesenvolvido, uma economia interna forte que é abastecida hoje principalmente pela descentralização da produção efeitos de uma avançada globalização a partir da exploração de mão de obra barata dos países periféricos.

Como bem descreveu Eduardo Galeano em “As veias abertas da América Latina”:

Segundo a voz de quem manda, os países do sul do mundo devem acreditar na liberdade de comércio (embora não exista), em honrar a dívida (embora seja desonrosa), em atrair investimentos (embora sejam indignos) e em entrar no mundo (embora pela porta de serviço) (GALEANO, 2010, p. 6).

Desde o século XVIII até o começo da sua incipiente industrialização durante o século XX, os países da América Latina se caracterizaram por ser economias com baixa diversificação produtiva e alta concentração das suas exportações em setores extrativistas e de recursos primários. Esta característica posicionou a região de uma maneira particularmente vulnerável aos ciclos que atravessam a demanda de bens primários ou términos de intercâmbio com os países de *Centro*, situação que permanece hoje inalterada.

Então pergunta-se: o que são as dinâmicas territoriais na América Latina colonizada, que não marcas fiéis, cravadas pela destruição, exploração e pelas imposições das lógicas mercadológicas capitalistas impostas pelos colonizadores? O que são estas formações que não o resultado de sequenciais respostas das necessidades capitalistas dos países de Centro?

Como afirma Quijano (1967): “O processo de crescimento demográfico urbano como tal é um correlato do crescimento econômico urbano”, ou seja, o fenômeno urbano da maneira como foi submetido no território latino-americano é, em si mesmo, desenhado pelas bases e estruturas da colonização.

A formação das cidades da América Latina foi iniciada para atender as necessidades demandadas pelos processos de extração e comercialização de matéria prima para serem enviadas à colônia ou ocorreu através de processos de industrialização e, conseqüentemente, dos movimentos de imigração e das fortes migrações campo-cidade, estampando o retrato perverso desse processo de colonização e expropriação. Ou seja, as cidades latino-americanas, acompanhadas das dinâmicas territoriais que nela se deram, são a cartografia mais explícita da colonização. Levando em consideração que a organização territorial latino-americana é, em si mesma, um processo indissociável da nossa posição de explorados colonizados em relação aos países de *Centro* e desse modo, ela se torna também indissociável das relações econômicas mundiais desde o momento em que fomos inseridos como Periferia na DIT.

Atualmente o processo avançado da globalização trouxe para as cidades um novo papel, definido pelas agências internacionais, decidindo mais uma vez quais serão os rumos destas cidades. Erminia Maricato (2009) situa esta posição no debate a partir da nossa situação enquanto região *Periférica*: “Trata-se assim de uma receita para os países e outra para as cidades se adequarem aos novos tempos de ajuste das economias capitalistas periféricas” (MARICATO, 2009, p. 14).

No entanto, é comum estudos e análises das dinâmicas urbanas latino-americanas por uma perspectiva demográfica e isolada que desconsidera o poder global colonial nas análises como se o fenômeno urbano não fosse, em si mesmo, a materialidade territorial dos fenômenos sociais, políticos e econômicos pelo qual passou a região inserida numa situação geopolítica de dependência.

A configuração territorial na América Latina é a cartografia ou o carimbo no território da economia colonial de exploração a máxima potência. A urbanização na América Latina é como explica Quijano (1967):

[...] somente uma dimensão particular do processo geral de urbanização da sociedade em seu conjunto, e é indispensável tomar como ponto de partida a sociedade global como tal, para poder explicar e interpretar adequadamente o processo geral de urbanização, ou seja, é dizer que o processo de urbanização da

América Latina é indissociável de um fenômeno global (QUIJANO, 1967, p. 6, tradução própria)

Quijano (1967) nos chama a atenção para o fato de ser indissociável estudar nossas cidades junto a um processo global e, como alerta Maricato (2000), inicia-se no século XXI uma complexa ideia sendo enfatizada por bibliografias prestigiadas e hegemônicas, do mercado da consultoria internacional, que afirmam que as cidades têm um novo papel no mundo globalizado.

Como explica a autora, esta ideia tem como pano de fundo um propósito neoliberal de intensa privatização e mercantilização das cidades, aproveitando brechas para enfraquecer e desregulamentar a estrutura pública, fragmentando-a e dando ao mercado um espaço absoluto. Maricato (2015) em referência a Arantes (2000) continua: “ele reforça a ideia da cidade Autônoma, a qual necessita instrumentalizar-se para competir com as demais, na disputa por investimentos” (Maricato, 2015, p. 89). Esta situação, que não desvia em nada os antecedentes históricos, apenas demonstra mais uma vez o perigo maior que assombra nossas cidades, nossos países e nossas vidas enquanto latino-americanos: é quando existe uma clara e continuada intenção dos órgãos internacionais de transforma-las em mercados que competem entre si, sucumbindo por dentro o sistema político num âmbito municipal e que pode ser ainda mais desastroso em seus desdobramentos.

A situação de Periferia e a fragilidade em que foi posicionada a América Latina no sistema mundo, levando em conta o histórico de luta popular e anti-imperialista demonstrada na força da resistência latino-americana desde o início do processo de colonização, insurgem em lutas e movimentos evidenciando a força natural do nosso povo.

Mesmo que a luta por uma América Latina única tenha sido constituída por muitos momentos da história por ter sido dividida em nações e que tenha resistido através de um imenso histórico de luta indígena e popular até a conformação dos governos socialistas do século XXI, através de inúmeras conquistas e tentativas de se reintegrar em um só povo assiste-se, novamente, um processo de dominação e exploração por todo seu território, demonstrando que a América latina permanece, hoje, extremamente vulnerável às investidas neoliberais de saqueamento das riquezas naturais e de destruição das nossas identidades, tradições e cultura.

Assim, este estudo pretende, através de um giro descolonial, apresentar análises baseadas nas epistemologias descoloniais da cosmovisão dos povos indígenas andinos oferecidos através do paradigma *Buen Vivir* como alternativa frente às ameaças de mercantilização, neoliberalização e financeirização das cidades.

Dessa forma, torna-se necessário construir uma forma de pensar que não seja manipulada pelas tendências hegemônicas do pensamento europeu. É preciso que se faça um giro descolonial entendendo que para pensar uma saída ou estabelecer uma proteção contra hegemônica ou anti-imperialista é necessário a descolonização “do saber do poder e do ser” para que assim possamos acessar, desenvolver e recuperar um pensamento próprio que nos foi negado ao longo do tempo com o objetivo de superar os paradigmas impostos sob nossas vidas. Além disso, utilizar a ferramenta da descolonização para submergir os princípios éticos dos nossos povos originários que foram impedidos de existir no mundo eurocêntrico onde domina a competição, o individualismo e as trocas baseadas sempre atravessadas pelo consumo.

A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder (QUIJANO, 2005, p. 2).

2. AS ESTRATÉGIAS COLONIAIS DE ENCOBRIMENTO DA AMERICA LATINA

12 de outubro de 1492 é o marco inicial da maior atrocidade já cometida pela humanidade contra ela mesma. Neste ano se deu o que os europeus entenderam como a “A descoberta da América”. O instante em que aconteceu o encontro de dois lados do mundo ou o encontro de dois mundos completamente distintos, com epistemologias distintas, com valores éticos distintos, com formas de organização social distintas e com deuses distintos.

Um lado chegava trazendo crenças e valores cristãos, o pecado, a culpa, o Estado, a propriedade privada, o homem como indivíduo racional, a competição e a ideia de que o humano (homem, branco, europeu) era um ser superior em relação a natureza. O *outro lado* tinha como deus o Sol, a *Pachamama* e se considerava como parte complementar de um todo, assim como as pedras, os rios, os animais e tudo mais que existe no planeta, pois para eles tudo é parte indissociável de um sistema só que precisa ser cuidado, pois toda alteração ou destruição de um desses elementos afeta o funcionamento como um o todo, o organismo que é a *nuestra Madre tierra*. Por este motivo o *Buen Vivir* se baseia nos princípios da complementariedade e na cooperação que parte da ideia que nenhum elemento, seja ele animado ou inanimado, pode ser negligenciado, pois isso desequilibra o funcionamento do sistema da vida. É como pensar no funcionamento do corpo, pois se um órgão passa a não funcionar bem, o corpo inteiro está em risco.

Quijano (2010, p. 59) em seu pensamento baseado na descolonização do ser, do saber e do poder, considera que no momento em que os colonizadores chegam no território ao qual denominam de “índias acidentais”, se origina o tempo inaugural de um novo mundo histórico e também o início de um novo padrão de poder. Assim, para o autor, além do espaço original e o tempo inaugural de um novo padrão de poder, se inaugura também a primeira “indigenização” da primeira população do mundo submetida a “racialização” de sua nova identidade.

Quase toda história, cultura e sabedoria milenar dos povos pré-colombianos que habitavam o território que recebeu o nome de América, foi destruída. Neste ano de 1492, iniciava-se para esta população originária e, mais tarde para seus descendentes, uma lista que ultrapassa quinhentos anos de negligenciamentos e o começo da destruição daquilo que estes entendiam como mundo ou como a *Pachamama, la Madre tierra*. Como bem descreve o pensador uruguaio Eduardo Galeano:

Em 12 de outubro de 1492 os nativos descobriram que eram índios. Descobriram que viviam em um lugar chamado América. Descobriram que estavam nus, que existia o pecado. Descobriram que deviam obediência a um rei e uma rainha de outro mundo, e a um deus de outro céu. E que esse deus havia inventado a culpa e o vestido, que mandou queimar vivo quem adorasse o sol, a lua a terra e a chuva que a molha (GALEANO, 2011, p. 198).

Neste momento, em que dois mundos que até então se mantinham separados por um oceano misterioso, perigoso e inexplorado, iniciou-se um cruel processo de dominação, de extermínio e de exploração europeia sobre o território latino-americano.

Segundo Quijano (2005), tal dominação colonial é uma das claras evidências da permanência conflitiva da relação e domínio colonial, em que se evidencia uma estrutura ou matriz de poder colonial que parte dos interesses da origem do capitalismo e que é concebida desta forma como marco da modernidade, atravessando até hoje todos os âmbitos da vida na América Latina.

O discurso europeu, produzido a partir do momento em que nestas terras desembarcaram, é a construção da versão e visão hegemônica europeia, mantida e entendida pela maioria, como a única versão existente da verdade. Tal narrativa é, em si mesma, o encobrimento do “outro”, considerando que ela surge sem nenhuma participação deste “outro”, a não ser como um mero objeto a ser estudado, mas muito longe de ter um “*status* de ser humano” como o dos europeus.

Enrique Dussel (1993) importante filósofo, professor e pesquisador sobre o tema, demonstra a partir de memórias escritas deixadas por Cristovão Colombo, como este pensamento foi inicialmente sendo construído. Colombo, como todos os seres sociais europeus daquele momento, demonstra a partir da sua escrita, o teor ético que carregava consigo como homem europeu, demonstrando em suas cartas as evidentes bases que trazia consigo da sua cultura. A partir das Cartas de Colombo, na versão de *las casas*, Dussel (1993) faz uma análise de discurso que permite interpretar o “mundo” na visão de Colombo com mais clareza.

Ás duas horas depois de meia noite (de 12 de outubro) apareceu a terra... uma ilha dos lucaios, que se chama na língua dos índios Guanahani. Depois vieram pessoas nuas...gente muito pobre de tudo. Eles andavam todos nus como sua mãe os pariu. (DUSSEL, 1993).

Como fica evidente nesta passagem, o encontro de Colombo com o “outro”, o homem pré-colombiano, causou-lhe estranhamento e uma negação deste outro colocando-o em um lugar de inferioridade e de desprezo. Estas impressões relatadas por ele apenas evidenciam as subjetividades e as epistemologias que ele, enquanto indivíduo fruto das construções sociais do mundo europeu, trazia consigo enquanto ser social deste mesmo mundo. Tais julgamentos demonstram os princípios éticos que tinham os homens europeus que chagaram por estas terras, e o genocídio que ocorreu na corrida pela conquista das terras evidenciam, em grande medida, os valores sociais que trouxeram estes homens que aqui chegaram. Mesmo assim, em meio a tanto massacre e crueldade, quem recebe o rótulo de selvagem e não civilizado é o povo pré-colombiano que pareciam não demonstrar na sua cultura o objetivo de descobrir mais terras em “outros mundos” com a intenção de acumular mais riquezas a qualquer custo.

Todo este processo foi um claro desrespeito e uma deslegitimação da cultura e da sabedoria dessa população que existia há milhares de anos no território latino-americano. Estima-se que habitava no território da América Latina em torno 88 milhões de habitantes, mas na escrita dessa história só um lado foi narrado e este lado foi o do europeu.

A invasão colonial pode ser considerada uma das maiores barbáries da história da humanidade por vários motivos. Um deles se revela pela quantidade de pessoas mortas durante todo o processo de barbárie. Pode-se afirmar que o “descobrimento da América” foi, e ainda segue sendo, o “encobrimento da América”, pois esta interiorização encobriu, através da violência, toda sabedoria, cultura e organização social milenar que existiam nesta região.

“Encobrimento da América” seria então o termo justo a se utilizar na tentativa de resgatar e evidenciar tamanha brutalidade e violência. Neste sentido, Dussel (1993) destaca o papel da Europa como responsável pelo encobrimento do outro, apontando que por estas características, Colombo se tornou não só o primeiro descobridor, mas também o primeiro homem “moderno” da história, pois ele foi o primeiro a chegar nestas terras, inaugurando um novo período que modificou a lógica do mundo de lá até os dias atuais.

Colombo [...] é o primeiro homem ‘moderno’. É o primeiro que sai oficialmente (com ‘poderes’, não mais um viajante clandestino, como seus antecessores) da Europa Latina – antimuçulmana – para iniciar a ‘constituição’ da experiência existencial de uma Europa ocidental, atlântica, ‘centro’ da história. Esta ‘centralidade’ será depois projetada para as origens: de certa maneira no ‘mundo da vida cotidiana’ (Lebenswelt) do europeu: a Europa é ‘centro’ da História desde Adão e Eva, os quais também são considerados europeus, ou, pelo menos é considerado como um mito originário da ‘europeidade’, com exclusão de outras culturas (DUSSEL, 1993, p. 32).

Segundo Dussel (1993) e Gutierrez (1993), ao longo de todo este processo, o encobrimento do “outro” foi utilizado também como estratégia para apresentar razões que justificassem a escravidão. Pensadores europeus da época desenvolveram teses que buscavam justificar este processo. Juan Ginés de Sepúlveda (1550) por exemplo, especialista em Aristóteles e um dos maiores expoentes do humanismo filosófico da Espanha, foi um destes pensadores. Sepúlveda argumentava que era necessário escravizar os “selvagens” e a justificativa que ele apresentava era de que a quantidade de cavalos que chegavam da Espanha trazidos nos navios era muito reduzida e este simples motivo justificava a “necessidade” de escravizar os indígenas. Sepúlveda defendia a ideia de que, para esse caso, era necessária a intervenção violenta, pois os “bárbaros” não tinham noção de religião, de propriedade, de família e por isto, segundo ele, os homens “civilizados” europeus colonizadores tinham o dever de intervir sob tal situação. O autor também defendia que guerras poderiam ser admitidas contra os indígenas apenas para conseguir prisioneiros e a conquista poderia ser levada avante sem que isto se configurasse como crime ou vantagem para os espanhóis, pois, para ele, este processo traria bens ainda maiores para os indígenas que seriam civilizados.

Em primeiro lugar os bárbaros deveriam ser convidados a aceitar os grandes benefícios que os conquistadores se propunham dar-lhes, deveriam permitir que os instruisse na "verdadeira religião e em melhores leis e costumes" e a reconhecer o domínio do rei da Espanha. Se eles se aproximassem e aderissem "talvez sem usar armas", seriam eles e suas posses submetidos aos espanhóis. Se pedissem uma oportunidade para deliberar a respeito da oferta, tempo suficiente para organizarem conselho público e chegar a uma conclusão, isto deveria ser garantido. Se rejeitassem a proposta espanhola, deviam ser conquistados, seus bens confiscados como propriedade do príncipe conquistador, e deviam ser punidos pelo processo usual como vencidos, isto é, com a escravidão. Se estas condições fossem preenchidas, a guerra contra os bárbaros seria justa, mesmo que individualmente os soldados e os chefes fossem movidos pela ambição, e a presa de guerra não precisava ser devolvida como de outro modo seria o caso (DUSSEL, 1993, p. 20).

A lógica eurocêntrica difundida e desenvolvida ao longo do tempo acarretou grandes prejuízos e fortes raízes eurocênicas na realidade latino-americana, tornando-se para uma grande parcela da população mundial a única “verdade” existente. Verdade esta que se deu pela manutenção e aprimoramento das formas de dominação, não só dos povos originários e, posteriormente, de seus descendentes, mestiços e negros, como, também, pela forma na qual foi instaurado o modelo de Estado Moderno a partir das independências.

O processo de encobrimento foi só uma parte entre uma imensidão de outros mecanismos utilizados pela Europa para dominar tudo e todos que se diferiam do seu formato cultural, social, econômico, religioso e político.

Quijano (2005) demonstra este processo quando analisa a construção da ideia de raça como instrumento de “legitimação” das relações de violência e dominação. A ideia de raça juntamente com a colonização e o crescente poder que a Europa foi adquirindo ao longo do tempo em todos os aspectos, mas, principalmente, no que diz respeito ao monopólio da produção de conhecimento e de subjetividade que proporcionou a “legitimação” “das relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desta forma o autor complementa sobre a construção da ideia de raça:

os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005. p. 229).

Toda esta construção nasce do berço do pensamento moderno, a Europa. Este pensamento baseava-se em princípios criados e definidos por eles mesmos e que encobre tudo que é diferente deles. Ou seja, quase todo o resto do mundo. Enaltecera a sua suposta superioridade de raça e cultura em relação aos demais. Esta característica aparece como um dos pilares que mais impedem a sociedade de encontrar saídas para os problemas sociais e para o sistema político e econômico capitalista.

O debate em torno destes temas evidencia de forma clara que a relação social de dominação e exploração fundada em torno da ideia de raça é, como define Quijano (2010), um produto da história do poder e não de uma “natureza” cartesiana, mas que se faz patente da extrema heterogeneidade histórica dessa população “indigenizada” que na sua prévia história de meio milhão de anos agora produz pensamentos em torno da des/colonialidade do poder.

O pensamento baseado no *Buen Vivir*, segundo Acosta (2011), procura recuperar a sabedoria ancestral dos povos originários ameríndios. Este pensamento segue a ideia oposta a ideia de “viver bem” oferecida pelos europeus em que este é alcançado através dos processos de acumulação, individualismo, competição e alienação capitalista. O viver bem europeu, depende assim que para que alguns vivam bem o resto do mundo pague por esta regalia

vivendo mal, ou muito mal. Tal ideal de vida transforma tudo e todos em coisas que podem ser trocadas por dinheiro e não proporciona nada além de uma extrema desigualdade em que poucos tem muito e a grande maioria tem muito pouco ou nem o mínimo para conseguir comer todos os dias. Enquanto alguns acumulam trilhões outros não tem sequer o que comer.

Como mencionado anteriormente, *Buen Vivir* se configura como um conceito aberto, um guarda-chuva que abarca perspectivas, paradigmas, epistemologias, formas de organizações sociais e práticas, que se dão baseadas na cosmovisão indígena e que assim, conseqüentemente, se baseiam na descolonização do ser, do poder e do saber.

Hoje, mais do que nunca, em meio a derrocada financeira internacional, que é apenas uma faceta da crise civilizatória que se abate sobre a humanidade, é indiferenciável construir modos de vida que não estejam regidos pela acumulação do capital. O Bem Vier serve para isto, inclusive por seu espírito transformador e mobilizador (ACOSTA, 2016. p. 28).

Outras perspectivas e epistemologias como o *Buen Vivir*, e inúmeras outras cosmovisões indígenas, e tudo mais que foge ao ideal moderno capitalista, proporcionam um deslocamento do pensamento para um outro sentido das coisas. Este deslocamento se transforma automaticamente em oposição a estrutura do pensamento moderno, europeu, hegemônico e ameaçam o funcionamento do seu sistema que pretende ao fim ser universal.

2.1.1 O universalismo como instrumento de encobrimento

Qualquer divergência, qualquer saída, qualquer ou outra perspectiva de mundo, que seja contrária à construída pelo pensamento nascido nos países hegemônicos é, também, uma rachadura, uma brecha para um possível levante de resistências. Assim, onde estas saídas existirem correram o risco de serem conceitualmente capturadas e distorcidas para favorecerem o pensamento hegemônico moderno, já que este controla, em grande medida, a produção de conhecimento no mundo.

Por este motivo, foi tão importante para os europeus estabelecerem parâmetros universalizantes para a implementação do poder, ao passo que a abertura e disseminação de outras perspectivas, e outras possibilidades de mundo impossibilitaria a implementação de um sistema capitalista dentro de um território que anteriormente não se desenvolvia a partir destas lógicas eurocêntricas.

Tal construção tem como pressuposição básica o caráter universal da experiência europeia. As obras de Locke e de Hegel –além de extraordinariamente influentes–

são neste sentido paradigmáticas. Ao construir-se a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radicalmente excludente (LANDER, 2005, p. 24).

A utilização de tais estratégias hegemoneizantes e universalizantes de dominação do território latino-americano sempre serviu, e permanece servindo, para garantir a contínua exploração das riquezas naturais, da maioria empobrecida e escravizada e, conseqüentemente, para a manutenção das estruturas que comportam a estabilização dos poucos que detêm a maioria da riqueza mundial.

Na região do Brasil, por exemplo, uma das estratégias de padronização/ universalização moderna e hegemônica utilizada como modelo de superioridade do homem branco europeu foi um projeto de “embranquecimento” da população indígena. Este projeto foi implementado através do “incentivo” aos homens brancos, colonizadores, a manterem relações sexuais com as mulheres indígenas e escravas para que os filhos nascessem mais brancos.

Analisando por uma outra perspectiva os resultados de tal estratégia, pode-se dizer, que este objetivo não alcançou de fato os objetivos desejados, pois o que aconteceu na realidade, foi muito mais um “escurecimento” dos descendentes destes homens brancos que viviam na região do que um real embranquecimento dessa população.

O padrão branco imposto na época é o grande responsável pelo pensamento racista que sobrevive com muita força ainda nos dias de hoje. Silvia Rivera Cusicanqui (1993) e Javier Sanjinés (2005) demonstram como a utilização da matriz colonial da mestiçagem foi utilizada como discurso de poder. Estes processos permitiram, de forma quase naturalizada, a reprodução e a estratificação da violência e da segregação dentro de um Estado e uma sociedade “civilizadamente” excludente. O discurso da mestiçagem no mundo globalizado serve para sustentar os argumentos de que o racismo e a injustiça racial não existem.

Outros padrões sociais impostos na época, e que devem ser considerados, foi a lógica hierárquica de funcionamento de todas as instâncias da sociedade, seja na política ou na família, impreterivelmente homens brancos liderando toda as instâncias da vida social e de poder.

2.1.2 O universalismo como instrumento de encobrimento pela disciplina

A disciplina também foi e ainda é um dos mais importantes pilares que sustentam a manutenção de toda esta epistemologia colonial de poder. A ideia da disciplina e a de especialização ajudou a fragmentar o conhecimento em partes separadas, como se tudo no mundo não fizesse parte complementar de uma mesma lógica e de um mesmo sistema interligado. Essa estratégia, fez com que a sociedade fosse se desenvolvendo e tendo conhecimento de coisas cada vez mais e mais específicas, o que acabou por gerar uma alienação generalizada do conhecimento e dos processos. Tal fragmentação do conhecimento teve como resultado a diminuição do entendimento do mundo no qual todas as coisas estão de alguma forma conectadas e se afetam entre si.

Este processo gera uma menor capacidade de entendimento das pessoas em relação aos processos sociais. A disciplina é alienante e tem como plano de fundo a intenção de diminuir a capacidade do entendimento de maneira geral.

Na cosmovisão indígena não existe a separação entre áreas do conhecimento, para eles tudo está interligado. Utilizam através da prática todo o conhecimento ancestral é passado de pai para filho. Esta sabedoria garante tudo que precisam para sobreviver. Para eles a natureza oferece tudo que necessitam e assim, vivem para desfrutar a vida, que é sagrada, interagindo harmoniosamente com seu entorno, a *Pachamama* que é o organismo do qual fazem parte e que por ela se proporciona a existência da vida e por isto se entendem como seres complementares a todos os outros.

O padrão disciplinar criou, intencionalmente, pessoas que tiveram seus conhecimentos limitados e controlados pela implementação de um sistema de ensino inteiramente construído a partir de bases modernas europeias. Este processo se deu, principalmente, através das escolas e pelos materiais didáticos utilizados muitas vezes incentivados e controlados por instancias de poder ligadas aos países de Centro. O sistema de ensino aliado aos meios de comunicação hegemônicos, que por sua vez são e sempre foram controlados pelos poderes hegemônicos. Ou seja, as sociedades de uma forma geral vêm reproduzindo majoritariamente, sem sequer saber todos os pilares coloniais capitalistas que mantêm o sistema vigente que transforma a sua vida numa constante escravidão.

Todos estes padrões serviram como base para o estabelecimento do capitalismo como o sistema majoritário e para a criação da sociedade que deveria ser branca, capitalista,

disciplinada, individualizada, controlada, adestrada, alienada e obediente, para que pudessem roubar e destruir toda a riqueza do território latino-americano e, assim, manter sua dominação sobre a região e sobre a vida das pessoas.

Seguindo a mesma lógica, e como não poderia deixar de ser, foi importado para a América Latina, além de um modelo de sociedade, também o modelo de configuração urbana de controle europeu. Este modelo colaborou para o sucesso de tal processo, pois repetia de forma territorializada todos os pilares capitalistas, racistas e de dominação, seja em sua configuração territorial ou na estrutura do estado moderno. Baseado no direito individual de propriedade e de família, tendo o direito e a defesa da propriedade privada como principais bases dessas das construções sociais.

A ‘superioridade evidente’ desse modelo de organização social – e de seus países, cultura, história e raça – fica demonstrada tanto pela conquista e submissão dos demais povos do mundo, como pela ‘superação’ histórica das formas anteriores de organização social, uma vez que se logrou impor na Europa a plena hegemonia da organização liberal da vida sobre as múltiplas formas de resistência com as quais se enfrentou (LANDER. 2005, p. 27).

2.2 A ideia de modernidade como instrumento manutenção do poder: o Estado moderno enquanto encobridor da diferença e da diversidade

O ideal moderno, introjetado pelos colonizadores, tinha como princípio pensamentos que estabeleciam um mundo onde tudo fosse forjado para enfatizar a superioridade a partir de seus próprios padrões europeus. Produziram inúmeros instrumentos de dominação para demonstrar seu poder e, posteriormente, manter a vigência e controle destes padrões universais, ideais e supostamente superiores. Os brancos europeus eram a imagem e semelhança do exemplo de êxito, vitória, desenvolvimento, superioridade e beleza a serem seguidos pelos outros, os selvagens subalternizados, ruins, feios e piores. Tal processo aconteceu em meio a muito sangue derramado, o que deixa clara a estratégia europeia de acusar o outro do que ele mesmo é, para confundir e mudar o foco de atenção já que são eles os controladores de toda a narrativa. Esta estratégia segue até os dias de hoje quando, por exemplo, os poderes hegemônicos acusam diversas populações no mundo todo de terrorista, quando sabemos que na realidade são eles próprios os financiadores de todo o terror. Esta metodologia de acusar o outro do que você mesmo produz se tornou uma estratégia recorrente para a manutenção do poder, seja contra os chamados de “selvagens” africanos ou latino-americanos, seja dos “terroristas” do oriente médio.

A utilização destes meios deixa claro como os europeus, e, posteriormente, os norte-americanos tiveram êxito em conseguir criar esta violenta subjetividade. Como consequência, tal subjetividade produzida instaurou-se como um complexo de inferioridade nos dominados que como vítima de todo esse arsenal homogeneizante e universalizador passam a ter o desejo de ser a imagem e semelhança do dominador.

A colonização que contou com o aparato técnico do aprimoramento das navegações é considerada por alguns autores como ponto inicial do processo de globalização e fator indissociável do avanço das bases do projeto de pensamento moderno nascido na Europa que pretende tornar-se único.

2.2.1 O conceito de indivíduo que chega nas terras das tribos. Aquele que segrega X aquele que complementa.

No período do Século XV a Europa passava por uma transição do sistema político, econômico e social feudal para o sistema político, econômico e social capitalista. Nascia e se estabelecia uma nova era, a era Moderna, inaugurada por Colombo, o primeiro homem moderno como demonstrado anteriormente. Nela se concretizaram os principais pilares que apoiaram a consolidação desta era que segue até os dias de hoje.

Para demonstrar de onde nascem algumas das problemáticas bases desses pilares do pensamento e da cultura europeia e, conseqüentemente, do sistema capitalista, voltemos ao Renascimento e a Idade Média, Era que antecede a Modernidade, onde o pensamento europeu se dava apenas guiado pela totalidade de deus e na qual o indivíduo desempenhava um papel secundário para o pensamento filosófico.

Para o Neuser (2011), estas formas de pensar em cada uma das épocas modelaram as visões de mundo ali produzidas. Na Renascença a fundamentação do conhecimento passa a ser do próprio sujeito que pensa e em consequência disto o “indivíduo” torna-se o conceito central para o pensamento renascentista. Assim, ao final da Renascença, o conceito do “indivíduo” chega em um patamar onde já foi explorado em todos os seus sentidos, áreas e perspectivas. O teólogo Erasmos de Roterdã, junto a outros pensadores da época, desenvolveram ideias em torno da construção do indivíduo, momento que surge o modelo mais comum na Renascença, o Humanismo.

Erasmus de Roterdã partia do princípio de que o ser humano quer por natureza se refinar e se aperfeiçoar. Segundo a concepção de Erasmo, quando o ser humano se afasta da educação, se torna inútil. Para Erasmos apud Neuser (2011),

Realmente, a verdade é que um ser humano que não adquiriu um saber filosófico, nem mesmo uma educação científica, é uma criatura muito pior que os animais irracionais. Porque, enquanto os animais seguem somente seus instintos naturais, o ser humano é arrebatado para algo pior que as paixões animais, se ele não é formado pelas ciências e pelo ensino da filosofia. Nenhum animal é mais selvagem e mais perigoso que um ser humano; nele vivem a ambição, a ganância, a fúria, a inveja, a luxúria e os passeios libertinos (ERASMOS apud NEUSER, 2011, p. 29).

Fica evidente nesta passagem, os princípios culturais, epistemológicos e éticos que carregavam estes pensadores europeus. Erasmo defendia a ideia de que o homem só é pleno pelo uso das palavras e das boas maneiras, pois estas permitem a construção da civilidade. Para ele, o indivíduo nasce incompleto e por isto deve ser “moldado e formado”. Anteriormente ao período da Renascença, o indivíduo não cumpria papel nenhum nas concepções dos modos de pensamento, visto que a totalidade é que tinha esta função. Por isto, é nesse momento que se trata de esclarecer o conceito de indivíduo. Um conceito muito importante para os passos que virão adiante relacionado a modernidade.

A Idade Moderna é, então, o período onde o indivíduo se torna uma instância que pode trabalhar a partir da fundamentação. Do saber do próprio pensador. Ou seja, a partir daí o indivíduo é separado do sujeito e se torna fundador do saber por si mesmo. A formação do indivíduo durante o período Renascentista, e a partir disso através da idade moderna, definitivamente define os rumos condutores do mundo a partir dessas ideias e ideais.

A formação do indivíduo pensador, racional, autônomo, livre das rédeas totalitárias religiosas que antes o guiavam, agora criam seus próprios pensamentos e também suas próprias verdades. Por um lado, o livre pensamento e a livre criação, por outro, uma sociedade individualizada que não conseguiu se livrar do ego e das disputas e que exportou através da de muita violência contra o “outro” levando estes princípios de discriminação contra este diferente ao último grau de violência.

Catarine Walsh (2008) menciona que este processo se enquadra na colonialidade do ser e do poder que se dá por meio da inferiorização, subalternização e a desumanização do “outro”. Walsh (1999) refere-se a esta relação com o colonizado como um tratado da “não existência” demonstrando a relação entre razão-racionalidade e humanidade em que os mais

humanos são aqueles que fazem parte da racionalidade formal. A racionalidade *Meio-Fim* de Weber é então, a racionalidade da modernidade concebida a partir do indivíduo “civilizado”. A partir desta racionalidade é que se pensa o Estado nacional, que historicamente faz com que os povos, comunidades indígenas e negras, apareçam como os bárbaros, violentos, não modernos, não civilizados.

La colonialidad del ser, un tercer eje, es la que se ejerce por medio de la inferiorización, subalternización y la deshumanización: a lo que Frantz Fanon (1999) se refiere como el trato de la «no existencia». Apunta la relación entre razón-racionalidad y humanidad: los más humanos son los que forman parte de la racionalidad formal –la racionalidad medio-fin de Weber que es la racionalidad de la modernidad concebida a partir del individuo «civilizado»–. Es a partir de esta racionalidad que se piensa el Estado nacional, históricamente haciendo que los pueblos y comunidades indígenas aparezcan como los bárbaros, no-modernos y no-civilizados, y los pueblos y comunidades negras –más que todo en la región andina– como no existentes o, en el mejor de los casos, extensión de los indígenas (WALSH, 2009, p. 139).

Segundo Quijano (2012), o elemento fundante da “Colonialidade/ Modernidade/ Eurocentrada” é o radical dualismo cartesiano que separa a “razão” da “natureza”. O autor ressalta que esta é uma das ideias mais características do eurocentrismo em qualquer de suas vertentes. Ou seja, a “exploração da natureza” como algo que não necessita de justificativa e que se expressa na ética produtivista engendrada junto com a “revolução industrial”. Dessa forma o autor relaciona a inferiorização da natureza em relação a “razão” do homem concomitante a ideia de raça como parte dessa natureza que pode então sem explicação ser explorada apenas pelo fato de ser categorizada como inferior.

No início da modernidade, na transição do sistema feudal para o capitalista consolidado pelas relações coloniais, a Europa passava por uma nova lógica de acumulação acarretando, principalmente, uma nova forma de organização territorial agora configurada pelas divisões de classe. As classes sociais, definidas e estudada, posteriormente ao seu surgimento por Marx e Weber são caracterizadas pelo surgimento da burguesia, da consolidação da propriedade privada, da moeda (dinheiro) em substituição ao sistema de troca (escambo), e do surgimento das cidades, que passam a existir principalmente para facilitar a comercialização do excedente que até aquele momento não existia enquanto processo mercantil ou econômico.

Álvaro Sevilla Buitrago (2010) analisa a articulação entre a planificação territorial e os processos de mudança social na Inglaterra, período de transição do feudalismo para o capitalismo. Buitrago (2010) critica a historiografia hegemônica que ele chama de “oficial”

demonstrando como se deu a configuração do território a partir das leis que surgem naquele momento com o intuito de proteger as terras dos proprietários de terras e burgueses da época:

ese territorio sobre el que se construye el capital– y las formas de existencia que lo codifican los que erosionan las afiladas aristas del proceso de acumulación. Para penetrar ese tejido social, para desterritorializarlo, será preciso un refuerzo extraeconómico, una economía política. Las primitivas formas de ordenación del territorio que aparecen en este período –y especialmente las enclosure acts– desempeñaron, sin duda, este papel. Ellas posibilitaron la supervivencia y consolidación del capitalismo al proyectar sobre el espacio un mecanismo dialéctico de acumulación por desposesión en el que esta última operó, simultáneamente, como condición y causa del nuevo orden perseguido por el bloque social en ascenso (BUITRAGO, 2010, p. 3).

Nos séculos XVII e XVIII, surge na Europa o pensamento formulado pelos contratualistas clássicos ou jusnaturalistas. Os principais pensadores do contratualismo foram Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704), e, mais tarde, Jean Jacques-Rousseau (1712-1778). Estes pensadores influenciaram o estabelecimento das condições de liberdade que se tornaram, posteriormente, os pilares políticos da teoria liberal do estado moderno. O Estado liberal foi disseminado em todo o mundo. Estes pensadores defendiam um pensamento em comum que se baseava na ideia de que o homem tem um “estado de natureza”.

Porém Hobbes e Locke se diferenciam nesta ideia quanto à essência deste estado de natureza. Para Hobbes o Estado é marcado pela “guerra de todos contra todos” enquanto que para Locke o principal marco é a “liberdade e a igualdade”.

Locke se tornou um pensador paradigmático da modernidade, pois em seu pensamento legitimou a propriedade privada através da defesa da ideia de que com o trabalho o homem adquire o que necessita, por isto, para ele, a propriedade privada é um direito natural, pois nasce do esforço pessoal no “estado de natureza” que vem antes do poder político (ou público), e que por este motivo deve ter o seu livre exercício garantido pela lei do Estado. Contrário ao pensamento Aristotélico, segundo o qual a sociedade precede o indivíduo, Locke defende ser a existência do indivíduo anterior ao surgimento da sociedade e do Estado. Na sua concepção idealista focada no indivíduo, os homens viviam originalmente num estágio pré-social e pré-político, caracterizado pela mais perfeita liberdade e igualdade, denominado “estado de natureza”.

A inviolabilidade da propriedade é para Locke a base que abarca todos os outros direitos individuais naturais como a liberdade e a vida. A liberdade natural para Locke é algo intrínseco à própria natureza humana e não é provida por nenhum tipo de governo. Para ele, o

consentimento é o ponto de partida da sociedade civil, fazendo com que os homens assumam as obrigações da sociedade civil, unindo-se em comunidade política, de modo a desfrutar, em segurança, o bem-estar propiciado pelos bens. Ela é expressa na forma do direito à vida, à liberdade individual e ao direito à propriedade (MELLO, 1995, p. 93). Como explica Norberto Bobbio (2003, p. 23):

Hobbes, que atribui ao soberano um poder não controlado sobre a esfera privada dos súditos, reconhece, entretanto, que os súditos são livres para fazer tudo aquilo que o soberano não proibiu, e o primeiro exemplo que lhe vem à mente é 'a liberdade de comprar, de vender e de fazer outros contratos um com o outro' [1651, cap. XXI]. Com Locke a propriedade converte-se num verdadeiro direito natural, pois nasce do esforço pessoal no estado de natureza antes da constituição do poder político, e como tal deve ter o seu livre exercício garantido pela lei do Estado (que é a lei do povo). [...] A autonomia da esfera privada do indivíduo singular com respeito à esfera de competência do Estado é elevada por Constant a emblema da liberdade dos modernos contraposta à liberdade dos antigos, no quadro de uma filosofia da história na qual o *esprit de commerce*, que move as energias individuais, está destinado a tomar a dianteira sobre o *esprit de conquête*, do qual são possuidores os detentores do poder político, e a esfera privada se alarga em detrimento da esfera pública, senão ao ponto da extinção do Estado, ao menos até a sua redução aos mínimos termos (BOBBIO, 2003, p. 23).

Como destaca Diogo Bacha (2016), referindo-se ao pensamento de Locke, o homem é um ser livre e racional que nasce no mesmo estado natural de igualdade, de inexistência de poder sobre outro homem. Neste estado, o homem se encontra livre no sentido de um estado de liberdade para dispor das suas posses e até mesmo de sua pessoa, mas não tem, segundo ele, o poder para dispor sobre outros indivíduos e suas posses.

Sobre a propriedade, Locke argumenta que, apesar de Deus tê-la concedido como bem em comum, é possível um modo de apropriação legítimo para cada uma das coisas. Para ele, existe a propriedade dos frutos, das coisas e dos animais que são oferecidos por Deus para o usufruto do homem. No entanto, os frutos e os animais que servem para seu alimento serão de exclusiva propriedade individual. Ainda como descreve Bacha sobre a obra de John Locke, o que fundamenta o direito à propriedade é o trabalho humano. O trabalho faz com que se torne legítimo e natural a posse desigual e assimétrica da terra.

Desta maneira, como explica o autor, surge a partir deste pensamento uma aceitação tácita espontânea da própria sociedade em torno de tal divisão, sem qualquer acordo especial em torno da propriedade. Para Locke, as leis e as Constituições apenas teriam a função de regular a propriedade argumentando que apenas por esta razão os indivíduos se unem para formar uma sociedade. Sendo para ele, este o principal motivo do estabelecimento da

sociedade na garantia do direito de propriedade. Assim, o estado de natureza que, seria um estado que o indivíduo desfruta da liberdade e igualdade para, então, se consorciar no intuito de preservar sua vida, sua liberdade e sua propriedade. Desta forma para Locke, o Estado existe com o fim de garantir a proteção da propriedade privada para que os homens não tenham que fazer justiça pelas próprias mãos e para que não haja um duplo conceito de liberdade que não este.

O “individualismo liberal” desenvolvido pelos pensamentos de Locke teve influência na Inglaterra, principalmente na França do século XVIII, com Montesquieu e posteriormente Estados Unidos, na declaração da independência de 1776. Sendo a primeira filosofia política que influenciou em grande medida o estabelecimento das condições de liberdade que, juntamente às teorias do consentimento e da confiança, tornaram-se os pilares políticos da teoria liberal.

Dussel (2005, p. 27) propõe, então, uma oposição a interpretação hegemônica da Europa moderna ou da Modernidade. Ele conceitua a modernidade de duas formas diferentes em que uma ocorre na Europa do Século XVIII, sendo esta de cunho “eurocêntrico, provinciano, regional” e que se apresenta como “uma emancipação, uma ‘saída’ da imaturidade, por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano”. Como o autor chama a atenção, este conceito ficou conhecido pelas obras de Hegel e comentados por Habermas (1988, p. 27) em sua conhecida obra sobre o tema sendo estes completamente aceitos por toda a tradição europeia atual.

No segundo conceito Dussel (2005) questiona o primeiro conceito hegemônico introduzindo uma outra visão da “Modernidade” a partir de uma perspectiva mundial Sistema-mundo” e problematiza:

num sentido mundial, e consistiria em definir como determinação fundamental do mundo *moderno* o fato de ser (seus Estados, exércitos, economia, filosofia, etc.) ‘centro’ da História Mundial. Ou seja, empiricamente nunca houve História Mundial até 1492 (como data de início da operação do ‘sistema-mundo’. Antes dessa data, os impérios ou sistemas culturais coexistiam entre si. Apenas com a expansão portuguesa desde o século XV, que atinge o extremo oriente no século XVI, e com o descobrimento da América hispânica, todo o planeta se torna o ‘lugar’ de ‘*uma só*’ História Mundial (DUSSEL, 2005, p. 5).

Este segundo conceito de modernidade desenvolvido por Dussel (2005), demonstra como a modernidade se configurou como o divisor de dois mundos nos quais existiam separadamente e com culturas completamente diferentes até 1492. Neste todas as formas

sociais, econômicas, culturais e políticas coexistiam entre si e de certa maneira se complementavam. E sobre o outro pós-descobrimto, ou “encobrimento da América”, desenvolveu-se a ideia de que o mundo tinha que funcionar de uma forma única e hegemônica, encobrindo assim toda a história, a cultura e as sabedorias milenares que existiam na era pré-colombiana.

Dussel (2005) considera, que os acontecimentos históricos essenciais para a implantação do princípio da subjetividade moderna são a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa. Sendo a “Modernidade” a justificativa de uma *práxis* irracional de violência.

como culpada da violência sacrificadora, conquistadora originária, constitutiva, essencial. Ao negar a inocência da ‘Modernidade’ e ao afirmar a Alteridade do ‘Outro’, negado antes como vítima culpada, permite ‘descobrir’ pela primeira vez a ‘outra-face’ oculta e essencial à ‘Modernidade’: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc. (as ‘vítimas’ da ‘Modernidade’) como vítimas de um ato irracional (DUSSEL, 2005 p. 7).

Os padrões modernos não só colocaram os europeu em uma posição superior e os povos originários e os negros escravos em uma posição de inferioridade como, também, utilizaram isso como estratégia para a manutenção do pensamento hegemônico, com o objetivo de evitar que emergissem do lado dos oprimidos as demais perspectivas de pensamento que permitissem a imersão de outras visões, outras possibilidades, outros sistemas e outras visões de mundo, pois a existência dessa possibilidade, pode sempre ser uma ameaça para modelo moderno e capitalista vigente.

Desde o ano 1500 até 2000, o planeta assistiu a fundação histórica da civilização ocidental conjuntamente com a sua expansão: a emergência dos circuitos comerciais do atlântico – que significaram a destruição das grandes civilizações *Anahuac* y *Tawantinsuyu* – A massiva expropriação e apropriação de terras e a exploração massiva do trabalho. A civilização ocidental se fundou ao mesmo tempo que fundava a ocidentalização do mundo (MIGNOLLO, 2014, entrevista)

A modernidade inseriu o homem como o centro do mundo e a natureza como mais uma categoria inferior à da raça humana (não toda) a ser subalternizada e explorada e que existe apenas e unicamente para servir o homem. Na visão eurocêntrica o homem é superior a qualquer outro ser vivo ou matéria do planeta principalmente se este homem for branco e europeu. Subalternizaram e estabeleceram o lugar que a natureza deveria ocupar no mundo o lugar da natureza para servir ao conforto e riqueza apenas dessa pequena parcela da população mundial.

Neste ponto Catarine Walsh (2008), Lander (2005) e Escobar (2005) trazem uma importante reflexão sobre a colonialidade da natureza e da vida mesma. Esta colonialidade encontra sua base na modernidade em que existe a divisão binária entre o homem/sociedade descartando o mágico-espiritual-social, a relação milenar entre mundos biofísicos, humanos e espirituais incluindo dos ancestrais. É a natureza que sustenta os sistemas integrais da vida e da própria humanidade.

Na região andina, como em muitas outras partes da América Latina, a *Pachamama* é a mãe de todos os seres e é o que estabelece e dá ordem e sentido ao universo. Segundo Walsh:

Al negar esta relación milenaria, espiritual e integral, explotar y controlar la naturaleza y resaltar el poder del individuo moderno civilizado (que aún se piensa con relación al blanco europeo o norteamericano) sobre el resto, como también los modelos de sociedad «moderna» y «racional» con sus raíces europeo-Américanas y cristianas, este eje de la colonialidad ha pretendido acabar con todo la base de vida de los pueblos ancestrales, tanto indígenas como afrodescendientes. Hoy se recrea a partir de las prácticas y políticas, entre otras, del desarrollo, etnoturismo (con su folklorización y exotización) y «ongización», en que prevalecen el individuo y su bienestar individual-neoliberal (WALSH, 2008, p. 9).

O modelo único, universalizante moderno, construído pela perspectiva de uma única cultura específica (europeia), que é realidade em um território irrisório quando comparado a dimensão territorial do resto do planeta, uma parte muito pequena e específica quando comparada a imensa gama diversa que existe e que sempre existiu no mundo, ignora, e tenta por mais de cinco séculos suprimir e impor seus pensamentos e seu modelo de sociedade sobre todos as outras culturas existentes para a partir disso se manter no lugar de centro do poder usufruindo das regalias dessa posição.

Esta matriz civilizatória moderna ocidental é violenta, eurocêntrica e hoje se destaca como o principal instrumento da contínua e ininterrupta dominação da natureza no território latino-americano. Impostas através de incontáveis instrumentos políticos e econômicos de dominação que ao longo do tempo foram se aprimorando, se readequando, subjetivando e que buscam o tempo todo, determinar, guiar e moldar todos aqueles que saem dos seus padrões dominantes e alienantes e que desde 1492. Como descreve Luís Macas:

A matriz civilizatória moderna ocidental se constrói então a partir de uma ruptura com a natureza e de uma apropriação dos meios de produção em que este sistema foi implementado e orientado através da expansão de seu modelo de desenvolvimento e desde modo controlar a humanidade...No mais, se trata de uma civilização baseada na violência contra o outro, não admite outros modos de vida” (MACAS, 2010, p. 34, tradução própria).

2.2.2 Estados nacionais latino-americanos – Estados fundados pelas bases modernas

A colonização inicial e posteriormente a divisão do território em estados nacionais e regiões separou comunidades afins e juntou comunidades distintas, impedindo e ou dificultando as trocas, fluxos e o mantimento conformações populacionais pré-existentes a colonização que se organizavam da sua maneira a milênios.

Deste modo, como explica José Luíz Quadros e Weil Afonso (2011, p. 265) a construção do Estado-nação moderno se desenvolveu de forma desigual ao redor do mundo, tendo sua consolidação ocorrida, claro, na “Europa —Portugal, Espanha, França e Inglaterra em especial, a partir do domínio do poder do Rei sobre os senhores feudais, para, em seguida, afirmar-se perante o poder dos Impérios e da Igreja do século XVII”. Como explicam, a partir disto, os processos de colonização conduzidos pelas principais potências reproduziram e impuseram o mesmo modelo de estado, unificando a moeda, o direito, a cultura e a criação de uma nacionalidade única.

A nação originária Inca *Tawantinsuyu* é um exemplo que demonstra a impositividade da divisão do território estabelecida pelos colonizadores na América Latina. Estima-se que a população de *Tawantinsuyu* era formada por cerca de 30 milhões de habitantes que ocupavam um território consideravelmente grande que ia do Equador, passando pelo Peru, Bolívia, Chile e Argentina. *Tawantinsuyu*, é uma palavra *quéchua* que significa ‘As quatro Terras’ ou também ‘Os Quatro cantos do Mundo’. As regiões eram divididas em partes: podiam ser cidades ou aldeias. Geralmente eram aldeias, pois havia poucas cidades, normalmente uma por região, na qual morava o *kuraka*. Aldeias e cidades eram habitadas por *ayllus*. Estes formavam a base do *Tawantinsuyu*, representando a união de familiares e amigos numa espécie de clã que se unia para viver junto e trabalhar com mais eficiência, tanto para viver melhor quanto para servir melhor.

El planeta asistió a la fundación histórica de la civilización occidental conjuntamente con su expansión: la emergencia de los circuitos comerciales del Atlántico –que significaron la destrucción de las grandes civilizaciones de Anahuac y Tawantinsuyu–, la masiva expropiación y apropiación de tierras y la explotación masiva del trabajo. La civilización occidental se fundó al mismo tiempo que fundaba la occidentalización del mundo (MIGNOLLO, 2010, entrevista).

Figura 1 – Região de *Tawantinsuyu* subdividida nas suas 4 regiões, Kollasuyu, Antisuyu, Kuntixuyu e Chichasuyu



Fonte: FIGUEIREDO, 2016, n.p.

A Figura 1 evidencia o quão impositivo foi a divisão dos estados nação modernos dentro do território latino-americano, quando os limites dos países passam por cima da comunidade originária de *Tawantinsuyu*. Esta foi delimitada e dividida por cinco Estados-nação. Estas fronteiras desrespeitaram e interromperam toda a lógica histórica de um povo milenar, que em grande parte foi dizimada ao longo do processo inicial da colonização, mas que dos poucos que restaram continuaram resistindo e lutando mais de quinhentos anos depois:

No *Tawantinsuyu* não havia ninguém que não tivesse terra. Quando alguém nascia, recebia das mãos do *kuraka*, um topo, quantidade de terra considerada suficiente para sustentar uma pessoa. Sendo assim, se a família fosse composta por três pessoas, teria três topos, e assim por diante. Quando uma pessoa morria, seu topo voltava para as mãos do *kuraka*, para que ele sempre tivesse terras disponíveis para dar aos recém-nascidos. A riqueza de uma família era indicada pela quantidade de pessoas que ela tivesse, ou seja, quanto maior a família, mais topos e mais riqueza (FIGUEIREDO, 2016, n.p.).

Ao contrário da realidade vigente antes do processo de colonização, a partir da mesma, foram impostas fronteiras sendo aos poucos determinadas sob seu território e estes povos nem se quer ganharam o direito legal de transitar entre estas fronteiras. Estas pessoas foram impositivamente cerceadas de seus direitos de cruzar territórios que se tornaram fronteiras nacionais. Podemos citar as culturas que eram nômades pois estas também não puderam

prosseguir com sua forma original de viver. Ou seja, estes entre inúmeros outros problemas, são consequências desta divisão impositiva gerada pela colonização na América Latina:

Pode ocorrer que os limites políticos de um Estado não incluam a todos os membros desta nação, ou pode que sim os incluam, mas incluem também gente distante a ela; ou pode ser que tenha ambas as situações: que nem todos os membros da nação formem parte deste Estado e que este inclua gente que não pertence a esta nacionalidade. Inclusive pode suceder que a nação e que não queiram se misturar com pessoas de fora, mas consiste em vários Estados, de modo que ninguém pode ser invocada é nacional. Esteja isenta de mescla com forasteiros, mas conste múltiplos Estados, de modo que nenhum possa invocar ser o nacional (GELNER, 1988, p. 9, tradução própria).

Assim, separadas arbitrariamente e transformados em Estados-nação aos moldes modernos e pelas mãos dos europeus dentro dos processos de “independização” das antigas colônias e a divisão destas em estados nacionais, o modelo de Estado também foi importado e aqui instaurado nas mesmas bases dos estados modernos que se estabeleciam naquele momento na Europa. Como descreve Dussel sobre a Espanha do período da colonização:

A Espanha, como primeira nação ‘moderna’ (com um Estado que unifica a península, com a Inquisição que cria de cima para baixo o consenso nacional, com um poder militar nacional ao conquistar Granada, com a edição da Gramática castelhana de Nebrija em 1492, com a Igreja dominada pelo Estado graças ao Cardeal Cisneros, etc.) abre a primeira etapa ‘Moderna’: o mercantilismo mundial. As minas de prata de Potosi e Zacatecas (descobertas em 1545-1546) permitem o acúmulo de riqueza monetária suficiente para vencer os turcos em Lepanto vinte e cinco anos depois de tal descoberta (1571) (DUSSEL, 2005, p. 5).

O Estado Moderno surge na Europa entre o fim da queda do Império Romano do oriente e a Revolução Francesa e é consolidado pelas relações mercantilistas que se dão com a invasão e colonização do território latino-americano. Este Estado Moderno é estruturalmente uniformizador, um estado que precisa homogeneizar toda e qualquer cultura pré-existente, e que a partir do nacionalismo tenta criar um sentimento fictício de pertencimento.

O Estado-nacional moderno, como meio para viabilizar o seu poder, utiliza como instrumento a hegemonização da sua população através da criação de uma cultura nacional, de uma educação nacional e de uma língua oficial ignorando a enorme pluralidade cultural que pré existiam no continente, achatando e homogeneizando tudo através da construção de um pertencimento criado. Como colabora Walsh:

Al crear un Estado y sociedad que parten de y dan razón a los grupos y a la cultura dominantes haciendo que lo «nacional» los represente, refleje y privilegie y no al conjunto de la población, se estructura la conflictividad y problemática persistentes y pervivientes de la colonialidad, algo que difícilmente cambia sin transformar de

manera radical las mismas estructuras fundacionales y organizativas del Estado y sociedad nacionales (y por ende las condiciones de poder, saber, ser y de la vida misma). Es a este problema a lo que el plurinacional e intercultural realmente apuntan, siendo ambos propuestas, procesos y proyectos de la decolonialidad. Veamos más detenidamente estos nexos o enlaces (WALSH, 2005, p. 10).

O Estado nacional tem a necessidade de criar uma identidade nacional artificial, para gerar uma identificação que ligue os diversos grupos étnicos que se encontram reunidos em um território nacional como forma de homogeneizar e controlar. O faz também como menciona Sousa Santos através da criação de tradições nacionais, de heróis nacionais, de símbolos nacionais, hino, bandeiras, festividades, tudo como meio de criar a sensação de um perecimento e uma identificação com o poder do estado. A criação do estado moderno nacional colonial cria uma identidade única que encobre toda a pluralidade cultural pré-existente a ele e dessa forma oculta todas as outras etnias e costumes, crenças tradições e suprime assim boa parte da diferença e a diversidade.

Essa homogeneização é, como mencionado anteriormente, uma característica da modernidade que nasce na Europa e que se repete no modelo de estado moderno colonial imposto na América Latina.

Como explica Dussel (2005), a América Latina entra na Modernidade (muito antes que a América do Norte) como a “outra face”, dominada, explorada, encoberta.

Se a Modernidade tem um núcleo racional *ad intra* forte, como ‘saída’ da humanidade de um estado de imaturidade regional, provinciana, não planetária, essa mesma Modernidade, por outro lado, *ad extra*, realiza um processo irracional que se oculta a seus próprios olhos. Ou seja, por seu conteúdo secundário e negativo mítico, a ‘Modernidade’ é justificativa de uma práxis irracional de violência. O mito poderia ser assim descrito:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a ‘falácia desenvolvimentista’).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).

5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera).

6. Para o moderno, o bárbaro tem uma ‘culpa’¹⁵ (por opor-se ao processo civilizador)¹⁶ que permite à ‘Modernidade’ apresentar-se não apenas como inocente, mas como ‘emancipadora’ dessa ‘culpa’ de suas próprias vítimas.

7. Por último, e pelo caráter ‘civilizatório’ da ‘Modernidade’, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da ‘modernização’ dos outros povos ‘atrasados’ (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera. (DUSSEL, 2005. p.5)

O Estado moderno produziu também o discurso fictício das “minorias” para se dirigir as maiorias excluídas. Nesse sentido, este tipo de prática, mais uma vez aparece para elucidar o claro objetivo de distorcer a realidade se apresentando como mais um dos encobrimentos nesse leque imenso de encobrimento através de discursos que existem unicamente para manter os mesmos no poder. Para Florestan Fernandes

[...] o Estado moderno nacional possui uma estratificação típica na qual a situação econômica regula o privilegiamento negativo ou positivo dos diferentes extratos sociais condicionando assim, direta ou indiretamente tanto os processos de concentração de riqueza, do prestígio social e do poder (inclusive do poder político institucionalizado e, portanto, do poder de institucionalizar, e, portanto, do poder de monopolizar o controle do estado e suas funções) (FERNANDES, 1975, p. 57).

Como explica Florestan Fernandes, na América Latina o capitalismo e a sociedade de classes com sua ordem social atuam como o “motor da história”, mas porque nelas estão concentrados o poder dos centros de decisão. Dessa forma fica evidente que o Estado moderno colonial, da maneira como foi formado na América Latina, em sua maioria composta por oligarcas e outras elites não tendem a ter preocupações com as maiorias que eles forjam de “minorias”.

Importante considerar, que a insatisfação sistêmica relacionada ao processo “democrático” latino-americano encontra-se também conectado a raiz mais profunda entranhada ao processo de invasão dos países colonizadores europeus no território da América Latina que desde então formaram uma rede de gerações de famílias donas de terra e de herdeiros que vieram ao longo do tempo ocupando lugares importantes dentro do estado e que

até hoje mantem-se em muitos cargos públicos. Estas mesmas famílias até hoje se sustentam no poder através de compra de voto.

Por 'modelo primario-exportador' en América Latina me refiero al amplio periodo histórico que comienza con los movimientos de independencia política a comienzos del siglo XIX y que culmina en el periodo de Entreguerras, cuando se colapsa el orden liberal encabezado por Gran Bretaña desde la Revolución Industrial. En esa etapa, los ejes del proceso de acumulación de capital fueron el sector agropecuario y la producción minera. Los países latinoamericanos se especializaron en la producción y exportación de productos primarios. El motor de la economía era el mercado externo (GUILLÉN, 2008, p. 2).

A posição da América Latina como região periférica dentro da configuração estabelecida pela divisão internacional do trabalho fez com que se consolidasse uma dependência econômica da região. Esta situação se deu como consequência da dependência de exportação de matéria prima bruta e bens primários principalmente para os países de *Centro* que como principais compradores desta mercadoria até o fim do século XXI controlaram e estabeleceram preços dos produtos como bem entenderam.

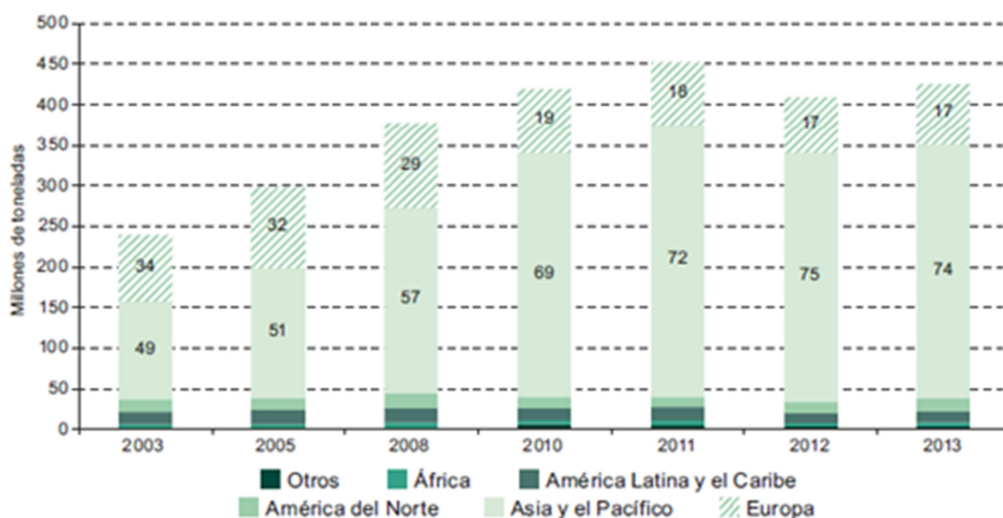
Um exemplo desse processo de dependência é o café que tem como principal comprador a Alemanha. Os Alemães têm uma cultura muito forte de consumo de café, entretanto, ironicamente, em seu território não nasce um só pé de café. Desta maneira a Alemanha necessita exportar o café para consumo próprio e como é a principal compradora define e decide a que preço querem comprar o café.

Esta situação complexifica a posição da América Latina como Periferia e aumenta a dependência econômica. Esta posição de dependência é generalizada, seja no setor alimentício em que alimentos de maior qualidade cultivadas na região (na terra que tudo nasce) são destinados para exportação enquanto consumidores internos em sua maioria nem chegam a ter acesso a ele, ou seja, na mineração, na extração de madeira, petróleo e todas as formas de extrativismo.

Os produtos dessa terra tão generosa sustentaram em grande medida a produção e desenvolvimento dos países de *Centro*, que dessa forma passaram a exportar para o mundo todo. A produção advinda da matéria prima latino-americana, permitiu em grande medida o crescimento e desenvolvimento interno, tecnológico e industrial desses países, sendo esta produção exportada com alto valor de mercado e exportados para todo o mundo, inclusive para a América Latina. Este processo é considerado como uma “mais valia total” que se configura pelo o mínimo investimento e máximo lucro.

O mercado extrativista de bens primários e *commodities* é considerado para os especialistas da área da economia como o mercado com maior margem de lucro, pois os preços que pagam para extrair ou para a exportação desses produtos são irrisórios quando comparados aos exorbitantes lucros obtidos com a venda do produto final, ou seja os donos da riqueza mais lucrativa se encontram na posição pré-estabelecida de insubordinação enquanto poderiam proporcionar para sua população melhores condições de vida e de desenvolvimento.

Gráfico 1 - América do Sul: Evolução das exportações de recursos naturais e distribuição por regiões e destinos, 2003-2013 (Em milhões de toneladas e porcentagem)



Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de información del Fondo Monetario Internacional.

Como explica Mignolo (2014), a civilização ocidental se fundou e tem como estrutura o padrão colonial de poder que consiste em uma retórica de salvação, conversão, progresso, desenvolvimento e uma democracia de mercado, e em seu lado mais obscuro a lógica de desapropriação e morte para poder materializar as “promessas” da modernidade. Por 500 anos, o Ocidente fundou, transformou e disputou transformações e adaptações desse padrão.

Desta maneira, fica evidente que a colonização nunca teve um fim, ela só mudou a roupagem, se camuflou e se complexificaram as estruturas, os termos, e algumas peças do jogo deslocaram-se para um plano financeirista, mas em suas raízes, permanecemos como exportadores de bens primários estagnados, enquanto destroem a nossa natureza e o pouco que restou da cultura originária da região para que poucos usufruam dos lucros que enchem os bolsos das super potencias e das multinacionais monopolistas.

La colonialidad es también un lado oscuro constitutivo: no hay modernidad sin colonialidad. Por lo tanto, habría que hablar de modernidad/colonialidad; la barraune y separa ambas esferas (MIGNOLLO, 2014, entrevista).

Dussel (2005, p. 5) demonstra como o discurso da modernidade diminui, inferioriza e culpabiliza a vítima, e violenta “o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc. (as ‘vítimas’ da ‘Modernidade’) como vítimas de um ato irracional (como contradição do ideal racional da própria ‘Modernidade’)”. Assim o autor afirma que para não ser mais um cúmplice neste emaranhado moderno se faz necessário a negação do “mito civilizatório” e a consciência da “falácia desenvolvimentista”. Pois o mito civilizatório utiliza também a subjetividade do outro quando manipula a realidade para comprovar de todas as formas que o “outro” o não civilizado e inferior, deve ter como objetivo de vida chegar a um dia ser civilizado e a falácia desenvolvimentista é a versão contemporânea do “mito civilizatório”.

Desta forma, segue a mesma lógica utilizada para o discurso criado para “países desenvolvidos” e países “subdesenvolvimento” ou “em desenvolvimento”, que faz parte da mesma matriz de poder e de encobrimento do outro. Mais uma clara estratégia utilizada com o objetivo de se colocarem como os superiores e desenvolvidos e “modelo” universal e perfeito a ser seguido, enquanto que países com outras formas de sistema, outra cultura, outras perspectivas, outras configurações sociais tenham que supostamente almejar, e também acreditar que ao trabalhar muito e com dedicação poderão um dia chegar no posto de “país desenvolvido”. Se colocam através desse discurso como superiores, mesmo que o desenvolvimento que estabelecem como modelo, o deles, só existe como é única e exclusivamente pela exploração, dominação e violência com este “outro” em todos os níveis.

A proposição de negação do “mito civilizatório”, existente entre o “mundo civilizado” (Centro) que são ironicamente o mundo que pratica a violência, e o “não civilizado” aquele que recebe a violência, enfatiza, que a superação desta pratica se torna uma “razão

emancipadora” que é também libertadora e se descobre eticamente nela a “dignidade do outro como Identidade na Exterioridade como pessoas que foram negadas pela Modernidade e é assim, quando eticamente se descobre a dignidade do “Outro”. Assim, para Dussel (2005) a razão moderna pode ser transcendida e essa transcendência se apresenta como um projeto mundial de libertação em que a Alteridade, chama de “Trans-Modernidade”.

A realização seria agora a passagem transcendente, na qual a Modernidade e sua Alteridade negada (as vítimas) se co-realizariam por mútua fecundidade criadora. O projeto transmoderno é uma co-realização do impossível para a Modernidade; ou seja, é co-realização de solidariedade, que chamamos de analéptica, de: Centro/Periferia, Mulher/Homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, Humanidade/Terra, Cultura Ocidental/Culturas do mundo periférico ex-colonial, etc.; não por pura negação, mas por *incorporação* partindo da Alteridade... Deve ser um projeto ‘trans-moderno’ (e seria então uma ‘Trans-Modernidade’) por *subsunção real* do caráter emancipador racional da Modernidade e de sua Alteridade negada (‘o Outro’) da Modernidade, por negação de seu caráter *mítico* (que justifica a inocência da Modernidade sobre suas vítimas e que por isso se torna contraditoriamente irracional). (DUSSEL, 2005, p. 5).

Como Cubillo-Guevara, Hidalgo-Capitán e Domínguez-Gómez (2014) também definem, a trans-modernidade na qual “Trans” é transformação, dinamismo, atravessamento de algo em um meio diferente; é algo que vai “através de”, não se estanca e parece alcançar um estágio posterior; se relaciona por tanto com a noção de transcendência. Para Rosa M^a Rodríguez- a noção de trans-modernidade sugere também uma noção de trans-desenvolvimento como possibilidade de estabelecer conexões entre distintas dinâmicas de desenvolvimento munidas por grupos organizados por horizontes de sentido particulares (MÚNERA, 2015, tradução própria)

A trans-modernidade é explicada por Múnera (2015) como um contraponto, uma proposta de giro descolonial, uma alternativa ética, que pretende romper com o histórico de opressão e encobrimento do “outro” ao qual os povos da América Latina e de outras regiões do mundo que divergem, diferem e resistem, ao modelo hegemônico são submetidas dentro da estrutura de Modelo de Estado Moderno colonizador, e também dentro da dinâmica da Divisão Internacional do Trabalho que é frutos da mesma matriz de exploração. Desta maneira, como reflexiona Dussel, pode-se assim superar a “razão emancipadora” como “razão libertadora”, a partir do momento que percebe o “Eurocentrismo”, quando se define a “falácia desenvolvimentista” e quando eticamente se descobre a dignidade do outro, aqueles negados pela modernidade. Assim, como reitera o autor, a razão moderna eurocêntrica pode ser transcendida. Trata-se de uma “Trans-Modernidade” como projeto mundial de libertação em que a Alteridade, que era co-essencial à Modernidade, igualmente se realize.

A 'realização' não se efetua na passagem da potência da Modernidade à atualidade dessa Modernidade europeia. A 'realização' seria agora a passagem transcendente, na qual a Modernidade e sua Alteridade negada (as vítimas) se co-realizariam por mútua fecundidade criadora. O projeto transmoderno é uma co-realização do impossível para a Modernidade; ou seja, é co-realização de solidariedade, que chamamos de analéptica, de: Centro/Periferia, Mulher/Homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, Humanidade/Terra, Cultura Ocidental/Culturas do mundo periférico ex-colonial, etc. (DUSSEL, 2005, p.6).

3. O *BUEN VIVIR* CONTRA A OUTRA CONFORMAÇÃO DO COLONIALISMO DA AMERICA LATINA

Com o passar do tempo os países colonizadores buscaram meios de manter seu poder sob o território latino-americano. Como observa Diogo Silva (2016), a consolidação e manutenção do poder sobre os colonizados se deu através de uma dominação que ia muito além da relação exploratória-econômica.

Mesmo após a saída das metrópoles, e a partir disso com a consolidação dos processos de “independização” dos países colonizados, seus valores, no nosso mundo, passaram a ser constituídos através da representação que temos dos valores, do ideal de vida, da cultura, dos países colonizadores.

A população latino-americana em sua maior parcela ocupa uma posição fundante na constituição e na história da *colonialidade do poder*. Assim, ocupam também o lugar de subversão epistêmica/teórica/histórica/ética e política deste padrão de poder ligado as propostas da colonialidade global de poder e tem o *Buen Vivir* como uma existência social alternativa.

Assim como descreve Gudynas (2008), o *Buen Vivir* é um conceito em construção que tem como objetivo superar os paradigmas dos ideais desenvolvimentistas tradicionais nascidos no berço da colonialidade/modernidade e do capitalismo. O autor elucida, que o paradigma do *Buen Vivir* pede que se avance e se supere a ideia hegemônica de desenvolvimento convencional a partir da busca por uma sociedade onde convivam os seres humanos tanto entre si, como com seu entorno. Tal construção se dá, segundo o autor, através

de diversos âmbitos que vão das reflexões intelectuais as práticas cidadãs, até as tradições indígenas e uma academia alternativa.

Como complementa Walsh (2009), o *Buen Vivir* se compões de alguns dos elementos chave para a vida: a água, a alimentação, a cultura e ciência, a educação, o habitat e moradia, a saúde o trabalho, os direitos das comunidades, povos e nacionalidades, os direitos da natureza, a economia, a participação e controle social a integração latino-americana, o ordenamento territorial. Assim, como descreve a autora, o *Buen Vivir* abre possibilidades de conceber e agenciar os modos de vida de uma outra maneira, pois lança a mão de um novo modelo de contrato social que é baseado e enraizado nas relações de convivência ética entre os humanos e o seu entorno, com o objetivo de retomar os laços comunitários através de uma articulação intercultural. Assim, este paradigma possibilita a construção de novas identificações sociais que permitem a busca urgente do objetivo de conviver em vez de apenas sobreviver ou cooperar no lugar de competir, além do importante avanço no sentido de posicionar a natureza como sujeito de direito.

Ainda como esclarece Walsh (2009), na carta constituinte da Bolívia, o *Buen Vivir* se desenvolve primordialmente baseado em relação a organização econômica do estado que serve também como base para descolonizar e refundar o sistema vigente enraizado (Estado Moderno colonial) no capitalismo e no projeto neoliberal. O *Buen Vivir* não aparece sempre de maneira explícita, mas sim como paradigma que perpassa transversalmente a estrutura do novo Estado, auxiliando através do pluriverso e da interculturalidade aspectos sociais, políticos, econômicos e epistemológicos do estado e da sociedade, com o objetivo de aprofundar a tarefa de descolonizar a partir de um ataque frontal “o coração da matriz colonial que é o capitalismo.

Un Estado basado en el respeto e igualdad entre todos, con principios de soberanía, dignidad, complementariedad, solidaridad, armonía y equidad en la distribución y redistribución del producto social, donde predomine la búsqueda del vivir bien; con respeto a la pluralidad económica, social, jurídica, política y cultural de los habitantes de esta tierra; en convivencia colectiva con acceso al agua, trabajo, educación, salud y vivienda para todos (BOLIVIA, 2009, p. 7).

Segundo Gudynas (2008) o *Buen Vivir* é em grande medida, uma reação contra a ideia ocidental de desenvolvimento e ao mesmo tempo uma mirada a um futuro outro. É uma resposta as limitações e contradições das ideias e aplicações contemporâneas do “desenvolvimento” ao modelo convencional ocidental que há décadas se baseia apenas em um

contínuo crescimento econômico mediado principalmente por exportações e investimentos e que buscam apenas o bem-estar de poucos humanos pelas vias da exploração através do discurso do desenvolvimento. E utilizam dos bens naturais alheios sem limites e sem regras para chegar a tal fim. Gudynas (2008) chama a atenção para o inquestionável fato de que estes bens naturais que sustentam o modelo hegemônico ocidental de “desenvolvimento” carregam consigo um fim. Seja ele o fim dos recursos naturais, ou até mesmo o colapso total. Tal desenvolvimento, somente segrega, e aumenta paulatinamente a pobreza colaborando com a contínua manutenção do poder colonial global. Além de instaurar uma crescente e contínua desigualdade social em todo o mundo. Como definem Cubillo-Guevara e Hidalgo-Capitán (2016), o desenvolvimento nos parâmetros ocidentais, está ligado a ideia de bem-estar, que basicamente tem como objetivo alcançar o aumento das riquezas materiais de uma sociedade por meio do crescimento econômico gerando investimento produtivo.

O paradigma do *Buen Vivir* concentra diversas novas possibilidades e perspectivas que se baseiam em outros tipos de valores sociais descoloniais. Gudynas (2008) chama a atenção para as inúmeras discussões sobre como levar a diante as estratégias convencionais de desenvolvimento em que alguns argumentam pela via do mercado e outros pelo estado e que em muitas das vezes não deixam clara a importância dessa diferença.

No pretendemos decir que fracasaron todos los emprendimientos que han invocado metas del desarrollo. Pero sí deseamos señalar que esto sucedió en muchos casos, y que más allá de algunos éxitos puntuales son evidentes las limitaciones en su base conceptual. Más de medio siglo de planes tradicionales de desarrollo que supuestamente resolverían los problemas del subdesarrollo, han tenido resultados paupérrimos. En realidad, lo que se observa en el mundo es un “mal desarrollo” generalizado, con diferentes expresiones de “mal vivir”, tanto en el sur como en el norte (GUDYNAS, 2008, p.72).

Quijano (2012) acrescenta que para o *Buen Vivir* ser de fato uma realização histórica efetiva, precisa ser entendido como um conjunto de práticas sociais guiadas a produção e reprodução democráticas de uma sociedade democrática. Um modo distinto de existência social, que tenha seu próprio e específico horizonte de sentido radicalmente contrário ao que ele denomina de colonialidade global do poder, ou seja, um horizonte de sentido que seja sempre guiado por uma base anti- imperialista e que baseada em pilares opostos aos pilares que sustentam a modernidade.

A colonialidade global do poder no pensamento de Quijano (2010), se refere as relações de poder mundialmente hegemônicas que imperam no mundo, e que são também

compreendidas como a Colonialidade/Modernidade/Eurocentrada. O *Bien Vivir* só pode ter sentido como uma existência social alternativa, como uma Des/Colonialidade ou uma redistribuição do poder.

[...] *América Latina, fue la primera nueva identidad histórica de la Colonialidad del Poder y sus poblaciones colonizadas los primeros 'indígenas' del mundo, desde el siglo XVIII el resto del territorio del planeta fue conquistado por Europa Occidental y sus respectivas poblaciones, la inmensa mayoría de la población mundial, fueron colonizadas, racializadas y, en consecuencia, 'indigenizadas'. Su actual emergencia no consiste, pues, en otro 'movimiento social' más. Se trata de todo un movimiento de la sociedad cuyo desarrollo podría llevar a otra existencia social, liberada de dominación, explotación y violencia: a la Descolonidad Global del Poder* (QUIJANO 2010, p. 53)

No início da colônia éramos “selvagens” e precisávamos nos transformar em civilizados. Mais tarde, “superamos a selvageria” e passamos ao patamar de “sub-desenvolvidos” e ali, precisávamos buscar sermos “desenvolvidos”. Passamos então a ocupar a categoria de região “em desenvolvimento”. Para tal processo, fomos submetidos a metas impostas por agências e organismos internacionais multilaterais e assim, precisaríamos correr atrás de tais objetivos para chegar ao patamar de “países desenvolvidos”.

Em síntese, esta corrida se configura como uma busca eterna na direção de uma ilusão. Um parâmetro inalcançável, pois os caminhos que nos guiam nesta empreitada foram e continuam sendo todo estruturado e pensado para que nunca este objetivo seja alcançado, e para manter a região em uma posição ainda mais profunda de fragilidade. Além disto, este processo nos estagna no modelo capitalista dependente deixando a soberania dos países da região ameaçada pelos interesses externos. Quijano (2009) e (2010) ressalta que na América Latina, o debate sobre a hegemonia do Eurocentrismo levava a implementar o “desenvolvimento” em relação aos “Estados/Nações”. Como chama atenção sobre a Colonialidade Global de Poder, tal perspectiva não leva os países da Periferia latino-americana, a realmente alcançar tais objetivos, “principalmente quando este padrão de poder ingressa, em seu conjunto e escala global, em um prolongado período de auge e de mudanças decisivas” (QUIJANO, 2012, p.47).

No artigo “*Bien Vivir para Redistribuir el poder*”, Quijano (2010) desenvolve um histórico em torno do discurso do “desenvolvimento”, sobre tudo no debate latino-americano. O autor condiciona o conceito de desenvolvimento como a chave de um discurso político associado a um objetivo escuso de um projeto de desconcentração e redistribuição do controle

do capital industrial, dado pela nova geografia que configurou-se através do capitalismo colonial moderno.

Quijano ressalta que, em um primeiro momento, o discurso sobre o “desenvolvimento” foi entendido como legítimo pelos governos da região da América Latina, mas logo questões “contraditórias e complexas” desencadearam uma grande discussão com repercussões mundiais. Este movimento culminou em processos incoerentes e mudanças de relevância, porém inacabadas em relação a distribuição do poder.

3.1 O discurso do desenvolvimento

Como explica Matilde González-Izás (2012), os discursos envolvendo a “modernização”, o “progresso” e o “desenvolvimento” surgem neste período quando cientistas (em sua maioria estadunidenses) começam a construir pautas que tinham como objetivo “desenvolver” os novos estados surgidos pelos regimes coloniais. Estes estudiosos criaram uma série de respostas relacionadas as diferentes esferas sociais que influenciaram ativamente nas políticas que mais tarde seriam impostas aos países “subdesenvolvido” ou de “terceiro mundo”. Com relação ao discurso da “modernização” e do “desenvolvimento” a autora tece:

En este contexto (postguerra y/o postcolonial), cobran fuerza las teorías de la modernización cuyos rasgos predominantes fueron, por un lado, la búsqueda de un diseño de interpretación capaz de integrar las diferentes dimensiones (económica, política, social, cultural y psicológica) del cambio social y, por el otro, la voluntad de dirigir u orientar ese cambio tomando como modelo los aprendizajes de la modernización europea y estadounidense (GONZÁLEZ-IZÁS, 2012, p. 27).

Tal processo teve seu início no pós II guerra mundial, período em que os Estados Unidos se estabeleciam em uma posição muito poderosa, condição esta, que lhe permitiu difundir sua concepção liberal da ordem internacional baseado no multilateralismo liberal que partia dos pensamentos formulados por Keynes. Política neoliberal pela qual se exigia que os governos se comportassem de acordo com a disciplina do mercado e ajuste interno baseado no câmbio econômico internacional (GONZÁLEZ-IZAS, 2012).

Segundo Martínez y Reyes (2010), tal articulação foi formulada a partir do “encontro de Bretton Woods”¹ (1944) e tinha como objetivo pensar saídas aos problemas financeiros que

¹ El objetivo principal de Bretton Woods era dar respuesta a los problemas monetarios y financieros que planteaba la reconstrucción económica –en especial la falta de liquidez que amenazaba las economías de los

ameaçavam as economias dos países da Europa. A partir deste encontro formularam-se duas estratégias que fomentaram o debate. Uma delas encabeçada por Keynes, que propôs a criação de um banco internacional (FMI). A segunda, sugerida pela delegação norte-americana, o estabelecimento do padrão-ouro como base para este novo sistema que nascia, o “sistema monetário internacional”. A partir daí o primeiro organismo criado foi o Banco Internacional de reconstrução e fomento (BIRF), depois foi criado o BM. O financiamento e assistência econômica para projetos compostos de iniciativas para o desenvolvimento também se consolida através da do FMI. Tendo todos estas suas sedes instaladas em Washington.

Los Acuerdos Bretton Woods [...], partieron de tres grandes premisas: desarrollo, estabilidad financiera internacional y liberalización del comercio. A la conferencia asistieron 44 países; sin embargo, dos estrategias predominaban en ese momento, la británica y la estadounidense, siendo esta última la de mayor influencia entre los países asistentes (MARTINEZ E REYES, 2010, p. 3).

Pedro Arantes (2004, p. 23) demonstra que o discurso hegemônico construído nesses centros de comando e nas instituições financeiras internacionais guiou a formulação do chamado Consenso de Washington, no qual segundo eles é preciso (ARANTES apud OSMONT, 2001, p. 5) “diminuir por todos os meios os gastos, incluindo os políticos e sociais – de transação”, que em outras palavras, significa subordinar as conquistas das políticas de bem-estar social aos interesses dos negócios. Como ressalta o autor, o Consenso de Washington poderia ser melhor explicado como uma “Aliança entre Washington e Wall Street. Uma aliança entre o poder e o dinheiro”. Ainda em Arantes apud Peet (2003, p. 209) “um complexo institucional centrado no Tesouro norte-americano, no FMI e no BM, com a cobertura intelectual da Harvard Business School”. O autor ressalta que na perspectiva dos banqueiros, todas as medidas propostas pelo Consenso ampliam a capacidade de endividamento dos países periféricos.

Segundo o autor, o presidente do BID, o uruguaio Enrique Iglesias, e também o chileno Sebastian Edwards, economista e chefe do BM para a América Latina, afirmaram em

países europeos , y hacerlo de manera que se evitaran eventuales convulsiones tanto como fuera posible. Dos fueron las estrategias que se sometieron a debate. En primer lugar los británicos, encabezados por John Maynard Keynes, propusieron crear un banco internacional que ofreciese créditos amplios con la única condición de que los eventuales países deudores no se mostraran permanentemente deficitarios. En segundo lugar, la delegación norteamericana sugirió, por un lado restablecer el patrón-oro como base del llamado “sistema monetario internacional”, lo que no incluía el papel que podían jugar ciertas monedas de reserva –especialmente la libra–, y, por el otro, arbitrar algún tipo de institución financiera de ámbito internacional que ofreciera créditos en condiciones favorables aunque algo más restrictivas que las propuestas por Keynes (CASASSAS, 2005, p. 547).

seus dois livros lançados na primeira metade dos anos 1990, que o ajuste estrutural e a liberalização das economias foram, na verdade, um “consenso latino-americano, protagonizado pelas elites locais e não por Washington”. Esse consenso, segundo Arantes apud Iglesias (1992) e Edwards (1995), se basearia na ideia de uma “transição” histórica nos países do continente, de economias centralizadas e estados autoritários, para economias liberais e democracias formais. Porém, como esclarece o Arantes, os dois autores, não tecem qualquer crítica a suas instituições em relação do apoio dado a ditaduras e nem de seu modelo desenvolvimentista. Arantes chama atenção para a difícil distinção entre o que foi influência de Washington e o que foi iniciativa das próprias elites latino-americanas, mas que entre o “consenso de lá ou o de cá, a resposta está no meio. A efetiva aliança entre o poder e o dinheiro em Washington e Wall Street teve como sócia menor as elites latino-americanas e sua tecnocracia.”

Segundo Arantes (2004, p.26) os bancos multilaterais apresentam estruturas de uma cultura corporativa essencialmente antidemocrática e antiparticipativa. Como chama a atenção o autor, se não faz sentido defender a abolição destas instituições, é válido que se tenha em mente a abolição do próprio sistema. Como ressalta, parece ser indefensável sua simples “reforma”, seja para reconstruí-las ou não, seja para se projetar uma nova ordem pós-capitalista”

João Whitaker Ferreirta (2003) complementa mencionando que em troca do alinhamento às dinâmicas do mercado financeiro e do acesso a seus capitais, os latino-americanos tiveram que adotar um forte aparato de imposições econômicas, culturais e políticas, condicionado pelos países de centro. Estas imposições buscavam garantir a execução da política neoliberal necessária à expansão do “mercado mundial”. Assim, como explica o autor, através da abertura compulsória de seus mercados, a privatização de suas infra-estruturas em concorrências abertas aos grandes grupos do Norte, e a desregulação das economias permitiu a aquisição das empresas desses países pelas transnacionais.

[...] cuando comenzaba a retirarse de las economías del Tercer Mundo la mano muerta del Estado, cuando los inversores comenzaban a ser conscientes de los enormes posibilidades de estas economías, cuando el mundo se preparaba para un dilatado período de crecimiento rápido por la introducción masiva de las nuevas tecnologías y el consiguiente aumento de la productividad, cuando todo estaba listo para los movimientos masivos de capital de Norte a Sur destacan en primer lugar las caídas generalizadas en los mercados bursátiles. En Argentina entre octubre y noviembre de 1997 cayó un 33%; Chile, desde julio hasta octubre de 1998, registró una bajada del 55%; Brasil siguió un proceso similar acumulando en un año

pérdidas del 65%; México detuvo la fuerte tendencia alcista y después de una etapa de estabilidad bajó un 42%; y Venezuela sufrió unas pérdidas del 47% (CASILDA, 2005, p. 28).

Segundo Arturo Guillén (2008) o desenvolvimento na América Latina tem sido uma constante busca em direção a uma construção de um projeto de autodeterminação nacional no marco da sua inserção na economia-mundo capitalista. Tal inserção colabora com o entendimento do processo de reconfiguração do poder mundial, demonstrando como esta colonialidade global do poder, se desenvolveu no caso do território latino-americano. Guillén (2008) explica que esta nova fase rumo ao desenvolvimento se deu em grande medida, através de modelos condicionantes a uma inserção específica de cada país dentro da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) principalmente estabelecida a partir do consenso de Washington. Segundo ele tal fator foi determinante na configuração de um novo sistema produtivo imposto para a América Latina: “Assim, as modalidades específicas de sua estrutura social e do “bloco no poder” (aliança de classes e segmentos de classes) que dominam e exercem o poder político”. Sendo a grande crise dos anos trinta, e as duas guerras mundiais acontecimentos históricos que geraram profundas mudanças políticas e sociais, resultando na formação deste novo “bloco de poder”.

Tal bloco incorporou uma nova burguesia industrial que surgia e amplos setores populares que se beneficiaram com o novo modelo, sendo estes os atores da nova configuração de um poder global colonial. Segundo González-Izás (2012, p. 23) no período de 1930 a 1960 o processo de industrialização por substituição de importações orientados desde dentro, representava por um lado um esforço dos países para superar as limitações da dependência clássica. Como completa a autora, a dissonância entre a burguesia e a classe trabalhadora urbana se uniram sob um regime de inclusão promovido por uma espécie de aliança populista, em que neste aparecem como exemplo, o presidente Vargas no Brasil, Perón na Argentina. Tal período também fica conhecido como a fase nacional do período de substituição de importações.

Guillén (2008) explica, que o modelo de desenvolvimento por substituição de importações (MSI) teve duas etapas: uma em que o pensamento estruturalista definiu como “substituição fácil”, que vai até os anos 50 e a etapa da “substituição difícil” que culminou em 1982 com a quebra do modelo, base da crise da dívida externa. A industrialização difícil não se tratava apenas de uma substituição de importações. Mais que isso, se tratava de uma

descentralização de atividades desde os países de *Centro* para os países *Periféricos* substituindo capitais nacionais por capitais estrangeiros. Sendo esta a principal diferença da etapa anterior. Nesta, foram as ETN - empresas transnacionais -, sobretudo estadunidenses, que comandaram o processo de industrialização.

O processo de industrialização da região de origem nacionalista tornou-se transnacional com a inserção das ETN se acentuando a dependência tecnológica e gerando simultaneamente um processo de integração transnacional e de desintegração nacional. Como demonstra o autor, as ETNs capitalizaram o desenvolvimento do mercado interno e se apoderaram dos ramos e atividades mais dinâmicas da indústria que se produz o que o autor em referência a Cardoso y Faletto (1969) chamaram de “internacionalização do mercado interno”.

Segundo Whitaker (2003), muitas empresas vieram para a América Latina trazendo a promessa da modernidade, mas apenas executavam a montagem “pesada” na região deixando no seu país de origem a fabricação dos componentes tecnológicos de alto valor agregado e de alta tecnologia que eles detêm. Estes países que ironicamente possuem as leis mais severas quanto aos direitos trabalhistas e restrições ambientais, atuam de forma contrária nos outros países que instalam suas sedes aproveitando para incentivar e forçar a flexibilização das leis trabalhistas e ambientais. Ainda segundo o autor a centralização do comando da produção, das 200 maiores empresas do mundo em 1996 eram originárias de apenas 10 países. Este cenário entendido através da expansão da economia mundo capitalista que buscava novos mercados para poder se expandir, sendo a estratégia dessas empresas a concentração das empresas a concentração das atividades de maior valor agregado nas fábricas dos países-sede, industrializados, mantinham a oferta de trabalho qualificado e um patamar de emprego aceitável, distribuindo pelo mundo as outras atividades menos qualificadas.

Guillén (2008) demonstra como o setor exportador moderno herdado do Modelo Primário Exportador (MPE) se somou ao novo setor moderno guiado pela indústria orientada ao mercado interno em que este setor tradicional antes vinculado basicamente ao mundo rural e comunidades indígenas, se transformando neste momento em um novo setor de subempregados e marginalizados urbanos que passaram a migrar do meio rural ou de cidades menores. Este êxodo, acabou sendo absorvidos pelos setores modernos ineridos nas grandes urbes.

Desta maneira, a indústria ao operar técnicas de produção intensiva em capitais importadas do *Centro*, foram incapazes de absorber a migração proveniente do campo, dando origem ao fenômeno da economia informal. Além disto neste momento houve um crescimento mais acelerado dos grandes centros urbanos na América Latina.

Tal processo também permitiu que aumentassem as possibilidades quanto a exploração de mão de obra. Nesse âmbito, Quijano (2005, p. 2) chama a atenção para o fato de que tal processo constituído na América Latina, assim como na primeira fase da colonização foi estruturados por “todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial”. Como reitera, essas formas de controle do trabalho eram sociologicamente novas e não somente uma extensão dos antecedentes históricos.

Segundo Quijano (2005) explica, para preencher as novas funções cada uma dessas multinacionais desenvolveu novas configurações histórico-estruturais. Na medida em que aquela estrutura de controle do trabalho, estabelecendo pela primeira vez na história, um padrão global de controle do trabalho, dos seus recursos e de seus produtos. Assim estas empresas foram constituídas “em torno de e em função do capital”, pois apresentam uma estrutura de conjunto que se estabelece por um caráter capitalista desencadeando uma nova estrutura de relação de produção na história mundial ou do capitalismo mundial. Desse modo, estabeleceu-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial” (QUIJANO, 2005, p.2).

Esta nova realidade global provocou um “esvaziamento” do campo, que se dava em grande parte pela produção familiar de pequenas propriedades. Assim, tal processo possibilitou o aumento da concentração de terras nas mãos de poucos, desencadeando aberturas para o crescimento do agronegócio, a monocultura e uma maior concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários.

Nas cidades, os ex-camposinos, em sua grande parcela se estabeleceram em áreas marginalizadas e periféricas, fenômeno que gerou um adensamento informal nas favelas, periferias e ocupações informais. Desta maneira os marginalizados da América Latina, expulsos agora do campo, compunham os grandes bolsões de marginalizados e excluídos dos territórios da cidade.

Por falta de alternativa e condições, a maioria destas famílias expulsas do campo, encontravam opções muito precárias para se instalarem ocupando territórios que na maioria das vezes não contavam com nenhuma ou quase nenhuma infra-estrutura, sem saneamento, sem transporte público adequado, sem serviços básicos de saúde e educação. Paralelamente a esta realidade, a parcela privilegiada em grande parte branca, encontrava-se em regiões que apresentavam uma infra-estrutura, ou seja, a elite branca da cidade passou a utilizar do trabalho destes ex-camposinos, agora periféricos ou favelados da cidade.

El capitalismo latinoamericano, entonces, ha tendido a reproducir con su desenvolvimiento la heterogeneidad estructural. La industria sustitutiva y en un sentido más amplio el proceso de acumulación de capital, resultaron incapaces de absorber a los vastos contingentes que migraron a las ciudades. Lejos de producirse el vaciamiento del sector atrasado con la acumulación de capital, proceso que A. Lewis (1954) idealizaba, lo que se produjo fue la aparición del subempleo, la informalidad y la marginalidad en las grandes ciudades del subcontinente. Como advertía Pinto (1980: 109) ‘más que un progreso hacia la ‘homogeneización’ de la estructura global se perfila un ahondamiento de la heterogeneidad de la misma. Con el MSI, se producía una triple concentración de los frutos del progreso técnico: económica social, y regional. (GUILLEN, 2008, p. 17)

Guillén (2008), ressalta que as ETNs transformaram a sociedade latino-americana através da massificação dos centros pelo consumo durante a pós-guerra. Porém isto não correspondia ao grau de desenvolvimento das forças produtivas dos países periféricos. Ante a ausência de ações de correção direcionadas a melhoria da distribuição do ingresso por parte dos estados crescentemente transnacionalizados e vinculados as novas oligarquias internas que se desenvolveram com o MSI. A acumulação sempre se chocou com os limites que marcavam um mercado estreito e concentrado.

a dinâmica do processo de desenvolvimento através da substituição de importações pode ser atribuída por algumas reações relativas aos sucessivos desafios provocados pela estrangulação do setor externo fazendo com que a economia passe a ser menos dependente do exterior no que se refere a parâmetros quantitativos, porém não melhora de forma qualitativa o panorama da dependência. Tendo como resultado muitas modificações estruturais da economia que longo deste processo vão aparecendo através de sucessivos aspectos da contradição básica que é intrínseco às necessidades de crescimento e a barreira que representa a capacidade para importar (TAVARES, 2010, pp. 51-52).

Whitaker apud Fiori (1997), explica que ao final da década de 70 houve um vasto processo de desregulamentação monetária e financeira permitindo o surgimento dos mercados de obrigações internacionais interconectados internacionalmente onde os governos dos países passaram a financiar os seus empréstimos transformando esta dívida em títulos da dívida

pública. A partir daí estes títulos foram colocados nos mercados financeiros globais e *transformando-se em reféns da ‘ditadura dos credores’*

El endeudamiento externo asumió, cada vez más, la forma de un endeudamiento ponzi. Ello fue facilitado porque, como consecuencia de la propia crisis del modo de regulación fordista en el centro, los bancos transnacionales acumularon enormes recursos líquidos en el mercado del eurodólar. Asimismo el proceso fue facilitado por el hecho de que las tasas de interés reales se tornaron negativas, como consecuencia del relajamiento de la política monetaria de la Reserva Federal de Estados Unidos. Esa parafernalia deudora impulsada frenéticamente por los bancos acreedores y los organismos multilaterales (Stiglitz, 2003), bajo la falsa divisa de que “los gobiernos no quiebran”, acabó por establecer los límites del MSI y determinar el tránsito al modelo neoliberal (GUILLEN, 2005, p. 19)

Segundo Nicolas Guilhot, O FMI, o BM e, em menor escala, o BID, tornarão-se não apenas garantidores do pagamento da dívida dos países periféricos, mas os principais credores do novo endividamento pós-1980, desencadeado pelo desinteresse do capital em investir nos países de baixa renda. Após 1982, com o esgotamento total dos empréstimos dos bancos comerciais aos países em via de desenvolvimento, o BM voltou a se encontrar em posição de força, a do credor em última instância” (2000). Ser “credor em última instância” (*lender of last resort*) significa encontrar-se numa situação favorável para impor ao tomador todas as condições de sua escolha.

Nesse momento, o BM e o BID passam a atuar associados ao FMI sendo função dos primeiros financiar reformas estruturais que permitam aos países produzir dívidas para o pagamento da dívida, e, por último, oferecer estabilização econômica e ajuda financeira emergencial. Trata-se de circunstância na qual a ação das instituições adquire feição de intervenção ostensiva.

Neste ambiente, o BID aparece como uma exceção por conta da maioria dos votos serem compostos do grupo latino-americano e caribenho, embora serem sujeito a vetos do maior acionista, os EUA. Ricardo Carneiro, professor e ex diretor do banco interamericano de desenvolvimento no Brasil (BID) (2016) reitera que os prazos e custos providos por instituições públicas são significativamente melhores que os que oferecem as instituições privadas. Além disto estas também se individualizam pela sua governança e agenda de desenvolvimento

Guillén (2008), explica que nesse mesmo período se conformou uma nova oligarquia muito diferente, que desta vez estruturalmente surge vinculada as empresas transnacionais e ao capitalismo financeiro internacional pela via da dívida externa. Neste ponto o modelo de

projeto nacional de desenvolvimento que havia sido impulsionado pelos regimes progressistas dos anos quarenta já tinha sido quase completamente abandonado pelas novas elites. O autor menciona que o cenário latino-americano abandonava então o terreno para experimentos nacionalistas e populares. Com a ascensão e consolidação da revolução cubana se intensificou a política de “guerra fria” e insubordinaram as elites políticas latino-americanas aos interesses estado unidenses. Assim desde 1983, os países latino-americanos transitaram ao MN, um modelo de economia aberta orientado para fora e caracterizado pela conversão da exportação no eixo do regime de acumulação. Assim, como sugerido pela CEPAL, o processo de transição ao novo modelo seguiu dois caminhos: por um lado os países do cone sul em que ocorreu uma reprimarização das suas economias, por outro lado, o México e os países *Centro* americanos e do Caribe que se transformaram em plataformas de exportação. Em toda a região este processo desencadeou processos de desindustrialização e de quebra de cadeias produtivas internas.

Whitaker (2003, p.130) destaca que a partir deste processo desencadeou-se uma nova configuração da divisão internacional do trabalho e de expansão imperialista, através da expansão das multinacionais instalando em cada país. Esta afirmação vai de encontro aos pensamentos de Quijano que denomina este processo como a nova forma do poder colonial que a partir deste momento se torna também um poder global. O autor (2003, p.134) menciona, que por um lado os avanços tecnológicos no setor produtivo geraram uma crise estrutural em função do paradoxo *aumento da produtividade/desemprego*, e por outro abriram saídas que sustentaram a expansão do sistema capitalista para a periferia, permitindo um certo fôlego industrial e o acesso a novos mercados. Essas decisões das empresas dão uma primeira amostra do caráter político e ideológico do processo, já que essa expansão exacerbou as relações de dominação/ dependência entre o Centro e a Periferia do capitalismo mundial.

Quijano (2009) e (2010) ressalta que neste momento, na América Latina, a hegemonia do eurocentrismo levava a incentivar a implementação do “desenvolvimento” em relação ao Estado/Nação sob as diretrizes da Colonialidade Global do Poder. Essa perspectiva era historicamente incoerente, precisamente quando tal padrão de poder ingressava, em seu conjunto e a escala global, em um prolongado período de auge e de mudanças decisivas.

Nos anos noventa já em plena execução das diretrizes do Consenso de Washington, o crescimento do PIB per capita foi bastante baixo, de 1.3% anual, o que contrasta

negativamente com o de 2.54% atingido nos sessenta e o de 3.3% dos setenta (GUILLÉN, 2008). Contrariamente ao que sustentavam os representantes do “pensamento único” que defendiam que a abertura do mercado traria o crescimento econômico (GUILLÉN, 2008).

Quijano (2010) ressalta que essa relação afeta a redução da necessidade de força de trabalho viva e individual, e conseqüentemente, reduz a oferta de emprego assalariado ampliando a margem de “acumulação especulativa” como “tendência estrutural” e não somente cíclica, “assim foi se configurando um novo capital industrial/financeiro, que desta maneira, uma rápida expansão mundial”.

Ainda em Quijano, posteriormente a este momento, começa a surgir um processo de tecnocratização, e instrumentalização da subjetividade, do imaginário, “tecnocratização/instrumentalização” da subjetividade, do imaginário, de todo o horizonte de sentido histórico específico da “Colonialidade”/Modernidade/Eurocentrada. Trata-se, em rigor, de um processo de crescente abandono das promessas iniciais da chamada “racionalidade moderna” e, nesse sentido, de uma mudança profunda da perspectiva ética/política da eurocêntrica versão original da “colonialidade/modernidade (QUIJANO, 2013.p.4). Assim, segundo o autor, esse novo caráter era tanto mais atrativo e persuasivo, quanto mais paradoxal e definitivamente impossível de ser concretizado. O autor, desenvolve ainda um terceiro ponto em relação a questão do desenvolvimentismo relacionado a expansão do novo capital industrial-financeiro e a derrota dos grupos nazi/fascistas da burguesia mundial na primeira disputa pela hegemonia do capitalismo durante a segunda guerra mundial. Em um quarto aspecto, Quijano chama atenção para o “despotismo burocrático”. Como complementa Furtado (1997), a degradação dos termos de troca era observada como consequência própria da ligação de economias de traços coloniais com metrópoles, constituindo-se em um fator da propensão à concentração do poder econômico que marca o progresso do capitalismo.

Para Quijano (2009, p. 3), a partir deste momento a luta não foi mais somente contra a exploração do trabalho, a luta se expandiu, e o inimigo se torna mais poderoso, inacessível e ainda mais incontrolável. A partir desse momento a resistência passa a ser contra o colonialismo agora alinhado ao Imperialismo, e também contra as guerras “colonial-imperiais”. Como menciona o autor neste período, o Vietnã era o caso emblemático, contra a ética social do produtivismo e do consumismo, contra o pragmatismo burguês burocrático e

contra a dominação de raça e de gênero, contra as formas não convencionais de sexualidade, contra o reducionismo tecnocrático da racionalidade instrumental e por novos parâmetros estéticos/éticos e políticos.

Desde o fim do século XX, como demonstra Quijano (2013), emergem mais vítimas deste novo padrão de poder e ao mesmo tempo mais resistências que se opõe aos dominadores, os funcionários do capital,

seja como donos das grandes corporações financeiras, ou como governantes de regimes despótico-burocráticos, respondem com violentas repressões, agora não só dentro das fronteiras convencionais de seus próprios países, como também fora delas (QUIJANO, 2013, p. 51).

Ana Célia Castro (2002) ressalta que a liberalização do mercado de capitais não leva a um crescimento econômico mais rápido, pelo contrário, expõe efetivamente os países a níveis de risco mais altos, “trata-se de um risco sem recompensa”. Como a autora reitera, os benefícios da liberalização do comércio são mais questionáveis do que prega o discurso do livre mercado, principalmente quando a agenda do livre comércio é do tipo assimétrico. Desconhecer as dimensões sociais e políticas como fizeram o FMI e o Consenso de Washington não é apenas uma má política social, mas também má política econômica. Em outras palavras, como complementa Whitaker, é importante que se observe que a diferença entre a matriz econômica imposta pelos países hegemônicos ou de Centro da economia mundial e a realidade dos países periféricos, não é uma novidade própria do atual estágio da globalização, mas sim a lógica de um sistema “desigual e combinado” iniciado pelo processo de colonização, e que necessita de contínua expansão, que no caso é a força do “mercado mundial”. O surgimento e o crescimento das economias industrializadas durante os anos 30 do Pós-Guerra se deu justamente graças à exploração sistemática e predatória dos países periféricos, que sustentaram ao modelo do Estado do Bem-Estar Social do período fordista-taylorista.

O receituário ortodoxo, hegemônico nos anos 1990, porém, não garantiu a estabilidade. Mais do que isto, nem mesmo garantiu a retomada do crescimento econômico, em uma década caracterizada pelo medíocre desempenho latino-americano (CASTRO, 2002, p. 14).

4. O *BUEN VIVIR* COMO ALTERNATIVA NO CONTEXTO POLÍTICO PROGRESSISTA LATINO-AMERICANO DO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Quijano (2008) observa que, mesmo com este caminho árduo ao qual passou o território latino-americano, a semente de um horizonte histórico novo pode sobreviver entre a nova heterogeneidade histórico estrutural do imaginário mundial, e agora germinar como um dos maiores signos que é a proposta do *Buen Vivir*. É dizer que se deve ter como ponto de partida a Des/Colonialidade do Poder, do ser e do saber na produção e reprodução democráticas da existência social, como um princípio básico e contínuo que orientem também as práticas sociais, políticas e econômicas que tem como base ética, ponto de partida e de chegada os princípios do *Buen Vivir*. O autor defende que é neste contexto histórico se torna urgente e necessário que se busque o debate e elaboração entorno da proposta de um outro desenvolvimento que se baseiem em outros parâmetros como assim nos oferece o *Buen Vivir*.

Se trata, mais uma vez e antes de tudo, de admitir esta possibilidade do *Buen Vivir* como uma questão aberta, não somente no que se refere a discussão, senão no sentido de transforma-la em práticas e políticas públicas, sociais, cotidianas das populações que decidam construir e ocupar historicamente nessa nova/velha existência social possível.

Segundo Fernandes (2016), houve no início do século XXI uma tendência a dissolução estrutural da hegemonia dos Estados Unidos e crescente multipolarização do sistema internacional em que nele se conformou um giro político progressista. O início deste processo se deu com a eleição de Hugo Chávez (1998) e de Ricardo Lagos (via *Concertación Democrática* - 1999), e em 2002 pela eleição de Lula. Seguindo Argentina (2003) com Cristina Kirchner; Uruguai (2005) com Tabaré Vázquez; Bolívia (2006) com Evo Morales; Equador (2007) Rafael Correa, Nicarágua (2007); Paraguai (2008); El Salvador (2009) e Peru (2011).

Esta 'onda progressista' sucedeu a três 'ondas' anteriores que marcaram a evolução política latino-americana na segunda metade do Século 20: a de ascensão de regimes militar-civis ditatoriais (nos anos '60 e '70); a de transição para regimes democráticos (nos anos '70 e '80); e a que Perry Anderson designou de "virada continental em direção ao neoliberalismo" (nos anos '80 e '90) (FERNANDES, 2016, p. 14).

O autor demonstra que este novo ciclo político progressista na América Latina se apresentou como o quadro mais geral de defensiva estratégica da esquerda no mundo "se inicia com o desmantelamento do campo socialista, que polarizava o sistema internacional até

o final dos anos 80 e cindia a economia mundial em sistemas globais opostos e antagônicos” (FERNANDES, 2016, p. 14).

Como aborda Fernandes (2016), o bloco socialista atuava como força material no sistema internacional oferecendo inúmeros tipos de apoios a movimentos progressistas e de libertação em todo o mundo. Ofereciam tanto apoio militar, como político, econômico e diplomático. Tal apoio articulou transformações de cunho progressistas que colaboraram com o aprofundando das suas agendas em relação a uma mudança econômica e social.

Todo este processo culminou na estruturação de novos projetos de desenvolvimento nacional, com políticas voltadas a distribuição de renda e redução de desigualdades. Mesmo diante da crise internacional, o resultado desta nova conformação, de governos gerou um crescimento econômico aliado a redução de desigualdades em quase todo o continente no período, materializada na redução de indicadores de concentração de renda. Com explica Fernandes, exemplificando o caso brasileiro de reorientação da política externa, após a eleição do presidente Lula apostou na diversificação das relações externas como melhor alternativa para afirmar e defender o interesse nacional no contexto da transição na ordem mundial, marcada por fortes tendências à multipolarização. Segundo o autor destaca, esta reorientação culminou na ampliação de relações diplomáticas, econômicas e sociais com outros países em desenvolvimento na África, no Oriente Médio e na Ásia, orientadas para um novo padrão de cooperação Sul-Sul. Ela se expressou, igualmente, na estruturação de uma aliança estratégica com os novos polos em ascensão no sistema internacional, efetivada na iniciativa de formação do grupo BRICS, que composto pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Assim, segundo descreve Fernandes (2016), mesmo apresentando trajetórias distintas e projetos distintos de desenvolvimento, estes países conseguiram lograr importantes êxitos na direção de uma agenda comum, e de oposição crítica ao monopólio dos países capitalistas de *Centro* nas estruturas de governança global que, não reflete mais a correlação de forças existente no mundo. Se configura como uma agenda crítica e reformista em relação ao poder global colonial, por um lado, reformar as instituições de governança multilateral aumentando a presença dos novos atores em ascensão em suas estruturas deliberativas, e, por outro, criar instituições multilaterais de alcance global que possam ser alternativas contra este poder. Como exemplifica o autor, a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS é um exemplo disto: “um contraponto às instituições multilaterais de financiamento”.

Segundo Carneiro (2016), há uma relevância histórica indiscutível, em torno da criação do Banco de desenvolvimento do BRICS, o chamado *New Bank Development* (NBD), quanto a evolução da independência da região em relação à ordem financeira internacional originada em *Bretton Woods* e das instituições financeiras criadas a partir daí, como o FMI, BID e o BM, em que, nestas instituições, de uma forma geral, os países desenvolvidos não prestatários concentram o poder de decisão, enquanto que os periféricos, geralmente detêm apenas um pequeno poder de voto.

No âmbito deste processo contra-hegemônico ocorrido na região latino-americana, nas últimas décadas também vale ressaltar o esforço na direção de criação de alternativas que pretendiam retirar a América Latina da situação de dependência econômica em relação aos países de Centro como foi o caso da criação da CELAC, MERCOSUL, ALBA. Mas, como demonstra o cenário atual, a região permanece na mesma posição de fragilidade política e dependência, destacando o mais recente cenário em que todos os governos dessa conformação progressista sofrem, agora, novas ofensivas geradas pelas forças do poder global colonial como, por exemplo, a mais recente derrubada do governo da presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, ou contra o governo chavista de Nicolás Maduro, na Venezuela, além da vitória da direita na Argentina com a eleição de Macri.

Esta situação de cunho neoliberal pretende mais uma vez, gerar uma maior abertura para a livre exploração e privatização da região em todos os aspectos, seja pela utilização de mão de obra barata, maior abrangência e liberdade com relação a exploração de matéria prima, privatizações das empresas públicas, serviços públicos, abertura dos mercados, flexibilização das leis e etc. Este fator, aliado ao crescente endividamento, acentua esta fragilidade abrindo espaço para instabilidades políticas e conseqüentemente também econômicas e um maior aprofundamento da “dependência” no território latino-americano.

Dentro da lógica estabelecida pelo poder global colonial no qual primordialmente se busca o lucro e o enriquecimento dos que já são muito ricos, qualquer política, ou governo que aponte saídas no sentido de tentar romper com esta “ordem” pré estruturada de insubordinação, estabelece quase que automaticamente, uma instabilidade política. Esta instabilidade é gerada porque o poder hegemônico global não aceita perder a regalia de enriquecer as custas do suor, da destruição, da morte, da fome, da miséria e da exploração dos bens naturais dos outros. Como Souza Santos aponta:

A relação entre nação e imperialismo, de fato, a presença do imperialismo é em grande medida o resultado da tarefa incumprida da acumulação primitiva, o que é mais do que nunca visível em uma tentativa imperial de controlar a terra a água doce, a biodiversidade e os recursos naturais pelas vias da guerra, da ocupação, da pressão diplomática, da instalação de bases militares ameaçadoras (SOUSA SANTOS. 2010, p.58, tradução própria).

O autor chama a atenção para o fato de que nos últimos vinte anos a América Latina logrou com êxito a virtude de utilizar instrumentos políticos hegemônicos para um uso contra-hegemônico.

Souza Santos define como “instrumentos hegemônicos” as instituições desenvolvidas a partir do século XVIII pela teoria política liberal que visa garantir a legitimidade e governabilidade do Estado de direito moderno nas sociedades capitalistas emergentes em que estes instrumentos foram desdenhados para garantir a reprodução ampliada das sociedades capitalistas de classes. A utilização contra-hegemônica destes instrumentos é então, a apropriação criativa deles pelas classes populares para fazerem avançar suas agendas políticas para além do marco político-econômico do Estado liberal e da economia capitalista.

Segundo o autor, independentemente da forma pelo qual o Estado se deu, fosse o “Estado liberal, Estado social de direito, Estado colonial, Estado soviético, Estado nazi-fascista, Estado burocrático-autoritário, Estado desenvolvimentista, Estado de Apartheid, Estado secular, Estado religioso” e, como acrescenta, o mais recente (quicá também o mais velho), Estado de mercado compõe em comum uma concepção e estrutura moderna, eurocêntrica, monolítica e centralizadora do poder.

A criação e controle de fronteiras a distinção entre nacionais e estrangeiros e, as vezes entre diferentes categorias de nacionais; a universalidade das leis apesar das exclusões discriminações e exceções que elas mesmas sancionam; uma cultura, uma etnia, uma religião ou uma região privilegiada; organização burocrática do estado e das suas relações com as massas de cidadãos; divisão entre os três poderes soberanos com assimetria entre eles, tanto originaria (os tribunais não tem meios para executar suas próprias decisões) como contingente (A supremacia do executivo em tempos recentes); Assim quando na prática o estado não tem o monopólio da violência, sua violência é de uma categoria superior uma vez que pode ser utilizada contra «inimigos internos» e os «inimigos externos» (SOUSA SANTOS, 2010, p.69, tradução própria).

Assim, o autor observa que quando os movimentos indígenas do continente, como ocorreu no caso da Bolívia, levantam a bandeira pedindo uma refundação do Estado, o que o que tentaram mostrar que eles eram/são o maior exemplo da exclusão resultado da estrutura do Estado moderno capitalista colonial. Pode-se incluir neste bojo a maioria empobrecida e

explorada da América Latina, fruto da imensa desigualdade que se instaurou nas entranhas do Estado Moderno desde o período colonial, em que afrodescendentes também se enquadram nas estruturas racistas já citadas anteriormente. Neste sentido, Walsh colabora com o debate complementando:

la manera que la insurgencia o insurgencias decoloniales emergentes en la región aquí me refiero a ellas que tienen que ver con el refundar del Estado están contribuyendo a un repensar de las perspectivas y paradigmas teóricos y políticos. Es suficiente recurrir a los referentes teórico analíticos de las ciencias sociales incluyendo las categorizaciones de izquierda y derecha para explicar los actuales esfuerzos insurgentes, entendiendo que estas ciencias sus directrices de pensamiento crítico aún son eurocéntricas y coloniales en su mirada, referente y aparato? O, más bien, es necesario partir de otras herramientas analíticas, herramientas que permiten vislumbrar tanto a la estructuración del poder en las Américas como también a la presencia de otras lógicas y racionalidades lógicas y racionalidades otras las que actualmente están en juego en el interculturalizar, plurinacionalizar y descolonizar, estos entendidos como luchas, acciones y pedagogías necesariamente entrelazadas (WALSH, 2008, p. 3)

É deste contexto de lutas e de resistência que nascem as Constituições Plurinacionais da Bolívia e do Equador, também conhecidas como “O novo constitucionalismo Latino-Americano”. De uma forma geral, a construção e implementação destas constituições tornam-se fundamentais para um possível horizonte de superação dos moldes e estruturas de poder do estado moderno Colonial.

Tal contexto se configurou como um avanço, que vai ao encontro de um novo paradigma constituinte atravessado horizontalmente pelo paradigma do *Buen Vivir* configurando-se pelo menos em teoria como um novo formato de Estado. Este novo formato aconteceu dentro de um contexto favorável de alinhamento dos governos progressistas, colocando a região mais uma vez em um campo avançado em relação as lutas anti-imperialistas. Aliado a conformação política no contexto latino-americano das últimas duas décadas, só foi possível através da bagagem de resistência indígenas e popular. Em que estas se deram primeiramente na luta contra colonialismo e mais adiante contra a sua nova configuração, o neoliberalismo, fruto do poder global colonial.

Neste momento propício em que se conformou um alinhamento regional dos governos progressistas de ideais integracionistas, no sentido de criar articulações e políticas com a intenção de deslocar a América Latina da posição de subordinada ao imperialismo, emergem assim, como um marco de revigoração para a região, se configurando como um

novo folego para as lutas de resistência no território, os constitucionalismo plurinacionais da Bolívia e do Equador.

Os casos da Bolívia e do equador são particularmente complexos, pois a idéia de plurinacionalidade esta marcada pelas identidades culturais ao mesmo tempo pela demanda do controle dos recursos naturais. Na Bolívia, esta última é a demanda pela nacionalização dos recursos, uma luta que vem desde a revolução de 1952 e que volta a ser central na chamada «Guerra da Agua» e na «Guerra del Gas» (2003). Neste processo existe uma construção da nação Bolivariana “desde abaho”, que Zavaleta formula de maneira essencial com o conceito de nacional-popular. A idéia de nação bolivariana é estranha a das oligarquias, não as classes populares; por isso não são necessariamente uma contradição entre nacionalização dos recursos naturais e plurinacionais. Ao adotar ambas as demandas, o movimento indígena funda sua ação na idéia de que somente o Estado Plurinacional pode em «fazer» nação ante ao estrangeiro e ao mesmo tempo, fazer nação «nação» contra o colonialismo interno. A Pluralidade da nação 'o caminho para construir a nação da plurinacionalidade (SOUSA SANTOS, 2010, p. 84, tradução própria)

Estas constituições são um avanço e oferecem alternativas que visam atender de uma melhor forma as necessidades específicas e a pluralidade cultural das diferentes comunidades. Gudynas (2008) salienta, que as consolidações destas Constituições conformaram o maior marco visibilidade e consolidação do *Buen Vivir*, pois elas rompem com a concepção clássica de priorização de alguns direitos sobre outros ao reconhecê-los como interdependentes e dessa forma de igual importância. Assim, os direitos ao *Buen Vivir* ocupam nestas constituições o mesmo plano de outros conjuntos de direitos em que dentre eles se encontram os direitos e grupos de atenção prioritária, comunidades, povos e nacionalidades, participação, liberdade da natureza e proteção. Além disso o autor ressalta que estas constituintes indicam dois principais campos de ação, que se encontram também em um mesmo nível de hierarquia. Um dos campos se compõe pelo “regime do *Buen Vivir*” e o outro pelo “regime do desenvolvimento”, em que este último é definido como “o conjunto organizado, sustentável e dinâmico dos sistemas econômicos, políticos, socio-culturais e ambientais, que garantem a consolidação do *buen vivir*, do *sumak kawsay*”:

El buen vivir requerirá que las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades gocen efectivamente de sus derechos, y ejerzan responsabilidades en el marco de la interculturalidad, del respeto a sus diversidades, y de la convivencia armónica con la naturaleza (artículo 275). Los derechos están íntimamente vinculados a las estrategias de desarrollo, y estas deben atender una planificación participativa en áreas como el trabajo y de las soberanías alimentaria, económica y energética. Em paralelo, el régimen del buen vivir incluye las cuestiones de inclusión y equidad (por ejemplo, educación, salud, vivienda, cultura, etc.) y biodiversidad y recursos naturales (GUDYNAS, 2008, p. 72).

Como explica Fabrício Pereira (2012), estas constituições se constroem a partir de dois principais ejés complementares que são o pluriverso e o *Buen Vivir*; “A pluralidade ideológico-identitária associadas de forma geral à concepção do ‘*Buen vivir*’ andino”. O *Buen Vivir* andino é baseado na “complementaridade de conhecimentos”, ou seja, num estado de vida integrado à natureza e baseado numa visão cosmológica de paridade do homem com ela.

Nascem em um momento propício onde se conformou um alinhamento regional de governos progressistas de ideais integracionistas de esquerda, que buscaram transcender a ideia de competição entre os estados nacionais e ao invés disto buscar cooperação entre si. Este princípio tinha como objetivo criar alianças, tratados, articulações e políticas para uma América Latina mais autônoma e menos fragilizada em relação as investidas neoliberais articuladas pelo poder global colonial.

Este momento sucedeu um recente cenário de ataque neoliberal sob o território em que emergem lutas indígenas e populares contra os intentos imperiais de privatizar bens naturais como por exemplo a Guerra da Água na Bolívia em 2000 e a guerra do gás em 2003, lutas estas que se tornaram um marco de esperança na história dando um novo folego para a luta anti-imperialista na América Latina de uma maneira geral.

Através da resistência indígena e popular, se deu a implantação do Estado Plurinacional, que consolidaram políticas de abertura a participação e a concessão de algum grau de autonomia dos povos, permitindo que o sistema eurocêntrico de Estado-nação seja aos poucos reconfigurado por dentro. Como explica Sousa Santos (2010), os movimentos indígenas têm a consciência das dificuldades de uma refundação do estado pelas estruturas modernas enraizadas pelo processo histórico que se estabeleceu na região, porém acredita que a magnitude da tarefa será através de um processo de longo prazo e que este foi um primeiro e grande passo nessa direção.

Walsh (2008) demonstra como o Estado e a sociedade modernos se baseiam e dão razão aos grupos e culturas dominantes que fazem com que o “nacional” os represente e os privilegie, em vez de representar e refletir o conjunto da população. Tal estrutura cria um conflito persistente contra a colonialidade. Algo, que para ela, dificilmente poderia ser mudado sem transformar de maneira radical as mesmas estruturas fundantes e organizacionais do estado e sociedades. Assim, a autora ressalta a importância que tem a plurinacionalidade para re-pensar e re-fundar o uni-nacional, colonial e excludente desde um estado e sociedade

que se constitui desde a pluralidade cultural o que poderia permitir, no caso da América Latina, que a região desses largos passos na direção a um modelo de estado mais justo e mais compatível aos ideais de luta de cunho integracionista da região.

Tal re-pensar y re-fundar requiere, para que lo plurinacional tenga real impacto y sentido y no sea simplemente un anuncio, unas políticas concretas enfocadas en construir la equidad y exigir la justicia social, como bien señala el reciente «Manifiesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas» de Brasil, para que los grupos históricamente excluidos de lo uninacional puedan igualarse en acceso y oportunidad y, a la vez, posicionarse desde su diferencia a la construcción distinta de lo plurinacional (WALSH, 2005, p. 143).

Estes constitucionalismos construídos *desde abajo* e baseados nos princípios do pluriverso e *Buen Vivir*, se formam com bases no reconhecimento dos direitos coletivos das mulheres, dos indígenas e afrodescendentes, além da concepção de processos de democracia participativa em paralelo a democracia representativa das reformas legais orientadas para o fim da discriminação sexual e étnica, para o controle nacional dos recursos naturais, pelas lutas para o controle nacional dos recursos naturais, pelas lutas para retomar a tensão entre democracia e capitalismo eliminada pelo neoliberalismo e para todos estes configuram o uso contra-hegemônico de instrumentos e instituições hegemônicas.

[...] esta mobilização contra hegemônica das instituições estatais pressupõe a existência de um espaço-tempo externo, fora das instituições estatais onde seja possível alimentar a pressão contra a hegemonia. Assim, qualquer quebra na mobilização pode reverti em conteúdo oposicional às normas constitucionais ou esvaziar sua eficácia prática. A isso chamamos de desconstitucionalização da constituição (SOUSA SANTOS, 2010, p. 80, tradução própria).

Para Boa Ventura, estes constitucionalismos podem se configurar como uma forma de refundação do Estado moderno capitalista colonial, sintetizando as possibilidades e os limites da imaginação política do fim do capitalismo e do fim do colonialismo. Como explica Wolkmer (2001) um dos pilares importantíssimos que regem o Estado moderno é o monismo jurídico, no qual se atribui ao Estado o “monopólio” da produção normativa, sendo este o único legitimado a “criar a legalidade para enquadrar as formas de relações sociais que vão se impondo”.

As constituições Plurinacionais, que compõe o *Buen Vivir*, se conformam como uma tentativa de ruptura deste paradigma do estado moderno monolítico.

Segundo Macas (2010, p. 37) o estado Plurinacional, ao contrário do Estado moderno, se baseia e se sustenta na existência da diversidade das nações e culturas originárias

considerando estas como, entidades econômicas, culturais, sociais, políticas, jurídicas, espirituais e linguísticas, historicamente definidas e diferenciadas, com o fim de enterrar o colonialismo e desmontar o estado colonial, o modelo capitalista e o neoliberalismo. Neste sentido, Quadros (2008) complementa:

Este estado plurinacional rompe com a uniformização do estado nacional que possibilitou o desenvolvimento do capitalismo moderno. Esta ruptura, que pode ser revolucionária, se apresenta na aceitação constitucional de diversos direitos de propriedade e de diversos direitos de família, assim como a admissibilidade de tribunais para resolver estas questões no âmbito de cada comunidade étnica. (QUADROS. 2008, p.2)

Importante ressaltar que o câmbio do Estado colonial para o Estado Plurinacional, não se configuraria em um desmonte do estado, e sim a refundação gradual por dentro desde estado, com o objetivo tanto de preservar a soberania, quanto de proteger e valorizar tudo e todos que foram encobertos, como de criar um estado que retire as instâncias de decisão das mãos das elites oligárquicas entreguistas com um claro objetivo anti-imperial e consequentemente antineoliberal. Como elucidada Walsh:

la agenda no es solo indígena sino del país; da lugar a las pertenencias identitarias y territoriales a la vez que propugna nuevas formas de concebir, organizar y administrar el poder, la democracia, el justicia y la gubernamentalidad sin romper el carácter unitario (WALSH, 2008, p. 13).

É fato que as constituições são muito recentes e apresentam várias incongruências com a realidade, pois as entranhas e estruturas do estado moderno continuam claro, tendo controle sobre inúmeros aspectos, e estes aspectos continuam em disputa o tempo todo para tomar o poder pois existe o colonialismo interno e o externo que forçam para que este processo não tenha sucesso.

A nova Constituição boliviana apresenta na sua formação a diversidade de povos e culturas representando atualmente 36 povos originários atualmente.

Segundo Quadros (2008), desde o período colonial até a segunda metade do século XX, esta diversidade étnica foi reprimida e situada às margens dos poderes públicos e oligarquias constituídas.

Na América Latina os Estados nacionais se formaram pelos e para os descendentes dos invasores europeus, a partir das lutas pela independência no decorrer do século XIX. Um fator comum nestes Estados é o fato de que, quase invariavelmente, foram Estados construídos para uma parcela minoritária da população, onde não

interessava para as elites econômicas e militares, que a maior parte da população se sentisse integrante, se sentisse parte de Estado” (QUADROS, 2008, p. 6).

Segundo Souza Santos (2010), O Estado Plurinacional tem muitas implicações, um novo tipo de institucionalidade estatal, uma nova organização territorial, o pluralismo jurídico, a plurinacionalidade e pluriculturalidade, políticas públicas de novo tipo (saúde, educação, segurança social), novos critérios de gestão pública, de participação cidadã, de serviço e servidores públicos. Cada uma delas constituindo um desafio em relação as primeiras premissas em que se estruturam o estado moderno. Apesar disso, mesmo com todas estas diferenças “O estado Plurinacional não é a negação da nação, se não o reconhecimento de que a nação está inconclusa”. Desta maneira, criação de campos internacionais internos com os países podem ser uma nova forma de experimentalismo político transmoderno.

A proposta da nova Constituição Plurinacional da Bolívia além de ter sido construídas *desde abajo*, diferentemente das constituições modernas desenvolvidas pela elite colonial e oligarquias brancas, busca refundar o estado através da modificação dos principais pilares deste estado moderno colonial. Desta maneira, a criação de múltiplas formas de participação o estado Plurinacional tem como objetivo estimular esta prática por meio de assembleias deliberativas e sistemas jurídicos próprios definidos de acordo com a tradição e forma de organização de cada comunidade específica além daquelas que são compartilhadas que exigem instituições diferentes das tradicionais. Se tratam de novos sujeitos coletivos e deliberativos de base, que refletem nas estruturas sociais do estado Plurinacional.

Como consta no texto oficial da Constituição Política do Estado plurinacional da Bolívia (2007, tradução própria) a intitulação compartilhada das assembleias legislativas plurinacionais da Bolívia reconhecem sete circunscrições especiais indígenas originário campesinas, cujo os representantes são nomeados segundo normas e procedimentos próprios da nação de onde provem e sua postulação enquanto candidato segue as regras estabelecidas pelo modelo de eleição específico da cultura ou comunidade de onde vem. Outro exemplo é o Tribunal Constitucional Plurinacional que é, se corretamente aplicada, um dos importantes instrumentos de um Estado que se quer Plurinacional. Segundo Souza Santos (2010), compete então resolver a complexa realidade de solucionar os conflitos resultantes da coexistência e convivência das diferentes nações no mesmo espaço geopolítico: “para ser verdadeiramente Plurinacional não basta que o tribunal incorpore diferentes nacionalidades; é necessário que o processo em sua conformação seja plurinacional” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 86).

Segundo Afonso e Quadros (2011), os estados modernos que reproduzem a hegemonia europeia em relação ao resto do mundo são constituídos por um sistema monojurídico. O sistema monojurídico tem como objetivo uniformizar comportamentos e proteger principalmente o direito de família e de propriedade privada onde suas constituições foram pensadas e produzidas por homens brancos e proprietários, para defender o direito também de homens brancos e proprietários se excluem e negam toda e qualquer diferença, como por exemplo as mulheres, afrodescendentes, indígenas e imigrantes, ou seja, ele reconhece apenas um sistema jurídico e protege uma estrutura que precisa permanecer para o sistema funcionar.

No caso do estado plurinacional da Bolívia, reconhece-se trinta e cinco sistemas jurídicos que compõe também trinta e cinco maneiras diferentes de sistema jurídico pois cada uma das culturas tem sua própria forma de família e de propriedade e possuem seus próprios tribunais que decidem sobre estes direitos específicos. Ao mesmo tempo criam conjuntamente direitos fundamentais para o estado plurinacional da Bolívia. Este processo busca respeitar as diferentes formas sociais, culturais, econômicas e políticas de cada comunidade que conformam o estado Plurinacional, além de desierarquizar e desmonopolizar o sistema jurídico retirando-o das mãos da elite.

O estado plurinacional vem como uma contra-proposta aos moldes europeus de um estado de direito internacional que seria um grande e desastroso avanço da hegemonia moderna capitalista.

[...] os povos originários foram finalmente incorporados no plano político a partir da constituição de 2008. Dos 411 artigos que compõem a Carta Fundamental boliviana, 80 são destinados à questão indígena. A equivalência da justiça indígena à justiça institucionalizada; a garantia de representação dos povos originários no parlamento; a reorganização territorial do país, o que garante autonomia às frações territoriais (departamental, regional, municipal e indígena), cada uma delas podendo organizar suas eleições e administrar os recursos econômicos; e o reconhecimento dos direitos de família e propriedade de cada povo originário, são alguns dos pontos essenciais do novo projeto constitucional (AFONSO; QUADROS, 2011, p.12).

Para Afonso e Quadros (2011), as novas Constituições plurinacionais da Bolívia (2007) e do Equador (2008) podem representar uma ruptura com o modelo de Estado-nação moderno e assim constantemente com o modelo capitalista. Assim, como reiteram os autores, a institucionalização de um *constitucionalismo plurinacional* demanda um engajamento profundamente intercultural, para que este seja apto a romper com as bases uniformizadoras do Estado-nação (em suas várias vertentes), deve ser *dialógico*, uma vez que demanda uma

abertura comunicativa e deliberativa permanente para alcançar o melhor entendimento com o outro, o diferente.

La plurinacionalidad y la interculturalidad son complementarias. Como hemos mencionado, la interculturalidad apunta las relaciones y articulaciones por construir y por ende es una herramienta y un proyecto necesario en la transformación del Estado y de la sociedad. Pero para que esta transformación sea realmente trascendental necesita romper con el marco uninacional, recalcando lo plural-nacional no como división, sino como estructura más adecuada para unificar e integrar (WALSH, 2008, p. 13).

A partir desta análise entende-se que o estado plurinacional baseado em princípios do *Buen Vivir*, na plurinacionalidade e na pluriculturalidade muda internamente as bases que sustentam grande parte das estruturas do Estado Moderno Colonial.

Pereira da Silva (2009) ressalta que a concepção plural de democracia, associada a ideias de coletivismo, consenso mediante debate, assembleísmo e cooperativismo é proposto para as organizações populares e movimentos sociais, nos espaços locais de autonomia territorial e são reconhecidas pelo Estado plurinacional. Segundo ele, o projeto se equilibra entre correntes indigenistas, nacional-populares e de esquerda “tradicional”, “uma concepção plural de democracia, que preservou os elementos representativos (ainda que não em chave precisamente liberal), fomentou a participação e defendeu valores de uma “democracia comunitária”. (PREIRA DA SILVA, 2009, p. 262)

[...] Sumak kawsay o «buen vivir», lo que se refiere en Bolivia como «vivir bien» o en aymara suma qamaña. El concepto del sumak kawsay o buen vivir es eje transversal de la Constitución ecuatoriana y, sin duda, su hito trascendental. Como dice el preámbulo, «decidimos construir una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el sumak kawsay». De esta manera, la nueva Carta cuestiona y transgrede los modelos y las prácticas fundadores del Estado y los modelos y prácticas más recientes de la política neoliberal, incluyendo el «bienestar neoliberal» cuyo enfoque es el individuo y el individualismo alienante de «tener», lo que hace cada vez más fragmentada y débil la relación social y de sociedad (WALSH, 2005, p. 143).

Eduardo Gudynas e Alberto Acosta (2011) chamam a atenção para a diferença entre os princípios direcionais das duas constituições. Como explicam, o *Buen Vivir* constitucional boliviano, vinculado com o Estado Plurinacional, tem um caráter identitário muito marcado, entretanto o *Buen Vivir* constitucional equatoriano, vincula-se ao reconhecimento dos direitos da natureza. Tendo este último maior foco ecológico (GUDYNAS; ACOSTA, 2011).

No caso da Constituição do Equador (Assembleia Nacional Constituinte do Equador, 2008), o *Buen Vivir* se dá baseado essencialmente através de um regime de desenvolvimento como também de um conjunto de direitos sobre a água a alimentação, um ambiente saudável, comunicação e informação, cultura y ciência, educação, habitat e moradia, saúde, trabalho e segurança social, e incluem entre eles os denominados direitos da natureza (CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN; DOMÍNGUEZ-GÓMEZ, 2014, p. 106).

Gudynas enfatiza, que ninguém pode exigir obediência a “de um decálogo” sobre o conceito do *Buen Vivir* e que ainda há muito caminho a percorrer neste sentido e nessa construção. Como reitera, esta diversidade e multiplicidade de possibilidades não se configura como algo negativo, já que esta possibilidade permite nutrir-se dos melhores aportes de cada corrente. E assim, permite revitalizar o debate que envolve políticas para o desenvolvimento.

4.1. Buen Vivir e comunidade

Segundo Acosta (2009), estas Constituições, privilegiam um modelo econômico-social solidário e soberano que não nega que a economia capitalista faça parte da Constituição, mas impede que as relações capitalistas globais determinem a lógica, a direção e o ritmo do desenvolvimento nacional. Da mesma maneira, esta também não pretende que a unidade nacional siga sendo celebrada e intensificada, impede somente que em nome da unidade se desconsidere ou desvalorize a diversidade.

Como elucidam Batzin Chojoja e Kaqchike (2005), diferente da visão universalizante de desenvolvimento do pensamento eurocêntrico, a epistemologia do desenvolvimento na perspectiva do *Buen Vivir*, se estabelece e se constitui baseada nas práticas sociais em que todas as estruturas da sociedade, tanto políticas, como econômicas, sociais, culturais e religiosas obedecem seus próprios padrões, porém, todas elas se baseiam na cooperação como lei fundamental do desenvolvimento.

Desta forma, este arcabouço busca proporcionar uma manifestação harmoniosa cooperativa de elementos particulares em um sentido comunal em que este sentido de cooperação que existiu desde o início das civilizações dos povos indígenas, dirigido através de suas comunidades e suas autoridades determinantes de suas decisões atuando associadamente; pensam e falam em unísono; buscam consenso, colocando em evidencia a profunda coesão que existe no organismo universal. Embora cada indivíduo tenha qualidades

distintas, todos e cada um representam a totalidade, pois o particular não pode ser absoluto sem identificar-se com o geral.

Hay autonomía como la que pide Guayaquil que en realidad es independencia. Pero las autonomías que se pueden ejecutar son las que tienen una correlación con el eje central, que es el Estado o el Gobierno central. Lo que las autonomías generarían es que fueran parte del Estado y el Estado parte de ellas. Y en ese sentido, la redistribución debería darse por todas las provincias. En ese sentido las redes autonómicas, los pueblos indígenas, también tendrían esa participación de la economía del Estado, pero en formas de manejo territorial, decidiendo nosotros las normas internas del manejo y de la convivencia social sin esperar decisiones desde el Gobierno central. En la autonomía que nosotros pedimos tiene que haber injerencia del Estado y también participación de nosotros hacia él (SANTI, 2008)

Desta forma, a cooperação está arraigada nas as ordens da vida dos povos indígenas, pois o sentido comunal da posse e do cuidado da terra e ao próximo, são também realizados através do contato com as plantas, a fauna, as montanhas e os demais elementos da *madre tierra* ou *Pachamama*.

Las ontologías o mundos relacionales se fundamentan en la noción de que todo ser vivo es una expresión de la fuerza creadora de la tierra, de su auto-organización y constante emergencia. Nada existe sin que exista todo lo demás ('soy porque eres', porque todo lo demás existe, dicta el principio del Ubuntu surafricano). En las palabras del ecólogo y teólogo norteamericano Thomas Berry, "la Tierra es una comunión de sujetos, no una colección de objetos". El Mandato de la Tierra del que hablan muchos activistas nos conmina por consecuencia a 'vivir de tal forma que todos puedan vivir'. Este mandato es atendido con mayor facilidad por los pueblos-territorio: 'Somos la continuidad de la tierra, miremos desde el corazón de la tierra'. No en vano es la relación con la Tierra central a las luchas indígenas, afro, y campesinas en el contexto actual (ESCOBAR, 2015, p. 23).

Como observa Luis Macas (2010, p.33), a sociedade ocidental moderna foi projetada a partir da ruptura do ser humano com a natureza e a apropriação dos meios de produção. Este sistema foi então implementado e orientado pela expansão do seu modelo de desenvolvimento e deste modo controlar a humanidade assim como da mesma forma impõe o sistema de acumulação e regulação do mercado.

Junto a estes problemas, o modelo moderno eurocêntrico com o foco no indivíduo e suas garantias também individuais, promovem e incentivam a competição entre todos, pois o princípio da competição impera na ideia moderna eurocêntrica capitalista. Sem a competição o capitalismo simplesmente não existiria. É necessário então para que esse sistema exista que exista a competição entre os indivíduos baseados nos ideais liberais de meritocracia.

Para los Estados, la naturaleza, históricamente, ha sido considerada como bien de uso controlado por seres humanos como superiores a ella (la lógica cartesiana). Al posicionar la madre naturaleza o Pachamama como sujeto de derechos, la nueva Constitución ecuatoriana hace una vuelta total de esta conceptualización moderna-occidental. Además, reconoce el derecho de la naturaleza a existir (WALSH, 2008, p. 146).

Outro importante princípio do *Buen Vivir* se baseia na relação de respeito entre a humanidade e o seu entorno. Ela parte do princípio de que para assegurar o desenvolvimento saudável do homem e do planeta como um todo, primeiro é preciso assegurar o desenvolvimento da natureza pois ela se constitui a fonte de nossa vida. Neste aspecto é gerado um impasse entre a necessidade (imposta) de se explorar os bens naturais para garantir as necessidades básicas da população latino-americana que foi posicionada na Periferia e que depende ainda da exploração dos bens naturais para garantir segurança social mínima da população e do estado.

Luis Macas considera que o *Buen Vivir* é uma visão desde o integral em comunhão com a comunidade humana, e está como elemento de uma comunidade natural, tudo condicionado a vida da “Madre Tierra” (a *Pachamama*, a natureza), onde dentro disso se geram condições de harmonia e equilíbrio para chegar a plenitude em toda a comunidade de forma ampla. Tais condições vitais de existência determinam dessa maneira um sistema de vida comunitário que criam laços de cooperação diferentes das geradas pelas relações capitalistas, que em grande parte, são o tempo todo perpassadas pelo consumo e pela competição.

É dizer que estas relações vitais determinam o sistema de vida comunitário, que ao mesmo tempo é atravessado pela relação de respeito e equidade com os outros elementos da natureza. A vitalidade de toda existência constitui a vida e esta relação vital se constitui na concepção da prática do sistema comunitário (MACAS, 2010, p.182-183). São estas relações vitais de existência, que nesta, direção, descreve.

5. O *BUEN VIVIR* URBANO COMO ALTERNATIVA AOS MOLDES NEOLIBERAIS DE CIDADE

A cidade sempre esteve ligada a ideia de desenvolvimento e esse discurso não foge a lógica da construção de dominação, nem a lógica do sistema capitalista de modo que a construção destes dois encontra-se intimamente relacionada. Como descreve o pensador boliviano Mario Rodriguez Ibáñez, (2013. P,9) “a cidade encarnou no simbólico dominante, como o lugar privilegiado de distanciamento da natureza, como o lugar do êxito moderno, como a materialização do “progresso” e do desenvolvimento”. A partir destes aportes oferecidos no primeiro e no segundo capítulo esta investigação pretende abrir brechas e caminhos a partir das possibilidades dadas pelas perspectivas do *Buen Vivir* principalmente partindo de experiências indígenas e populares e assim procurar evidenciar essas possibilidades para propostas para o contexto urbano latino-americano.

Nadie postula regresar a sociedades de cazadores recolectores viviendo en la selva, sino que se exige poner el centro de atención en la calidad de vida de las personas, y no en el aumento del PBI (GUDYNAS, 2010).

O desenvolvimento baseado no *Buen Vivir* significa ter um pé no futuro e o outro no passado. Significa ter o entendimento de que a situação de fragilidade e instabilidade na qual foi posicionada a América Latina, exige uma outra forma de desenvolvimento. Um desenvolvimento com estratégias de defesa e que seja autônomo no sentido de ser independente, poder escolher, poder ter liberdade, e que haja a possibilidade de desdobramentos através da construção baseadas nos paradigmas oferecidos pelo *Buen Vivir*. O *Buen Vivir* se apoia no resgate e na valorização das tradições e princípios éticos oferecidos que auxiliem a criação de frentes que tenham como objetivo construir outras formas de viver, conviver, respeitar, cooperar e que conte um elemento que perpassa toda e qualquer ideia que venha surgir que é a proteção do território latino-americano contra as investidas do poder global colonial.

El desarrollismo clásico, en especial aquel enmarcado en el reduccionismo neoliberal, alimentó ideas simplistas donde las metas se colocaban en el crecimiento económico, asumiéndose que este generaría efectos de derrame hacia la sociedad. El motor de ese crecimiento era, por ejemplo, la exportación de recursos naturales, y todos los procesos se debían expresar en el mercado (GUDYNAS, 2010).

Portanto como bem descreve Florindo (2015), é o momento, de repensar a realidade, a fim de que seja possível construirmos um projeto social e político contra hegemônico a partir do Sul, que seja capaz de reordenar as relações tradicionais entre Estado e Sociedade, entre uma ética universalizante e um relativismo cultural, entre uma razão prática e uma filosofia do sujeito. Assim, é possível perceber que é deste contexto atual, multifacetado, que surge a necessidade de elaboração de um diálogo entre um discurso de integração e um discurso de diversidade, ou seja, entre as formas tradicionais da modernidade e as experiências diversas, plurais, heterogêneas, não formais, de conhecimento, de modo de vida, e de jurisdição.

Ao expor tal fato, o autor reitera sobre o quão importante é investigar o processo urbano já que este desempenha um papel determinante na reestruturação radical em andamento em relação a redistribuição geográfica da atividade humana e da dinâmica político-econômica do desenvolvimento desigual no século XXI.

5.1 A Europa como berço da ideia de cidade voltada para o mercado

Ainda segundo Harvey apud Bouinot (1987), aconteceu em Orleans, no ano de 1985, um seminário que reuniu acadêmicos, empresários e formuladores de políticas de oito grandes cidades de sete países capitalistas avançados. Tal encontro teve como objetivo analisar linhas de ação utilizadas pelos governos urbanos diante da erosão da base econômica e fiscal de muitas grandes cidades do mundo “desenvolvido”. Houve então, neste momento, uma concordância entre os participantes de que os governos urbanos tinham que buscar meios para serem “muito mais inovadores e empreendedores, com disposição de explorar todos os tipos de possibilidades”. A partir daí, Harvey ressalta que houve uma mudança de direção no que diz respeito às políticas públicas das cidades na Europa. Cidades estas que desde os anos 60, passaram a buscar, através dos seus governos locais, uma aproximação entre pequenas empresas e setores públicos desde os anos 60 e 70 demonstrando uma tendência ou empreendedorismo urbano, fato que estreitou os laços entre o público e o privado.

Podemos concluir que a urbanização cumpriu um papel essencial na absorção de excedentes na capital, na escala geográfica cada vez mais crescente, ao custo dos processos florescentes de destruição criativa, o que desapropriou as massas de qualquer direito à cidade de todos os modos (HARVEY, 2008, p. 53).

Seguindo esta linha de raciocínio, Whitaker (2003) apud Vainer (2000) ressalta que o projeto de cidade, construído pela imagem publicitária e na imagem urbana, vai ao encontro

do projeto de cidade ideal na concepção do mercado. Sendo esta ideia de cidade uma apropriação da mesma por interesses empresariais globalizados que depende da eliminação da política e do conflito e do exercício da cidadania. Fato este que acarreta uma inclinação para a que gestão pública da cidade aconteça no intuito de atrair investimentos para as cidades.

Para a América Latina, desde 1492 até Século XXI, nunca lhe foi permitida a superação da posição de subalternização ou uma posição de plena independência, fosse ela política, econômica, social e ou cultural. De lá pra cá fomos bombardeados por todos os meios possíveis que pretenderam ao fim nos homogeneizar, toda nossa cultura plural e rica, e transforma-la em uma versão subalterna, obediente, dependente, uniformizada e subserviente da cultura hegemônica ocidental.

Desde a colonização inicial os instrumentos de exploração e subjugamento da região mudaram de roupagem, eles se desterritorializaram, camuflaram, se complexificaram e principalmente se globalizaram e financeirizaram. Como demonstra Marcelo Rodríguez Mancilla (2013) o termo “globalização” se consolidou como mais uma estratégia para uma abstração discursiva e significados pouco precisos que abarcam muitas perceptivas e escondem o largo processo histórico que podem ser sintetizadas pela organização mundial do comércio entre estados, a liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais, a tendência de estabelecer cada vez mais “uma” economia dominante. A reestruturação do capital financeiro que acentua as relações de cooperação trans e supranacional e a intensificação de influências culturais “são novos termos para velhas estratégias”:

La imposición y predominancia en la última década de este discurso abarcador, encubre luchas territoriales, historias subalternas y mecanismos de dominación material-simbólica que empeoran las condiciones reales de vida. Son nuevos términos para viejas estrategias, lógicas y principios del capitalismo, que tiene como centro de enunciación los países llamados ‘desarrollados’ o del ‘primer mundo’ (MANCILLA, 2016, p. 3).

Whitaker (2003) explica que a utilização do termo “globalização” foi fortemente transformado em sinônimo de “modernidade e progresso” e que desta forma foi associado a um processo de hegemonização da ideologia liberal com o objetivo último de ajustar a economia frente a crise estrutural da chamada “economia mundo capitalista”. Segundo Chesnais (1996) apud Whitaker (2003) complementa, fazendo referência este fenômeno, que ele não tem nada de novo, e nem representa modernidade, muito menos para os países do Sul. Por trás desse mito, o que aparece é apenas um termo cunhado para “manipular o imaginário

social e pesar nos debates”. Nesse mesmo sentido, Villaça (1999, p.231) complementa que tal ideologia é a versão da realidade social desenvolvida pela classe dominante com o objetivo de facilitar a dominação, tornando-a aceitável para os dominados.

Como complementa Whitaker (2003), a crise desencadeada pelo surgimento de novos padrões tecnológicos e organizacionais que modificaram a lógica de produção fordista-taylorista aumentaram em muito os níveis de produtividade. Além disto, estes novos padrões provocaram a terciarização acompanhada da proliferação das políticas neoliberais que geraram desemprego. Como complementa o autor:

a informatização elevou a produção a níveis nunca vistos, ao mesmo tempo que instaurou um processo de substituição da mão-de-obra pela máquina, fazendo com que o sistema capitalista mundial estivesse – e ainda esteja – produzindo cada vez mais, empregando cada vez menos e, conseqüentemente não tendo a quem vender, coerentemente [...] A crise do capitalismo contemporâneo é, em essência, a típica crise de superprodução que já assolara o sistema em 1929 (WHITAKER, 2003, p. 130).

Ainda como menciona Whitaker (2003), a partir deste momento o sistema substituiu o ícone da produtividade pelo da competitividade. Desta maneira, vender passou a ser mais importante do que produzir, sendo a formação de blocos econômicos a primeira alternativa utilizada como enfrentamento frente a escassez de mercado, “protegendo e dinamizando os mercados intra-blocos e aumentando o poder de inserção concorrencial inter-blocos”. O rápido esgotamento dessa possibilidade, em função da saturação dos mercados industrializados e da adoção de barreiras tarifárias e alfandegárias por cada um desses blocos levou saída pela busca de novos mercados a se generalizar pelo mundo. Assim, a busca do "mercado mundial" tornou-se “tão prioritária quanto a necessidade de competitividade.

Como, explica o autor a partir destes aportes, não há porque considerar que a busca “mercado-mundial” pelo que se trata de um fenômeno novo na força do “pensamento único”, pois evidentemente, associa-se muito mais a globalização à hegemonização tratada quase que como “natural” pelo *establishment* econômico e mediático do modelo econômico neoliberal. Em suma, como salienta o autor, a “globalização” se expandiu pelo mundo como uma “receita” econômica, à qual os países periféricos tinham de “adaptar-se” para lograr vencer suas crises e enfim ascender ao mundo industrializado e desenvolvido. Como apresenta Chesnais (1996),

é preciso que a sociedade se adapte (esta é a nova palavra-chave, que hoje vale como palavra de ordem) às novas exigências e obrigações, e sobretudo que descarte

qualquer ideia de procurar orientar, dominar, controlar, canalizar esse novo processo. Com efeito, a globalização é a expressão das forças de mercado, por fim liberadas ... dos entraves nefastos erguidos durante meio século. De resto, para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social (CHESNAIS, 1996, p. 25).

Para Whitaker, a globalização representa, na verdade, a continuidade do mesmo processo, mas que desta vez se dá através de uma outra forma de imposição. Tal imposição, se alia a extrema dependência externa à profunda desigualdade interna e que se dá a partir de uma nova matriz capitalista que busca incorporar processos técnicos sobre uma sociedade que sequer teve a chance superar sua histórica situação de subalternização. O autor alerta que este fato gera, um descompasso entre as teorias e práticas políticas, econômicas e urbanas geradas pela globalização ignorando o fato de que as condições para o surgimento de um momento pósfordista de produção e de ocupação do espaço urbano não são os mesmos no Centro e na Periferia do sistema. Assim, propagam-se modelos de (des)regulação da economia e conseqüentemente da produção do espaço urbano que respondem à realidade de uma pequena minoria, que se baseiam na desigualdade estrutural. Para o autor salienta o mais eficaz efeito ideológico da globalização é

fazer crer que os novos tempos exigem a renúncia da participação estatal [...] os Estados Nacionais mantém uma forte atuação na disputa pelo poder econômico mundial (FERREIRA, 1998). Podermos dizer que, ao invés de um recuo do Estado, a globalização representa uma intensificação de sua participação, agora de forma mais qualificada e especificamente voltada para os interesses do capital, em detrimento da sociedade. Como dito por Boaventura Souza Santos, o Estado do Bem-Estar Social se tornou o Estado do Bem-Estar Social das empresas, de tanto que o Estado vem trabalhando a favor dos interesses empresariais em todos os países capitalistas. A 'globalização neoliberal', em suma, tem pouco de liberal (WHITAKER, 2003, p. 153).

A situação urbana em que se encontra a América Latina é em si mesmo o fiel reflexo territorial de todos os ciclos dos contínuos processos de colonização e re-colonização do território. Nela está inserida e traçada todas as formas de colonialidade do poder em que inclui-se o discurso do desenvolvimento. A realidade urbana colonial está posta, e inúmeras são as vidas que se encontram sofrendo diretamente pelas conseqüências dessa urbanização produzida e repetidamente incentivada e propositalmente glorificada, a partir de pensamentos de bases modernas eurocêntricas e capitalistas. Bases estas que possuem raízes sociais

racistas, segregatórias e excludentes. Desta maneira tais características se exacerbam o tempo todo na configuração do espaço urbano latino-americano e da vida que nele acontece.

As cidades latino-americanas foram sendo configuradas na maioria das vezes por estes processos mercadológicos colonialistas, capitalistas e pelos processos sociais desencadeados pelo contínuo processo de colonização além da consolidação das estruturas modernas de bases europeias.

Las ciudades son el corazón de la reproducción de los modos de vida dominantes, coloniales, modernos, capitalistas. Las ciudades son el lugar donde se alimentan las subjetividades que consolidan nuestro histórico saqueo y el extractivismo primario al que nos condenó la colonia (IBANEZ, 2013, p. 225).

O século XXI inaugura um novo período em que o poder global se transforma e avança mais uma vez sobre o território latino-americano, sendo a “nova agenda” para o desenvolvimento para este século incide, em grande medida sob a questão urbana. Os discursos, estratégias, formas de financiamento e metas hegemônicas do poder global colonial, se transformaram, mediante ao incansável objetivo alcançarem o “novo mundo” que basicamente se estabeleceria a partir da neoliberalização do comércio mundial enfraquecendo os estados nacionais e transformando as cidades em foco de atraentes negócios. Esta fase de retomada da ofensiva neoliberal no início do século XXI tem a cidade latino-americana como um importante foco para que este avanço se consolide. As novas metas e agendas sugerida pelas agências de cooperação e instituições multilaterais (BM, BID, ONU-Habitat das Nações Unidas, PNUD etc.) para o “desenvolvimento sustentável” das cidades esta embricado nas chamadas cidades globais, cidades competitivas, cidades inteligentes ou cidades sustentáveis, cidades competitivas que se configuram basicamente pela mercantilização total do território e da vida que nela acontece.

Como explica Grosfoguel (2008) em tempos de “pós-independência”, o eixo “colonial” entre europeus/ euroame-ricanos e não-europeus está presente não somente nas relações de exploração que ocorrem na relação entre capital e trabalho e nas relações de dominação entre Estados metropolitanos e Estados periféricos. Esta relação se encontra estabelecida tanto na produção de subjetividades, como também na produção de conhecimento, e também, como não poderia deixar de ser, na produção do território. O autor destaca que existe uma parcela do mito eurocêntrico que está envolto na produção da tese de que vivemos em uma era “pós”- colonial e que nem o mundo e nem os centros

metropolitanos, precisam da descolonização, pois para estes a partir da definição convencional, “a colonialidade é reduzida à presença de administrações coloniais”. Como afirma o autor apud Quijano (1993, 1998, 2000) quanto a construção do seu pensamento em torno da “colonialidade do poder” já anteriormente citada no capítulo anteriores, em relação a realidade de que para América Latina e para muitos outros países periféricos, ainda hoje continuamos vivendo em um mundo plenamente colonial.

O autor sugere a partir desta constatação, que a parte colonizada e subalternizada do mundo precisa seguir na direção da libertação das amarras que nos fazem pensar as relações coloniais obrigando-nos a examinar novas alternativas coloniais utópicas, que vão além dos fundamentalismos euro-cêntrico e “terceiro-mundista” que seria aqui a aposta e construção de um *Buen Vivir* necesario também voltado ao espaço urbano. O autor faz uma importante sugestão descolonial que se torna indispensável para a produção desta pesquisa. Ele sugere que a dicotomia cultura *versus* economia é um falso dilema que nasce daquilo que referenciando Immanuel Wallerstein chamou de “legado do liberalismo do século XIX” (WALLERSTEIN, 1991 p. 4).

Este legado implica que se faça uma separação da economia, política, cultura e sociedade em áreas autónomas. Segundo Wallerstein, a construção destas áreas ‘autónomas’ e a sua materialização em domínios de conhecimento separados, tais como a ciência política, a sociologia, a antropologia e a economia, nas ciências sociais, assim como as diferentes disciplinas das humanidades, são o pernicioso resultado do liberalismo enquanto geocultura do sistema-mundo moderno. Numa apreciação crítica da análise do sistema-mundo, Wallerstein afirma que A análise do sistema-mundo pretende ser uma crítica à ciência social do século XIX. (GROSFOGUEL, 2008, p. 16).

Porém, como destaca o autor esta é uma crítica incompleta, inacabada, pois ainda não se encontrou uma forma “de superar o mais persistente (e enganoso) legado da ciência social do século XIX – a divisão da análise social em três áreas, três lógicas, três níveis – o econômico, o político e o sociocultural” Como destaca, estes três pontos nos impedem no avanço intelectual próprio “atravessa-se-nos” no caminho bloqueando nosso avanço intelectual. Para Grosfoguel, a noção de “colonialidade do poder” é importante em termos de descolonização para a cultura *versus* economia. O trabalho de Quijano oferece uma nova forma de sanar este dilema, pois transcende as barreiras das limitações e equívocos da análise pós-colonial como também da análise do sistema-mundo.

Na América Latina, a maioria dos teóricos dependentistas privilegiam as relações econômicas em processos sociais, em detrimento das determinações de ordem cultural e ideológica. A escola dependentista percebeu a cultura como sendo um factor instrumental nos processos de acumulação capitalista. Em muitos aspectos, a análise dos dependentistas e a análise do sistema-mundo reproduziram parte do reducionismo econômico das abordagens marxistas ortodoxas. Isto causou dois problemas: em primeiro lugar, um subestimar das hierarquias coloniais/raciais; e, em segundo lugar, um empobrecimento analítico que se revelou incapaz de explicar as complexidades dos processos político-econômicos heterárquicos globais. (GROSFOGUEL, 2008, p.132).

Seguindo estas bases da qual nos oferece Grosfoguel e Quijano, Maricato colabora no debate destacando que hoje uma considerável parte dos estados nacionais apresentam mais fragilidade do que muitas das maiores corporações mundiais que se conformaram e ganharam poder a partir da década de 60, período em que se inaugura uma nova elite mundial de empresários financeiristas da qual Quijano insere no conceito da “colonialidade global de poder.” Dentro do leque de países de soberania fragilizada ao qual a autora faz referência, a América Latina está de ponta a ponta inserida neste perfil.

Através da conceituação que Quijano, oferece em torno da conformação da “colonialidade global de poder”, Maricato chama a atenção, para o fato de que para caso dessas corporações não existem limites para se expandir, pois tais corporações acumularam tamanho poder que podem manipular esferas públicas e se escondem atrás de governos, ONG’s e até mesmo de instituições.

Maricato, Otília Arantes, Whitaker, Vainer, Villaça e Pedro Arantes inserem a discussão da descoloniedade e da “colonialidade global do poder” para as questões que envolvem o urbanismo, o território, e as cidades latino-americanas. Mesmo não utilizando o termo “descolonização”, considero aqui que a forma pela qual constroem seus pensamentos é descolonizada. Pois parte na maioria das vezes de formas que descolonizam o pensamento interligando as relações de poder global colonial que afetam as questões que envolvem e afetam as cidades latino-americanas. Assim esta construção acontece pela forma descolonizada com a qual constroem o pensamento pois este se dá a partir da perspectiva dos poderes, ou seja, uma explicação que não se reduz ao micro e a descrições que ignoram os grandes poderes que agem o tempo todo e ao longo do tempo tanto na produção quanto na conformação e nos problemas urbanos das cidades latino-americanas, pois levam em conta que tudo que acontece no micro é influência ou consequência de forças maiores.

5.2 O discurso hegemônico e o urbanismo dependente

Prega-se muito sobre um descontrolado crescimento do contingente populacional dos conglomerados urbanos latino-americanos que segundo relatórios da ONU-Habitat atualmente comportam cerca de 80% da população total da América Latina. No entanto, pouco se fala sobre os interesses, porquês, causas e os objetivos que existem por de trás deste processo intenso de urbanização.

Pouco se fala também, sobre as agendas, diretrizes, indicações e receitas oferecidas pelas agências internacionais como FMI, BID e Bancos centrais que sempre aparecem ofertando “bondosas” políticas e fórmulas para incentivo ao “desenvolvimento” através de apoios financeiros para os países da América Latina. Países estes que um dia foram enquadrados intencionalmente na categoria de subdesenvolvidos e que agora são também estrategicamente denominados de países emergentes. Através de empréstimos que consequentemente resultam como endividamento e mais dependência mais vulnerabilidade e menos soberania para os países da América Latina.

Como esclarece o urbanista Carilos Vainer (2000) o nome Planejamento Estratégico Urbano, é o nome recebido para a máxima mercantilização do território das cidades, ideia difundida na América Latina pela ação combinada das agências de cooperação e instituições multilaterais (BM, BID, Agência Habitat das Nações Unidas, PNUD etc.) e de consultores internacionais.

Como explica Maricato (2001), a partir dos processos coloniais que se deram ao longo do tempo, “as propostas dos planos estratégicos vendidos para cidades latino-americanas combinaram-se perfeitamente ao ideário neoliberal que orientou o ajuste das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington”. Como comenta a autora, uma receita para os países e outra receita para as cidades se adequarem aos novos tempos de reestruturação produtiva no mundo ou, mais exatamente, aos novos tempos de ajuste da relação de subordinação às novas exigências do processo de acumulação capitalista sob o império americano” (Maricato, 2001, p.58), ou seja,

o advento da globalização significou mudanças profundas na forma como os Estados exercem poder sobre o território e na forma como as relações e dinâmicas sociais acontecem nas escalas locais e regionais. No contexto da globalização, o conjunto de políticas neoliberal, que padroniza as dinâmicas capitalistas, impõe novas pressões ao espaço e poder nacional, forçando o Estado a se reinventar. A autoridade formal, exclusiva e soberana dos Estados sobre o território nacional é trincada, o que gera

um novo conjunto de desafios para a manutenção das atribuições estatais tradicionais de contenção de processos sociais, planejamento e gestão (BOCAYUVA; SANTOS JÚNIOR, 2011, p. 58).

O debate sobre a cidade latino-americana da forma como foi inicialmente conformada até o ponto que chegou nos dias atuais é imensamente amplo, mas a maneira pela qual se conformou o espaço é inegavelmente um problema fruto da colonialidade/capitalismo/modernidade e serve como instrumento de controle, que se conformou através de uma grande desigualdade social e espacial, aglomerando um imenso número de pessoas em um espaço reduzido, que se torna cada dia mais controlado menos público e cada vez mais privatizado, individualizado, homogeneizado e principalmente como espaço favorável para a cultura do consumo. É o lugar onde o ideal moderno homogeneizador acontece com a maior força e é por isto, o lugar onde se encontra uma necessidade urgente da construção de um *Buen Vivir* para este espaço. Em outras palavras, a cidade é instrumento essencial para o crescimento do capitalismo.

Essa estratégia global encontra uma nova dinâmica para a reprodução do capitalismo: a construção da cidade-mercadoria que, sob a égide do poder político dos governos locais, perfila-se através dos processos de reestruturação urbana (como exigência da economia competitiva) e através da construção de imagem para vendê-la, para inseri-la no mercado (SÁNCHEZ, 2001, p. 3).

A cidade latino-americana também o lugar onde se reproduzem todas as formas de opressão e onde se exacerbam as desigualdades com mais clareza. Assim, diante de tal desigualdade as lutas populares e urbanas se levantam a todo momento para exigirem por seus direitos e por uma melhor qualidade de vida e melhor distribuição de renda e pelo direito de transitar e utilizar a cidade como encontro e também como lazer.

Como Gorelik (2004) salienta a “cidade latino-americana” não pode ser entendida apenas como uma realidade natural, como uma categoria explicativa da diversidade de cidades realmente existentes na América Latina, mas sim como uma construção cultural uma “cultura latino-americana”.

O autor ressalta que durante períodos específicos da história, a ideia de “cidade latino-americana” funcionou como uma categoria do pensamento social, como uma figura do imaginário intelectual e político em vastas regiões do continente e dessa forma proporcionou a possibilidade de ser estudada permitindo assim que fossem “reconstruídos seus itinerários

conceituais e ideológicos, suas funções políticas e institucionais, em cada uma das conjunturas específicas da região”. Como ressalta o autor, isso não se difere do que poderia ser dito sobre a própria América Latina, e a proposta de estudar essas categorias em sua produção e realização históricas, categorias históricas, poderia ser tomada como uma proposta mais abrangente para os estudos latino-americanos.

Gorelik observa que, no contexto latino-americano, a noção de “invenção” corre o risco de não dar conta da expressiva consciência com que as elites e os poderes coloniais propuseram, a paulatina necessidade desta mesma invenção como processo que se perpetuou desde a chegada dos europeus no território latino-americano e que se perpetuou até os dias atuais.

Seria possível afirmar que há poucas coisas na América Latina e mais ainda na cidade latino-americana desde sua própria origem – que não tenham sido propostas como invenções, com uma consciência do que o uso da categoria com fins analíticos, como operação, pode chegar a obscurecer (GORELIK, 2004, p. 112).

Tal invenção se enquadra na mesma lógica que Dussel (2005) denomina de “mito”. Dussel (2005) demonstra que a modernidade/colonialidade diminui, inferioriza, culpabiliza a vítima, e violenta o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, as tradições e os conhecimentos milenares. (as “vítimas” da “Modernidade”) como vítimas de um ato irracional (como contradição do ideal racional da própria “Modernidade”). Dessa forma, o “mito do desenvolvimento” assim como o “mito civilizatório” são dois discursos de épocas distintas, porém uma mesma matriz de poder colonial. Pois o mito civilizatório utiliza também a subjetividade do outro quando manipula a realidade para comprovar de todas as formas que o “outro” inferior, deve ter como objetivo de vida chegar a um dia ser a imagem e semelhança do outro superior. A falácia desenvolvimentista é a versão contemporânea do “mito civilizatório” em que o “outro” inferior deve desejar ser desenvolvido tal como os países de centro, para serem iguais aos do Norte, ou seja, querer ser parte da hegemonia e da monocultura.

O incentivo e agendas das agências, instituições e organizações multilaterais para as políticas e diretrizes para as cidades no Século XXI é que estas sejam mais competitivas (sustentáveis, cidades sustentáveis ou inteligentes), que estão fortemente imbricadas na mais contemporânea versão deste discurso.

Assim o “mito desenvolvimentista”, para o espaço urbano latino americano, se transforma no “mito da cidade sustentável e inteligente” que é na realidade completamente insustentável. Segue a mesma lógica do “mito civilizatório” é utilizada para instaurar um discurso hegemônico para “países desenvolvidos” e países “emergentes” que é a versão contemporânea e urbana da estratégia do “mito civilizatório”. É utilizada como sempre com o objetivo de se colocarem como os superiores e desenvolvidos e como “modelo” universal e perfeito a ser seguido, sendo que tal discurso tem sempre um plano de fundo que faz com que de uma forma ou de outra, tais recomendações, se realmente seguidas, desemboquem como benefício para o “poder global colonial”. Tal discurso faz parte do que Peet (2003) chama de “sistema estreito de pensamento”.

o sistema estreito de pensamento – onde apenas um discurso é efetivamente permitido e os demais são tidos como irresponsáveis. Tal discurso, originário dos poucos “centros de comando discursivos”, têm a capacidade acadêmica de traduzir uma posição política em termos técnicos. Por sua vez, “deve renovar-se e empregar novos e persuasivos vocabulários, utilizando sempre termos inovadores (PEET, 2003, p. 21).

Assim, segundo explica Sanchez (2001) junto com o processo de expansão da "globalização" econômica, um verdadeiro receituário para orientar os países periféricos a seu novo papel no “ajuste” da economia-mundo capitalista, tendo o Consenso de Washington como modelo mais conhecido através do qual se inaugurou o surgimento de cartilhas orientadoras das políticas de “gestão urbana” a serem adotadas para “inserir” a cidade latino-americana ao mundo globalizado. Segundo o autor, as diretrizes impulsionadas por este fenômeno não se restringem ao mundo econômico, mas muito além disto, afetam a produção do espaço urbano e atingem diretamente a formulação e legitimação de paradigmas nas políticas urbanas.

Arantes (2004) também chama a atenção para o fato de que entre 1960 e 1970, o BM e o BID apoiariam inúmeros regimes ditatoriais que se mostrassem dispostos a ir contra a expansão soviética. Nos anos 1970, o BM aumentou o volume de empréstimos para os novos governos repressivos diferentemente do que ofereceu para os outros países que não possuíam governos ditatoriais, além de cortar recursos para os governos eleitos democraticamente como foi o caso de Allende. Enquanto isto financiava Ceausescu na Romênia, um dos governos mais autoritários do mundo.

Em 1979, quinze dos governos mais repressivos do mundo recebiam um terço dos empréstimos do banco, ao passo que o próprio governo norte-americano já cortara recursos para quatro deles (Argentina, Chile, Uruguai e Etiópia), por flagrante violação dos direitos humanos (ARANTES, 2004, apud DANAHER, 1994, p.10).

Segundo explica Arantes, com o objetivo último de construir sua hegemonia, as instituições financeiras multilaterais anteriormente mencionadas, não poderiam se limitar apenas ao apoio de regimes ditatoriais. Dessa forma, passaram a ocultar suas verdadeiras intenções através de iniciativas que favoreciam “o desenvolvimento programado dos países da periferia e semiperiferia” uma vez que a partir da fala do ex secretário de segurança dos EUA e ex presidente do BM McNamara, “sem desenvolvimento não há segurança possível”. Como explica, na América Latina, tal estratégia, iniciada em 1961, recebeu o nome de “Aliança para o Progresso”, da qual participaram o BM, a Usaid e o recém-fundado BID. Ainda segundo Arantes apud ROSTOW,

a estratégia da Aliança: “Os Estados Unidos têm uma responsabilidade de liderança – fazer não só que seus próprios recursos, mas também os recursos de todo o mundo livre influam na ajuda a longo prazo para o desenvolvimento daquelas nações que se empenham seriamente na modernização de sua economia e de sua vida social. E, como o presidente Kennedy deixou claro, nenhum programa de sua administração era considerado mais importante do que o programa de desenvolvimento a longo prazo, simbolizado, pela Aliança para o Progresso. A independência não pode ser mantida apenas pelas medidas militares. As sociedades modernas devem ser construídas, e estamos preparados para ajudar a construí-las (ROSTOW, 1964, p.148).

Segundo Arantes, na América Latina, tanto o BM como o BID engajaram-se na sustentação do modelo econômico dos regimes políticos que colaboraram para a contenção de uma suposta expansão soviética durante a Guerra Fria e, no período subsequente, comprometeram-se ativamente com a chamada “transição para uma economia liberal de mercado e para os rituais da democracia representativa”. Assim, como explica o autor, as políticas para as cidades defendidas por estes dois bancos não apenas se configuravam como uma dimensão relevante das iniciativas estratégicas do Norte em relação ao Sul, e as correspondentes respostas contraditórias deste último quando confrontado com o novo ambiente de constrangimentos sistêmicos, mas também ilustram, com excepcional clareza e contundência, o real significado das políticas preconizadas por tais instituições”.

A identificação desses elos políticos entre as agências multilaterais de cooperação e alguns dos principais ideólogos encarregados da difusão do “novo modelo de gestão urbana” (constitutivamente vinculado às representações e práticas da Cidade-

mercadoria), permite-nos o entendimento das conexões entre o chamado “pensamento global” e a ideologia neoliberal (SÁNCHEZ, 2001, p.2).

Como elucida Whitaker (2003), no universo da "acumulação flexível", que se fortifica a partir dos anos 80, em que dominam as novas dinâmicas econômicas globalizadas, para as instituições multilaterais as cidades na perspectiva de tais agências, devem ser mais competitivas na sua capacidade de oferecer a base física para esse novo cenário, e para isso devem ser pensadas não mais como cidades, mas sim como empresas.

O autor também chama atenção para a origem do surgimento, em que tal modelo teórico desenvolvido a partir da vangloriada reurbanização de Barcelona realizada para sediar as olimpíadas de 1992. A partir disso, houve uma concentração de investidores dispostos a injetar capital, tanto público como de empresas interessadas em capitalizar a partir do acontecimento do evento. Arantes (2004) também explica que para além da posição de destaque da cidade, realizou-se uma profunda reforma nas áreas portuárias decadentes da cidade, renovadas graças aos novos equipamentos esportivos e à construção da vila olímpica, depois incorporada à cidade na forma de provisão habitacional. Todas estas obras envolveram um imenso mercado para inúmeras empresas que a partir daí inauguraram um novo foco de atenção do mercado para a possibilidade de lucrar através das possibilidades que as cidades oferecem em relação ao mercado. Como salienta o autor, “a urbanização de Barcelona é o caso mais típico de capitalização de um evento internacional de grande porte, que seria retomado posteriormente por outras cidades, com eventos como a Exposição Universal”. Ele explica que embora seja inegável a mudança de qualidade das novas áreas, tais obras tinham características excludentes pois acabaram por favorecer alterações que beneficiaram mais as classes médias e altas do que efetivamente a população espacialmente excluída.

Segundo Sánchez (2001) é inegável, que existe um grande comprometimento das agências de cooperação e instituições multilaterais com a difusão dos chamados “modelos” e sua ideologia, em que entre estes se destacam o “modelo-Barcelona”, a obra Barcelona: um modelo de transformação urbana publicada pelo *Ayuntamiento de Barcelona* e Oficina Regional para América Latina e Caribe do Programa de Gestão Urbana das Nações Unidas, PNUD e BM.

Como ressalta Whitaker (2003), a realidade econômica da Europa, e no caso específico a Espanha, inserida como tal na União Europeia, apresentou a partir dos anos 80 um significativo crescimento, fazendo com que se tornassem absolutamente incompatíveis

quaisquer tentativas de comparação entre o modelo lá adotado e aqueles que podem vir a ser utilizados na América Latina. Estas duas realidades sociais são absolutamente diversas, sendo o quadro de distribuição da renda na Espanha incomparavelmente maior aos das cidades latino-americanas, “o que faz com que discussões sobre inclusão/exclusão social não possam ser feitas de forma comparativa”.

O problema não está tanto nas suas formulações em si, mas sim na sua transferência para a realidade urbana de outros países, fator que acaba se tornando um instrumento ideológico de difusão de alguns preceitos urbanísticos de perfil nitidamente liberal. Em outras palavras, são as ‘ideias fora do lugar’ (WHITAKER, 2003, p. 153).

Nesse texto, o autor demonstra como os principais atores da imposição ideológica da “globalização econômica”, as agências multilaterais, são exatamente os mesmos que se esforçam, num *marketing* conjunto com os consultores internacionais para difundir o Planejamento Estratégico, que nada mais é senão a “adaptação” dessa ideologia no âmbito da questão urbana latino-americana.

Como explica Whitaker (2003) apud Vainer (2000), não é apenas coincidência que a ONU, através de sua agência Habitat, apresenta suas ideias como “verdadeiras receitas para a aplicação do modelo”. O autor explica, que foram o BM, a ONU e o Pnud que financiaram a publicação de importante volume, destinado a difundir para a América Latina a “bem sucedida” com base no modelo paradigmático de Planejamento Estratégico de Barcelona “as propostas dos planos estratégicos”.

Os planos estratégicos vendidos às municipalidades latino-americanas combinaram-se perfeitamente ao ideário neoliberal que orientou o ‘ajuste’ das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington. Vainer ressalta, que a partir de textos oficiais do Banco Mundial, a nova questão urbana teria, agora, como objetivo central a questão da competitividade urbana (WHITAKER apud VAINER, 2000, p. 76).

Segundo Whitaker (2003), a ideia da competitividade, incentivando as cidades latino-americanas com a solução para sua "adaptação" ao papel estratégico que a globalização, impõe, a ideia de que as cidades terão que saber, dada a escassez de capitais disponíveis e a tendência de concentração dos órgãos decisórios ou de comando, competir entre si para atraí-los para seus territórios.

la planeación estratégica, que se ha impulsado en muchas ciudades europeas y latinoamericanas en la última década (Barcelona, Bogotá, Quito, Córdoba, Buenos

Aires, Río de Janeiro, entre otras) y que ha mostrado ser una herramienta útil para el ejercicio del gobierno y para promover un modelo de ciudad de acuerdo con la vocación del territorio, por lo tanto suele formar parte de las estrategias de competitividad que diseñan las autoridades locales para promover el desarrollo económico (CABRERO, ORIHUELA e ZICCARDI, 2003).

Estes espaços gerados por planejamentos estratégicos voltados para a cidade neoliberal, competitiva, inteligente, e ao mesmo tempo apresentando o discurso da sustentabilidade, transforma a gestão das cidades em campo especulatório pelas mãos e vontades dos empresários gerando processos urbanísticos que não levam em consideração em nenhum momento a qualidade de vida das pessoas que vivem nela, e muito menos se preocupam em criar nestas cidades espaços que possibilitem ou que favoreçam a criação o desenvolvimento humano, baseados em laços comunitários e afetivos entre seus habitantes. O urbanismo gerado pelo incentivo da cidade como mercadoria, o urbanismo estratégico ou as cidades competitivas, gerou espaços áridos, estéreis, doentes, que perpetuam os ideais modernos de distanciamento do homem em relação a natureza e também de distanciamento com a comunidade.

As lutas históricas das resistências latino-americanas lograram, sem sombra de dúvidas, importantes avanços sociais ao longo do tempo, mesmo com todas as pedras no caminho são séculos de resistência. No entanto, o poder colonial nunca deixou que o território latino-americano pudesse de fato ser independente, e nem permitiu que a região se desenvolvesse por conta e de maneira própria, longe de suas influências e diretrizes que tem e sempre tiveram objetivos escusos de manutenção do poder em suas mãos e uma continua exploração. O grande poder colonial também não permitiu que nossos valores ancestrais, tradicionais, éticos pudessem servir como base para a construção da Pátria Latino-Americana. O Império colonial impediu a vontade latente que sobreviveu ao longo destes mais de cinco séculos de tornar a América Latina uma só pátria. Não permitiu que nosso sistema político e social andasse e seguisse na direção de questões próprias servindo como base da nossa sociedade que mesmo assim consegue ainda hoje demonstrar o tempo todo a diversa imensa riqueza que re-existe neste território.

Estes ataques fragilizaram paulatinamente os avanços e a soberania dos países da região impedindo maiores avanços quanto aos acordos e políticas de cunho integracionista que se configuraram como pauta histórica na região Latino Americana.

Arantes (2004) demonstra como os discursos construídos pelas agências multilaterais para as políticas urbanas foram sendo construídas através dos anos, baseados em convergências encobertas por vocabulário que apresentam elementos que demonstram uma linha programática duradoura. Como explica o autor, existe uma recorrência na prática discursiva e nos fundamentos das políticas formuladas pelas duas instituições, o que certifica a existência de uma “coerência estrutural” às políticas urbanas incentivadas por estas instituições multilaterais.

As cidades latino-americanas são em grande medida instrumentos e fruto do estado moderno colonial explorador e capitalista e instrumento indispensável para o poder global colonial. Através do nascimento e consolidação cidades no contínuo processo exploratório do território da região, estas foram configuradas pelos processos mercadológicos colônias e pelos processos sociais desencadeados pela colonização e pela consolidação das estruturas modernas europeias.

5.3 Periferia urbana e o contínuo encobrimento do outro

A conformação territorial e social das cidades latino-americanas também reproduziu, e reproduz, a mesma lógica colonial de encobrimento do outro. Facilmente perceptível, principalmente nas grandes cidades a imensa desigualdade entre Periferia e Centro. As causas da conformação desta configuração se só na periferia local onde se esconde estrategicamente a pobreza fora do alcance dos olhos da elite das regiões centrais. Tal configuração aparece como forte característica do espaço urbano latino-americano: os periféricos das cidades periférica da região periférica do mundo.

Não é por coincidência que na maioria das cidades na América Latina a periferia concentra a população de maioria negra ou indígena apresentando construções de baixa qualidade, falta de saneamento, ausência de serviços e espaços públicos. Enquanto isto, estas mesmas cidades quase sempre apresentam áreas centrais com população de maioria branca, classe média ou classe alta, sendo que na maioria destas cidades esta parcela da população usufrui de uma completa infraestrutura. A configuração social no território urbano latino-americano é como uma nova versão da “casa grande” que utilizam da “senzala” (de maioria negra ou enegrecida) como mão de obra barata.

Neste sentido, reafirmamos que podemos utilizar a ideia de Centro-Periferia agora relacionado ao território das cidades latino-americanas, em que em termos gerais, o Centro

(de maioria branca) explora a mão de obra na Periferia, produzindo mais valia para o centro, tal como acontece com a DIT. É nas favelas e ocupações onde se encontram em grande medida a mão de obra barata (negra ou indígena) e explorada que gera a maior parte da riqueza para a elite branca burguesa.

Todas estas características podem ser claramente verificadas na configuração deste espaço. A lógica analisada para desenvolver o conceito de Centro-Periferia onde o Centro é a Europa (branca) que explora o trabalho e a riqueza da Periferia que no caso é a América Latina que pode ser também utilizado para analisar o funcionamento da cidade, onde na periferia se encontra em grande medida como mão de obra barata e explorada de maioria negra ou indígena e que gera a maior parte da riqueza do Centro que é a elite branca burguesa.

Como explicam, Cabrero, Orihuela y Ziccardi (2003), estes fatores são o que de mais atraem as cidades competitivas no caso das cidades latino-americanas pois estas oferecem uma abundante disponibilidade de mão de obra, cujo os salários tendem a ser mais baixos.

Torna-se desta maneira de extrema importância voltar a atenção também para este contexto já que, segundo o relatório “*Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012_Rumbo a una nueva transición urbana*”, produzido pela ONUHABITAT,

La primera transición urbana en América Latina y el Caribe ha quedado completada. Ahora, con casi el 80% de su población viviendo en ciudades (PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS, 2012, p. 5).

No entanto vale questionar o porquê de chegarmos a este ponto, Santos (1996) propõe uma revisão sobre o conceito da produção social do espaço, destacando que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele um objeto de análise social”

Tal realidade está posta, e ela é mais uma clara estratégia de recolonização, de controle e de dominação do poder global colonial no território latino americano e que através do neoliberalismo se dá consolida como mais um braço do discurso desenvolvimentista ocidental.

Porém esta realidade vai na contramão do que se pretende o *Buen Vivir*. E, por este motivo, se faz tão necessário o *Buen Vivir* para o espaço urbano, sendo incontáveis as vidas que se encontram sofrendo diretamente as consequências dessa versão colonizadora da urbanização.

uno de los elementos competitivos más significativos que ofrecen sus principales áreas metropolitanas es la abundante disponibilidad de mano de obra, cuyos salarios suelen ser más bajos que los de las economías desarrolladas o incluso de otras economías en vías de desarrollo. Pero también se ha señalado que no se trata de otorgar mayor competitividad por la vía de deprimir más las remuneraciones de los trabajadores, sino de crear mejores condiciones capacitando más a la fuerza de trabajo, elevando la productividad y ofertando mejores condiciones urbano-ambientales e institucionales, principalmente en términos de infraestructura básica y de comunicaciones, calidad de los servicios especializados, innovaciones tecnológicas, médio (CABRERO e ORIHUELA, 2003, p. 8).

Além de mão de obra barata, os habitantes aglomerados e cada vez mais adensados nestes centros urbanos, são para o capital potenciais consumidores, pois eles estão reunidos de forma controlada em um espaço reduzido e expostos a todas as formas de processos desencadeadores da lógica do consumo e conseqüentemente a do lucro, que alimenta e dá maior força ao capital. Além de concentrar as pessoas em espaço mínimo abrem lugar para o agronegócio se expanda gerando conseqüentemente uma fragilidade relacionada a segurança alimentar. As cidades latino-americanas se transformam no lugar para não sermos nós mesmos, um lugar para não olharmos para dentro, o lugar onde a reprodução da lógica moderna universalista, capitalista de vida caminha a passos largos e que a cada dia demonstra maiores graus de hegemonização, ocidentalização e alienação dos modos de vida, das subjetividades e dos pensamentos da população latino-americana.

5.4 A hegemonia do consumo e o *Buen Vivir* como alternativa

Os habitantes deste espaço são metralhados o tempo todo por subjetividades de incentivo ao consumo. Por estarem inseridas na lógica das cidades dos rápidos fluxos, têm dificuldades de produzir sua própria comida, pois não dispõe de tempo para o preparo do seu próprio alimento o que leva ao consumo de alimentos industrializadas. É dificilmente estas pessoas dispõem de tempo para viver, para ter um momento de respiro e ser fisicamente e mentalmente saudável.

Los conceptos de patrones y normas de consumo, tomados de la teoría de la regulación, no solo hacen referencia al consumo de bienes y servicios, sino a todo un modo de desarrollo dinámico, cuya dimensión material estructura la existencia social y las relaciones sociales, como la alimentación, la vivienda y la movilidad; el trabajo asalariado y otras formas de trabajo socialmente necesarias; el tiempo libre; lo público en su sentido amplio y lo político en su sentido estrecho; así como la colectividad, la vida en familia y la individualidad (BRAND, WISSEN, 2013, p. 448).

Para além da concentração de consumidores e mão de obra barata as cidades latino-americanas, o cidadão comum, qualquer um, convive com a questão da especulação imobiliária ou corporativismo territorial e as políticas público privadas criadas com base em ideologias neoliberais levaram as cidades a uma lógica degradante onde espaços públicos não servem mais para encontros e de oportunidades de sociabilidade, mas sim de comercialização da vida e do espaço.

A política do medo, aliada a lógica neoliberal de produção do espaço urbano, busca transformar até mesmo as ruas e espaços públicos tão importantes para a conservação e criação da vida comunitária, em lugares áridos, sem vida, sem construção social. O consumo e o privado, está introjetado a todo momento na lógica urbana e consequentemente da mesma forma introjetado na vida das pessoas que vivem nela. Esta lógica destrói as tradições, aos laços comunitários e de afeto pois colocam as pessoas numa posição de constante de competição. Tal lógica transforma o que deveria ser comunitário em uma crescente disputa individual, onde toda a subjetividade foi capturada e mercantilizada e onde as pessoas foram induzidas a estarem o tempo todo em disputa entre si “por um lugar ao sol”.

5.6 O *Buen Vivir* urbano para os habitantes da cidade

Desta forma fica evidente que neste espaço o *Buen Vivir* e as construções sociais e as tradições são o tempo todo negligenciadas. A lógica capitalista, empresarial, neoliberal transformou a cidade em campo de negócios e não de vida. Esta construção baseada na lógica mercadológica da produção do espaço urbano, também não sede a vez para a natureza, pois qualquer espaço livre de concreto, é, na visão do poder econômico e político um possível gerador de mais lucro ante a qualquer outra possibilidade de utilização desde espaço como um instrumento de potencialização do encontro e de troca de saberes entre as pessoas.

Os espaços do *Buen Vivir* urbano, aqueles ainda não concretados, os espaços verdes, os espaços que tem o potencial de gerar aberturas para novas possibilidades e novas construções coletivas, e que fazem minimamente a manutenção da vida na cidade, não são lucrativos para o mercado. Também não é interessante para o capital que as pessoas se encontrem, não é interessante para o capital que as pessoas se reúnam, não é interessante para o capital a troca de saberes, não é interessante para o poder que as pessoas a partir de uma vida mais coletiva exerçam seu lado coletivo potencializando a partir disso a possibilidades do exercício de pensar menos em si próprio e mais no conjunto. Por isso é na cidade que é gerada

a maior das contradições, pois ao mesmo tempo que ela foi transformada no motor do capital onde se produz e incentiva com mais força a cultura do individualismo, da disputa, do medo, é também onde todos encontram-se reunidos e podem se conectar rapidamente. Então imagina o quão perigoso seria para esse sistema se essas pessoas já reunidas em um mesmo território se unissem contra este sistema ele em vez de disputarem entre si?

La ciudad oculta las condiciones que hacen posible el consumo de cada cosa, naturaliza su disponibilidad 'en el mercado'. Es el lugar de las ilusiones, del simulacro, que dista del lugar de la devastación. Es más, en este mundo globalizado, la devastación se puede trasladar a lugares remotos, poco mediatizados, de preferencia en el Sur, que nos son narrados al máximo como 'territorios vacíos', aunque nunca lo son (GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO, 2013, p. 22).

O processo de urbanização do território latino-americano iniciado pelos europeus se deu principalmente a partir de ideais modernistas. Uma desses ideais modernistas baseava-se na ideia de que o homem era superior a natureza e por este motivo poderia controla-la.

Esse pensamento e prática trazido, imposto e reproduzido pelas forças coloniais acarretaram processos extremamente prejudiciais para o território da América Latina. Processos estes que desencadearam graves cenários gerados tanto pela exploração e destruição sem precedentes da biodiversidade, da cultura e do extermínio do povo originário, como também na formação de uma sociedade que em grande parte se identifica mais com o concreto do que com a natureza que neste território é tão abundante de riquezas nos oferece. A invasão do território latino-americano por parte dos europeus e a imposição violenta de implementação do pensamento moderno, capitalista, impôs aos povos pré-existentes no território latino-americano uma lógica diferente do que se desenvolvia neste território antes disso. As comunidades pré-colombianas, de uma maneira geral tinham uma relação de intimidade com a natureza, e tinham a Madre Terra como sagrada. Estes povos conviviam como parte da natureza, junto a ela, e não contra ela. Existia entre estes povos uma forte cultura de integração com a natureza, além de uma consideração e respeito por todos os outros seres e elementos como sagrados e parte igualmente importante para a manutenção de um sistema total de harmonia.

Porém depois da invasão, a natureza, foi paulatinamente sendo subtraída das cidades. Os processos desenvolvimentistas e as consequências históricas de todo o processo de dominação e colonização entranhados neste território, acabaram por gerar para grande parte

da população que habita os grandes centros urbanos, muitos prejuízos culturais, sociais e políticos. O estresse, a depressão, a ansiedade entre outros inúmeros problemas, afetam crescentemente os indivíduos “urbanizados”, “concretados” e mercantilizados que foram de alguma forçados a escolher por não ter outra alternativa. Os corpos urbanizados que agora precisam oprimir todas suas vontades e anseios para sobreviver na lógica de produção capitalista. Um corpo trabalha a maioria do tempo de vida, quase sempre numa lógica de exaustão, imerso a um trânsito caótico, um ar poluído e que agora é totalmente envolto por elementos e subjetividades artificiais.

O ser colonizado, fruto do encontro destes dois mundos, foi e é induzido a se afastar dessa lógica natural do ser humano como parte de um todo natural, coletivo, comunitário, cooperativo e que tem como base princípios ancestrais do *Buen Vivir* que são contrários aos princípios neoliberais. O colonizado é induzido a acreditar que não faz parte desta natureza e que este afastamento não influenciaria a sua composição enquanto ser vivo e social. Este indivíduo é induzido a querer estar na cidade, é induzido a acreditar que o campo não oferecia “boas” oportunidades de melhoria de vida, e que a cidade sim, ofereceria todos as “oportunidades” de melhoria de vida. O ser colonizado foi induzido a acreditar que a corrida na direção do desenvolvimento, tal qual nos foi imposto, possibilitaria a chegada na corrida eterna em busca do tão sonhado desenvolvimento e progresso. Ou seja, foi induzido a uma miragem eterna na tentativa de chegar a ser igual ao europeu e aos norte-americanos.

Este indivíduo, latino-americano, colonizado pela ideia moderna, europeia e universalizante, foi induzido a acreditar que fazia parte de um território desfavorecido e ruim em todos os aspectos, e que supostamente deveriam se deixar levar pelos caminhos que os “bons” fizeram para alcançar o seu tão aclamado estado de bem-estar social. Quando na verdade estes indivíduos não podem e nem devem enxergar que são filhos de uma das regiões mais ricas do mundo (em muitos sentidos).

A natureza, para o poder colonial, nunca teve direitos, nunca foi respeitada, e somente foi, e ainda é, valorizada dentro das lógicas capitalistas para sua mercantilização. Mesmo assim, grande parte do discurso ambientalista tão difundido por ONG's que incentivam a proteção da natureza para os outros, porém internacionais este discurso também é produzido pelas mesmas forças hegemônicas que exploram e lucram bilhões e até trilhões

de dólares com a exploração da mesma. Ou seja, mais uma vez quem produz o discurso é aquele que faz o que dissemina que não pode.

Como demonstram os autores Cubillo-Guevara e Hidalgo-Capitán (2016) na constituição Boliviana (Assembleia Constituinte da Bolívia, 2009: Art. 8), está incorporada o *Suma qamaña*, traduzido como *Vivir Bien*. Se estabelecendo neste um conjunto de princípios éticos e morais da sociedade plural, acompanhados de outros importantes princípios como: “*Ama qhilla, ama llulla, ama suwa*”, que significam: não seja preguiçoso, não seja ladrão, não seja mentiroso; *ñande reko*, que significa vida harmoniosa; *teko kavi*, que significa vida plena (e não superficial ou fútil como a “*buena vida*” europeia); *ivi maradi*, que se traduz como terra sem mal; *quapaj ñan*, que significa caminho ou vida nobre.

6. CONCLUSÃO

Segundo Cubillo-Guevara, Hidalgo-Capitán e Domínguez-Gómez (2014) o *Buen Vivir* pode-se definir como uma forma de vida e convivência em harmonia, tanto com a natureza, quanto com outros seres humanos. Tal conceito está inspirado na cultura ancestral dos povos indígenas andinos (*quechuas y aymaras*, especialmente), se apoia nos princípios de igualdade social e aspira a se converter em uma alternativa andina frente a noção de desenvolvimento que nos oferece a civilização ocidental.

O poder global colonial articula, se molda e se re-molda para capturar todas as possíveis formas de vida, de vivência, de convivência, de laços afetivos e comunitários, de pluralidade cultural, de resistência e de saberes que permaneceram lutando e reexistindo ao longo dos tempos. No ponto em que chegamos em que toda esta diversidade foi direcionada a conviver junta em um espaço reduzido da cidade, há de se criar políticas públicas baseadas no *Buen Bivir* para o *Buen Vivir*. Assim tais políticas devem ter como princípio máximo a negação de qualquer proposta que tenha como plano de fundo fortalecer ideários ocidentais de hegemonização e monetarização cultural e que vão claramente contra as políticas neoliberais.

Seguindo esta linha de raciocínio, acredita-se ser insustentável a vida inserida dentro da lógica urbana neoliberal defendida pelo poder global colonial, onde as cidades latino-americanas e a vida que nela acontece se tornam cada dia mais em meras mercadorias, e onde existe um crescente distanciamento e negligenciamento da presença da natureza e da valorização das possibilidades de criação e manutenção de construção de laços afetivos, comunitários e coletivos essenciais para a vida humana.

O objetivo de construção de uma base teórica para o *Buen Vivir* urbano é abrir brechas e caminhos que partem das possibilidades oferecidas pelas perspectivas do *Buen Vivir*. Ou seja, bases indígenas e populares *desde abajo*, desde o periférico, desde o historicamente excluído, desde a natureza, desde a cooperação, desde o coletivo, desde o comunitário, desde a tradição, desde os saberes milenares, e, principalmente, desde o descolonial e, por consequência, anti-neoliberal são primordiais para se pensar o espaço contemporâneo na América Latina.

A perspectiva eurocêntrica considera que a realidade urbana está posta e que não há escolha que não seja partir dessa realidade. Existe, portanto, a necessidade urgente de se construir uma outra alternativa. Uma alternativa que tenha bases descoloniais e que caminhem na direção de um horizonte, de fato, pós-colonial. Uma alternativa para as cidades que se encontram na condição de fragilidade, pois seus respectivos países estão expostos a riscos diante da contínua ofensiva do poder global colonial que através das políticas neoliberais buscam continuamente destruir tudo o que não é mercantilizado para transformá-lo em produto de consumo.

O *Buen Vivir* urbano apresenta-se como um arcabouço de princípios e ideias que possam vir a ser transformados em políticas públicas, teorias ou práticas que sejam voltadas para o objetivo da libertação das amarras que nos prendem há mais de 500 anos em caminhos e modelos que só nos levaram a reprodução de modos de vida ocidentais e que, desta forma, nos fazem continuamente prisioneiros de uma lógica imposta que influencia cada pequena parte da nossa vida inclusive nossa subjetividade. Ele é, portanto, uma alternativa que busca o fortalecimento da diversa cultura popular, da tradição, dos costumes, dos saberes do povo latino-americano que ainda resiste mesmo em meio ao caos o asfalto e o concreto.

O paradigma do *Buen Vivir* para o espaço urbano, ou o *Buen Vivir Urbano* seria da mesma forma (como mencionado no capítulo cinco), um guarda-chuva de possibilidades que o paradigma do *Buen Vivir* já oferece, porém aplicado aos problemas e as possibilidades que o

espaço das cidades que integram o conjunto de cidades latino-americanas. O *Buen Vivir Urbano* é, entre outras possibilidades, uma luta em direção a um objetivo que é longo e que necessita ser conformado por diversas frentes. Um *Buen Vivir Urbano* que vai, desde a mudança de hábitos individuais e criação e resgate de políticas públicas que se encaixem neste paradigma, passa pelo cultivo de uma educação descolonial também baseada no *Buen Vivir*, até a conformação de uma rede internacional de cidades periféricas que cooperam ao invés de competir entre si. Cidades que cooperem e que dialoguem no sentido de seguir no caminho oposto a rede de cidades globais neoliberais. Uma rede de cidades, de pessoas e organizações. Um outro horizonte possível a se buscar para a realidade das cidades na América Latina uma rede de cidades para o *buen vivir*.

Como explica o *Brief* produzido pelo *BRICs policy center* sobre a rede de cidades dos BRICS,

podemos pensar as condições de acesso e democratização nos territórios pois este é um dos vetores de aceleração das resistências e das capacidades de reorganizar os processos de apropriação e uso dos territórios, condição para o reconhecimento de outras formas de produção social dos territórios e da emergência do direito à cidade a partir de uma estratégia de nova centralidade da periferia e dos focos (BPC, 2011, p. 8).

O documento ainda traz outros aportes que poderiam auxiliar na construção do *Buen Vivir Urbano*. Como mencionam, as cidades sejam elas pequenas, medias ou grandes, fazem parte de uma dinâmica de constituição de elos e relações do bloco social e técnico capaz de possibilitar em matéria de políticas de desenvolvimento e estratégia técnico-científica, com base no protagonismo das classes populares.

O contraste com políticas desenhadas e implementadas na escala nacional, políticas de escala urbana podem ser implementadas com mais eficácia devido à concentração de pessoas, tendo assim um efeito mais otimizado. Isso não quer dizer que a escala nacional não seja importante para se chegar a uma maior sustentabilidade e igualdade social e ambiental pois “políticas nacionais, devido ao fato de terem de lidar com a totalidade do território nacional, tendem a não levar em consideração especificidades e desafios locais” (BPC, 2015, p. 12).

O direito a cidade, conceito desenvolvido principalmente por Lefebvre (1996) que é amplamente discutido no campo dos estudos que envolvem o território e as cidades em volta do mundo, precisa ser realmente aplicado. Harvey (2008) salienta que o “direito à cidade” para o território urbano pode auxiliar, não somente como um conceito para expressar e

ressaltar a crise atual do sistema, mas que poderia também ser utilizado como uma agenda alternativa de desenvolvimento urbano. Tal desenvolvimento urbano alternativo que tenha o *Buen Vivir Urbano* também como alternativa para a América Latina.

O *Buen Vivir* pode acontecer tanto de esferas públicas se consolidando em políticas públicas ou mesmo e práticas comunitárias que filtre tudo que for pensado para as cidades latino-americanas com uma camada descolonial. O direito à cidade tem como objetivo principal criar a ideia de que se busque um espaço urbano no qual todos cidadãos sejam respeitados e tenham garantidos, de forma irrestrita, seus direitos civis e humanos, além disso pela aglomeração de pessoas em um espaço reduzido se faz mais possível o acesso e participação efetiva nos processos de tomadas de decisão e distribuição dos recursos e estruturas urbanas (LEFEBVRE, 1996; HARVEY, 2008). Dito de outra forma, o direito à cidade é, em sua definição conceitual e programática, uma defesa radical da democracia e da cidadania como elementos centrais para organização dos espaços urbanos e no caso da América Latina, deveria se tornar principal aliado do *Buen Vivir* como agenda principal.

O *Buen Vivir Urbano* busca criar estratégias através dos espaços urbanos que vão na direção de superação da fragilidade em relação às instituições criadas depois encontro de *Bretton Woods*, pois é a partir da negação de “ajudas” de qualquer uma destas instituições em prol do “desenvolvimento”, pois o desenvolvimento para o *Buen Vivir* tem a intenção de conseguir superar os prejuízos incalculáveis que a colonialidade global de poder trouxe para o nosso território, ou seja, busca vislumbrar outras possibilidades que estejam fora da ordem ocidental de consumir no lugar de viver. E dentro de uma lógica outra, de cooperar, complementar, pluralizar e construir outras alternativas que partem destas possibilidades oferecidas pelo paradigma do *Buen Vivir*.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. et al. **Rescatar la esperanza:** más allá del neoliberalismo y el progresismo. Barcelona: Entre Pueblos, 2016.

ACOSTA, A. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ACOSTA, A.; MARTÍNEZ, E. (Eds.). **Plurinacionalidad. Democracia en la diversidad.** Santiago: Editorial Universidad Bolivariana, 2009.

AFONSO, H. W.; QUADROS, J. L. Q. DE. O Estado plurinacional da Bolívia e do Equador: matrizes para uma releitura do direito internacional moderno. **Anuario Mexicano de Derecho Internacional**, v. XII, p. 455–473, 2012.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ARANTES, P. F. **O ajuste urbano:** as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. 2004, 206f. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BACHA, D. Constitucionalismo latinoamericano e direito à propriedade: incursões teóricas em direitos fundamentais sob uma nova perspectiva. **Liberatas**. Ouro Preto, v. 2. n. 1, 2016.

Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/libertas/article/download/293/270>> Acesso em:
fev. 2016.

BATZIN CHOJOJA, C.; KAQCHIKEL, M. **El desarrollo humano y los pueblos indígenas**. Seminario Internacional Pueblos Indígenas y Afrodescendientes de América Latina y el Caribe: relevancia y pertinencia de la información sociodemográfica para políticas y programas. *Anais...* Santiago de Chile: CEPAL, 2005.

BOCAYUVA, P. C. C.; SANTOS JÚNIOR, S. V. **Cidades-BRICS e o fenômeno urbano global**. *Carta Internacional*. v. 6, n. 2, p. 55-75. jul.-dez. 2011.

BOLÍVIA. Constituição. **Constitución Política del Estado Plurinacional da Bolivia**. La Paz, Bolivia: Asamblea Constituyente, Congreso Nacional de Bolivia, 2009.

BPC. BRICS POLYCE CENTER. Direito à cidade para um mundo justo e seguro: o caso dos BRICS. Rio de Janeiro: BPC, 2015.

BPC. BRICS POLYCE CENTER. Megacidades na perspectiva do capitalismo global, n4, maio 2011. Disponível em
<http://bricspolicycenter.org/pdf/Policy%20Brief%204%20Megacidades%20na%20perspectiva%20do%20capitalismo%20global.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

BRAND, U.; WISSEN, M. Crisis socioecológica y modo de vida imperial: crisis y continuidad de las relaciones sociedad-naturaleza en el capitalismo. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo: Abya Yala, 2013. p. 445-470.

BUITRAGO, Á. S. Hacia el origen de la planificación: territorio, enclosure acts y cambio social en la transición del feudalismo al capitalismo. *Ciudades*, n. 13, p. 165–181, 2010.

CABRERO, E.; ORIHUELA, I.; ZICCARDI, A. **Ciudades competitivas – ciudades cooperativas**: conceptos claves y construcción de un índice para ciudades mexicanas. México DF: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2003.

CASASSAS, Jordi. **La construcción del presente: el mundo de 1848 a nuestros días**. Jordi Casassas (coord.), Barcelona, Ariel, 2005.

CARNEIRO, R. Banco e fundo dos BRICs x Bretton Woods. *Brasil Debate*. 22 ago. 2014. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/banco-e-fundo-dos-brics-x-bretton-woods/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

CASILDA, R. **América Latina**: del Consenso de Washington a la agenda del desarrollo de Barcelona. Madrid: Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos, 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.ribei.org/898/1/DT-010-2005.pdf>>.

CASTRO, A. C. (Ed.). **Desenvolvimento em debate**: novos rumos do desenvolvimento no mundo. Rio de Janeiro: Mauad : BNDES, 2002. v. 1.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do capital**. Tradução por Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CUBILLO-GUEVARA, A. P.; HIDALGO-CAPITÁN, A. L. **Transmodernidad y transdesarrollo**: el decrecimiento y el buen vivir como dos versiones análogas de un transdesarrollo transmoderno. Huelva, España: Bonanza, 2016.

CUBILLO-GUEVARA, A. P.; HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; DOMÍNGUEZ-GÓMEZ, J. A. El pensamiento sobre el Buen Vivir: entre el indigenismo, el socialismo y el posdesarrollismo. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, n. 60, p. 27–58, 2014.

CUSICANQUI, S. R. Mestizaje colonial andino: una hipótesis de trabajo. En: Albó, X.; Barrios, R. (Eds.). **Violencias encubiertas en Bolivia**. Bolivia: CIPCA-Aruwiyiri, 1993. p. 55-69.

DE LA CUADRA, F. Buen Vivir: ¿Una auténtica alternativa post-capitalista? **Polis, Revista Latinoamericana**, v. 14, n. 40, p. 1–11, 2015.

DUSSEL, E. **1492**: o encobrimento do outro. A origem do mito da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. LANDER, E. (Ed.). Buenos Aires: CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005. p.55-70.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización.**, n. 2005, p. 17–31, 2005b.

ESCOBAR, A. **La invención del tercer mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007. v. 1.

ESCOBAR, A. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. **Revista de Antropología Social**, n. 21, p. 23–62, 2012.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005a. p. 133–168.

ESCOBAR, A. Una minga para el posdesarrollo. **Signo y Pensamiento**, v. XXX, n. 58, p. 306–312, 2011.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, L. Brasil: a dimensão geopolítica do golpe (2). **Outras Palavras**, 6 out. 2016b. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/brasil-a-dimensao-geopolitica-do-golpe-2/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

FERNANDES, L. Da transição na ordem mundial à ruptura na ordem democrática. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 5, n. 9, p. 9–25, 2016a.

FERREIRA, J. S. W. **São Paulo: o mito da cidade-global**. 2003. 336f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FIGUEIREDO, D. J. **Tawantinsuyu: o império Inca**. Depto. de História/USP Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/tawantinsuyu.html>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. DA C.; FIORI, J. L. (Eds.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM POCKET, 2011a.

GALEANO, E. **Los hijos de los días**. Madrid: Siglo XXI Editores, 2011b.

GELLNER, E. **Naciones y nacionalismo**. Madrid: Alianza Editoria, 1988.

GONZÁLEZ-IZÁS, M. **Estado, territorio: ¿governabilidad o gobernanza? El debate conceptual en América Latina**. Guatemala: Cara Parens, 2012.

GORELIK, A. A produção da “cidade latino-americana”. **Tempo Social**, v. 17, n. 1, p. 111–133, jun. 2005.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 115–147, mar. 2008

GROSGOUEL. Entrevista a Ramón Grosfoguel. **Polis, Revista Latinoamericana**, n. 18, p. 1–13, 2007.

GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo: Abya Yala, 2013.

GUDYNAS, E. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento**, n. 462, p. 1–20, 2011a.

GUDYNAS, E. Buen vivir: un necesario relanzamiento. *América Latina en movimiento*. 12 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.alai.org/es/active/43010>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

GUDYNAS, E. Desarrollo, derechos de la naturaleza y buen vivir despues de Montecristi. In: WEBER, G. (Ed.). **Debates sobre cooperación y modelos de desarrollo: perspectivas desde la sociedad civil en el Ecuador**. Quito: Centro de Investigaciones CIUDAD: Observatorio de la Cooperación al Desarrollo, 2011b. p. 83–102.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. El buen vivir mas allá del desarrollo. **Revista Qué hacer**, v. 181, p. 70–81, 2011.

GUILLÉN, A. Modelos de desarrollo y estrategias alternativas en América Latina. In: CORREA, E.; DÉNIZ, J.; PALAZUELOS, A. (Eds.). **América Latina y desarrollo económico: estructura, inserción externa y sociedad**. Madrid: Akal, 2008. p. 15–43.

GUTIÉRREZ, Jorge L. R. **Aristóteles e os Conquistadores: O uso da “Política” nas Controvérsias sobre a invasão da América na primeira metade do século XVI**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAM, 1993, p.104.

HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. A Geopolítica do Capitalismo. São Paulo. Annablune, 2005. Cap V. p. 127-162

HARVEY, D. Hay que precisar nociones como “plurinacionalidad” y “buen vivir”. **La Razón**, 31 ago. 2014. Disponível em: <http://la-razon.com/index.php?url=/suplementos/animal_politico/David-Harvey-precisar-nociones-plurinacionalidad_0_2116588381.html>. Acesso em: 10 dez. 2016.

HARVEY, David. Buen Vivir y derecho a la ciudad. **Universidad Popular**. 22 jul. 2014. Disponível em: <<http://universidad-popular.org/?p=297>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

IBÁÑEZ, M. R. Resignificando la ciudad colonial y extractivista. In: Red de Diversidad – Fundación Wayna Tambo. **Vivir Bien desde contextos urbanos**. El Alto, Bolivia: Red de Diversidad – Fundación Wayna Tambo, 2013. p. 9-36.

IBÁÑEZ, M. R. Resignificar, reconfigurar y rehabilitar las ciudades: los territorios urbanos de inicios de siglo. In: Red de Diversidad – Fundación Wayna Tambo. **Vivir Bien desde contextos urbanos**. El Alto, Bolivia: Red de Diversidad – Fundación Wayna Tambo, 2013. p. 97-102.

JOXE, A. **The empire of disorder**. New York: Zone Books, 2002.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 8–23.

LANDER, E. Con el tiempo contado: crisis civilizatoria, límites del planeta, asaltos a la democracia y pueblos en resistencia. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo: Abya Yala, 2013. p. 27–61.

LANG, M. ¿Por qué buscar alternativas? A manera de introducción. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo: Abya Yala, 2013. p. 7-24.

MACAS, L. El Sumak Kawsay. **Yachaykuna**, n. 13, p. 13–39, 2010.

MANCILLA, M. R. **Globalización, universalidad y descolonización territorial en América Latina**. III Seminario Internacional de la Red Latinoamericana de Investigadores sobre Teoría Urbana. **Anais**. Querétaro, México: Rede Latinoamericana de Pesquisa sobre Teoria Urbana, 2016. Disponível em:

- <http://www.observatoriodasmetroles.net/obs2Fimages2Fabook_file2Frelateur3_rodr25C3%Adguez_mancilla.pdf#>. Acesso em: 9 dez. 2016.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MARICATO, E. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. **Revista VeraCidade**, v. IV, n. 4, p. 1-25, mar. 2009.
- MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARINI, R. M. **América Latina:** dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.
- MIGNOLO, W. La civilización occidental no es ni global ni universal. **La Prensa**. 16 nov. 2014. Disponível em: <http://impresa.prensa.com/mundo/WalterMignolocivilizacionoccidentaluniversal_%0A0_4074342611.html>. Acesso em: 13 dez. 2016.
- MÚNERA, M. C. **Resignificar el desarrollo**. Medellín: Escuela del Hábitat CEHAP, Universidad Nacional de Colombia, 2007.
- NEUSER, W. A formação e o conceito de indivíduo na Renascença. **Educação**, v. 34, n.1, p. 25–32, 2011.
- OLIVÉ, L. et al. Prologo. In: OLIVÉ, L. et al. (Eds.). **Pluralismo epistemológico**. La Paz: CLACSO: Muela del Diablo Editores: Comunas: CIDES-UMSA, 2009. p. 13–17.
- OLIVEIRA, R.P.; NOGUEIRA, S. G.; MELO, F.R. (Orgs.). **América Andina:** integração regional, segurança e outros olhares. Campina Grande: EDUEPB, 2012. 299p.
- PEET, R. **Unholy Trinity:** the IMF, World Bank and WTO. London: Zed Books, 2003. Programa de las naciones unidas para los asentamientos humanos, 2012. P.5.
- QUADROS, J. L. DE. Plurinacionalidade e cosmopolitismo: a diversidade cultural das cidades e diversidade comportamental nas metrópoles. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, n. 53, p. 201–216, 2008.
- QUIJANO, A. “Bem viver”: entre o “desenvolvimento” e a “des/colonialidade” do poder. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 37, n. 1, p. 46–57, 2013.
- QUIJANO, A. ‘Bien Vivir’ para REDISTRIBUIR el poder. Los pueblos indígenas y su propuesta alternativa en tiempos de dominación global [online], 2010. Disponível em: <<https://senospermitemsonhar.files.wordpress.com/2010/12/bien-vivir-quijano.pdf>> Acesso em: 6 jan. 2017.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Ed.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117–142.

QUIJANO, A. Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 30, n. 3, p. 525–570, 1968.

QUIJANO, A. La urbanización de la sociedad en Latinoamérica. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 29, n. 4, p. 669–703, 1967.

RANGEL, R. M.; GARMENDIA, E. S. R. El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina. **Política y Cultura**, n. 37, p. 35–64, 2012.

Red de Diversidad – Fundación Wayna Tambo. **Vivir Bien desde contextos urbanos**. El Alto, Bolivia: Red de Diversidad – Fundación Wayna Tambo, 2013.

RENA, N.; BERQUÓ, P.; CHAGAS, F. Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes. **Lugar Comum**, v. 1, n. 41, p. 71–88, 2014.

RODRÍGUEZ, J. M. **Promoción y difusión de los pilares del buen vivir en los alumnos del 7mo año de educación básica de la escuela 25 de mayo de la ciudad de Guayaquil**. Guayaquil: Universidad de Guayaquil, 2014.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth, a non communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1964.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 16, p. 31–49, jun. 2001.

SANJINÉZ, Javier. El espejismo del mestizaje. La Paz: IFEA, Embajada de Francia, PIEB, 2005.

SANTI, M. Ecuador: ¿Apoyamos el sí a la constitución pero no las políticas del Gobierno nacional?. **La Haine**. 21 set. 2008. Disponível em: <http://www.lahaine.org/mundo.php/ecuador_apoyamos_el_si_a_la_constitucion>. Acesso em: 7 dez. 2016.

SANTOS, B. S. Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del Sur. Bogotá: Plural, 2010.

SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7–13, 1999.

SILVA, D. B. Constitucionalismo latino-americano e direito à propriedade: incursões teóricas em direitos fundamentais sob uma nova perspectiva. **Libertas**, v. 2, n. 1, p. 35–55, 2016.

SILVA, F. P. Tradição e criação nos discursos refundadores da Venezuela, Bolívia e Equador. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 1, n. 3, p. 58–80, 2013.

SILVA, H. F. Da. Por uma epistemologia do ser a partir da América Latina. O novo constitucionalismo latino-americano e a busca pela libertação da diversidade. **Revista de Teorias e Filosofias do Estado**, v. 1, n. 2, p. 309–329, 2015.

TAVARES, M. C. **Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Organizadores: João Sicsú, Douglas Portari. – Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

VAINER, C. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Eds.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

WALSH, C. **Interculturalidad, estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Ediciones Abya-Yala, Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 131–152, 2008.

WEIL A. H. e MAGALHÃES L.J. L. **Anuario Mexicano de Derecho Internacional**. Universidad Nacional Autónoma de México-Instituto de Investigaciones Jurídicas, vol. XII, 2012, pp. 455-473, México, D. F., ISSN 1870-4654

WOLKMER, A. C. **Pluralismo jurídico: fundamentos para uma nova cultura no direito**. São Paulo: Alfa Ômega, 2001.